



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**MARIANA VILHENA DE FARIA**

**A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DA PRAÇA JARBAS DE LERY SANTOS (PSM) E  
DA PRAÇA NILO SOTTO MAIOR PELAS JUVENTUDES: UMA DISCUSSÃO  
SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS E (AÇÃO) POLÍTICA EM BAIROS DE JUIZ DE  
FORA/MG**

**SALVADOR**

**2014**

MARIANA VILHENA DE FARIA

**A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DA PRAÇA JARBAS DE LERY SANTOS (PSM) E  
DA PRAÇA NILO SOTTO MAIOR PELAS JUVENTUDES: UMA DISCUSSÃO  
SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS E (AÇÃO) POLÍTICA EM BAIROS DE JUIZ DE  
FORA/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia da Universidade Federal  
da Bahia como requisito parcial para obtenção do  
grau de mestre em Geografia

Orientador: Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa

SALVADOR

2014

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

F224

Faria, Mariana Vilhena de

A apropriação do espaço da Praça Jarbas de Lery Santos (PSM) e da Praça Nilo Sotó Maior pelas juventudes: uma discussão sobre espaços públicos e (ação) política em bairros de Juiz de Fora/MG / Mariana Vilhena de Faria.- Salvador, 2014.

137 f. : il. Color.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.  
Instituto de Geociências, 2014.

1. Espaços públicos - Juiz de Fora (MG). 2. Praças - Juiz de Fora (MG). 3. Lugares públicos - Juiz de Fora (MG). I. Serpa, Angelo Szaniecki Perret. II. Título.

CDU: 711.4(815.1)

TERMO DE APROVAÇÃO

*A apropriação do espaço da Praça Jarbas de Lery Santos (PSM) e da Praça Nilo Sotó Maior pelas juventudes: uma discussão sobre espaços públicos e (ação) política em bairros de Juiz de Fora – MG.*

MARIANA VILHENA DE FARIA

BANCA EXAMINADORA



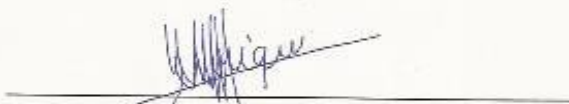
**Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa**

*Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.*



**Dra. Clarice Cassab Torres**

*Doutora em Geografia  
Departamento de Geografia, UFJF, Brasil.*



**Dr. Wendel Henrique Baumgartner**

*Doutor em Geografia  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.*

Aprovado em Sessão Pública de 31/03/2014.

Aos meus meninos e meninas sujeitos dessa pesquisa, fonte inesgotável de admiração, esperança e alegria.

## Agradecimentos

Coisa boa é ter a quem agradecer. Para mim, melhor ainda é ter plena consciência de que essa pesquisa é fruto de um trabalho imensamente coletivo. Que alegria!

Já vou me desculpendo por aqueles que minha memória não for capaz de buscar, mas aprendi a dizer e sempre falei ao longo do mestrado: “Todos que passaram por mim ao longo desse período “tiveram” que deixar sua contribuição seja pelo ouvido emprestado, pelos croquis desenhados ou pelas orientações propriamente ditas”. Meu muito obrigado a todos que se sentirem aí incluídos.

Começo por ele, grande mestre Ângelo Serpa, profissional impecável: pelas orientações certeiras, pela paciência, pela segurança, pelos incentivos e por acreditar muito e sempre em mim. Minha escolha de ir para a UFBA não poderia ter sido mais exata.

Ao grupo de pesquisa Espaço-Livre, pelas discussões de muito aprendizado. Em especial aos meninos: André, Henrique e Sérgio, que me ajudaram e aturaram os latejos típicos de mestrandos (risos).

Minhas baianas mais lindas, Lívia Fraga e Marina Teixeira, pelas cervejas, risadas, choros, hospedagens e acolhimentos. Amizades que vão ficar para sempre!

À Babi Lopes, que virou um pouquinho baiana como eu, pelos croquis, pela companhia e pelo comprometimento gratuito. Valeu mesmo!

A todos os companheiros de pós-graduação, em especial Geny Guimarães e Sevê Santos, pela convivência e maluquices compartilhadas.

Agradeço, ainda, aos membros de minha banca. Wendel Henrique, que, de maneira muito atenciosa, contribuiu para a realização deste trabalho, e Clarice Cassab, minha professora desde os tempos de UFJF.

À Capes, pela concessão de bolsa de estudo ao longo de todo o mestrado.

Às minhas três famílias, que, de todas as maneiras possíveis, estiveram presentes e me ajudaram em tudo o que puderam. Mamãe e papai, obrigada pela confiança e pelo apoio desde sempre, em tudo, mas principalmente a partir do momento em que decidi fazer da Geografia minha crença e minha paixão.

A todos da família Bustamante Teixeira, fonte de infinita inspiração. Meus pais e professores postigos Teíta e Dudu, pela casa mineira sempre aberta, pelos conselhos, pelo suporte em cada pequeno momento. Nem sei como retribuir. Agradeço também por terem me dado mais uma família e um grande amor e por terem ensinado a Tiago Teixeira formas tão intensas de companheirismo. Tiago, meu amor, meus agradecimentos mais íntimos.

À família Germano, que, desde meus primeiros dias de vida, me acolheu, me educou, me ensinou desde muito pequenininha a dar e receber amor e também a guardar a mineiridade em mim - nos cantinhos mais escondidos, Minas Gerais. Zezé, Dita e Adriana, gratidão pela compreensão mesmo sem entender os motivos e porquês.

Daniel Teixeira e Nathan Itaborahy, para vocês, não há palavras. São exemplos de altruísmo quando conseguiam sair das próprias questões e desesperos para me darem atenção, ouvirem e me ajudarem nas reflexões tão ricas. Nessa cesta, acho que posso colocar também o professor Leonardo Carneiro, pela amizade e exemplo de carreira acadêmica. Amo muito vocês três.

Aos meus meninos e meninas, jovens cheios de futuro, de vida e de conhecimento para dividir comigo. Começo em Salvador agradecendo a Maicon Sullivan. Foram momentos intensos, difíceis, por diversas vezes de emoção sem fim. Vou sempre acreditar em vocês. Na PSM, Nandinho, Arthur, Gabriel... No Santo Antônio, minhas lindezas: Gabriel, Wendel, Lucas.

A todos os meus amigos: Fernanda, Aline, Ju Padula, Alessandra, Dilza, Letícia, Rafael Silva e todos que fizeram parte desse período de mestrado me aguentando, rindo e chorando comigo, lendo minhas coisas... Meus sinceros agradecimentos à Amanda Pinheiro e à Helena Ribeiro, peças fundamentais no desenvolvimento desta pesquisa.

Obrigada de coração, são dívidas que tenho com vocês que jamais conseguirei pagar. Eternos agradecimentos!

Mas já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem as palavras nas entrelinhas.

*Clarice Lispector*



## RESUMO

Neste trabalho, a partir da escolha de duas praças localizadas em bairros socioeconomicamente distintos, é nosso objetivo analisar as variadas formas de apropriação juvenis de espaços públicos em Juiz de Fora/MG, buscando, ainda, apontar a constituição de juventudes, bem como a contribuição e o protagonismo jovem na produção de espaços públicos urbanos. Além disso, por entendermos que os espaços públicos deveriam ser sinônimos de espaços políticos, realizamos discussões sobre as possibilidades ou não do desenvolvimento da política nesses locais, reflexão que culmina na capacidade que os jovens têm ou não para agir politicamente na praça Jarbas de Lery Santos, no bairro São Mateus, considerado nobre na cidade, e na praça Nilo Sotó Maior, localizada no bairro Santo Antônio, na periferia de Juiz de Fora. Nesse sentido, apresentamos diferentes funções e diferentes juventudes para os espaços públicos estudados. Nosso referencial teórico está firmado no pensamento de autores como Hannah Arendt, Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu, Yi-Fu Tuan, entre outros. Os métodos de análise estão alicerçados no diálogo entre fenomenologia e dialética, abarcando metodologias de observação participante, questionários e grupos focais.

**PALAVRAS-CHAVE:** jovens; espaço público; ação política

## **ABSTRACT**

In this work, based on two school plazas located in socioeconomically distinct neighborhoods, our objective is to analyze the various forms of juvenile appropriation of public spaces in Juiz de Fora/MG. In doing so we seek to identify the constitution of youth as well as their contribution to and role in the production of urban public spaces. Because we believe that public spaces should be synonymous with political spaces, we have realized discussions about the possibilities, or lack thereof, of political involvement in these locations, something that would culminate in the ability of young people to act politically in Jarbas de Lery Santos Plaza in the upper-class neighborhood of São Mateus, and the Nilo Sotó Maior Plaza located in the neighborhood of Santo Antonio in the urban periphery of Juiz de Fora. In this way, we present different functions and different youths in the studied public spaces. Our theoretical framework is situated in the social thought of authors such as Hannah Arendt, Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu, and Yi-Fu Tuan, among others. Our analytical approach is based on dialogue between phenomenology and dialectics, and we employed the research methodologies of participant observation and ethnography, questionnaires, and focus groups.

**KEY WORDS:** youth; public space; political action

## LISTA DE FOTOS E MAPAS

Figura 1	Mapa de localização .....	13
Figura 2	Cartaz de divulgação das atividades Ação Mateus .....	39
Figura 3	Grupo focal na PSM .....	42
Figura 4	Grupo focal na praça do Santo Antônio .....	43
Figura 5	Croqui baseado no projeto da Praça Jarbas de Lery Santos .....	56
Figura 6	Croqui da versão atual da Praça Jarbas de Lery Santos .....	57
Figura 7	Foto da Bicletada JF .....	64
Figura 8	Jovens com suas camisetas de rock características, reunidos para socializar e tocar músicas .....	66
Figura 9	Batalha de MC's .....	67
Figura 10	“Salvem a praça” .....	70
Figura 11	“Andar de skate não é um crime. Skate: direito do cidadão, dever do Estado” .....	71
Figura 12	Pixação “A PM mata, a Cannabis não!” .....	72
Figura 13	Gaymada na PSM .....	77
Figura 14	Mapa origem socioespacial dos jovens da PSM .....	84
Figura 15	Mapa apropriação juvenil na PSM .....	85
Figura 16	Croqui do projeto da Praça Nilo Sotó Maior .....	92
Figura 17	Croqui da realidade atual da praça Nilo Sotó Maior .....	93
Figura 18	Foto das propagandas na praça do Santo Antônio .....	97
Figura 19	Propaganda (2) .....	97
Figura 20	Mapa mental do bairro a partir das linhas de ônibus .....	99
Figura 21	Mapa mental do bairro a partir das linhas de ônibus (2) .....	100
Figura 22	Foto de pichação em setembro/2013 por conta da morte do jovem Dentin, 14 anos, assassinado com 11 tiros, no Alto Santo Antônio (442)	108

.....

Figura 23	Saudades dos manos Ferrugin, Denis e Dentin (em referência a jovens que morreram por conta da violência relacionada ao tráfico de drogas) .....	109
Figura 24	Mapa das igrejas do bairro Santo Antônio .....	113

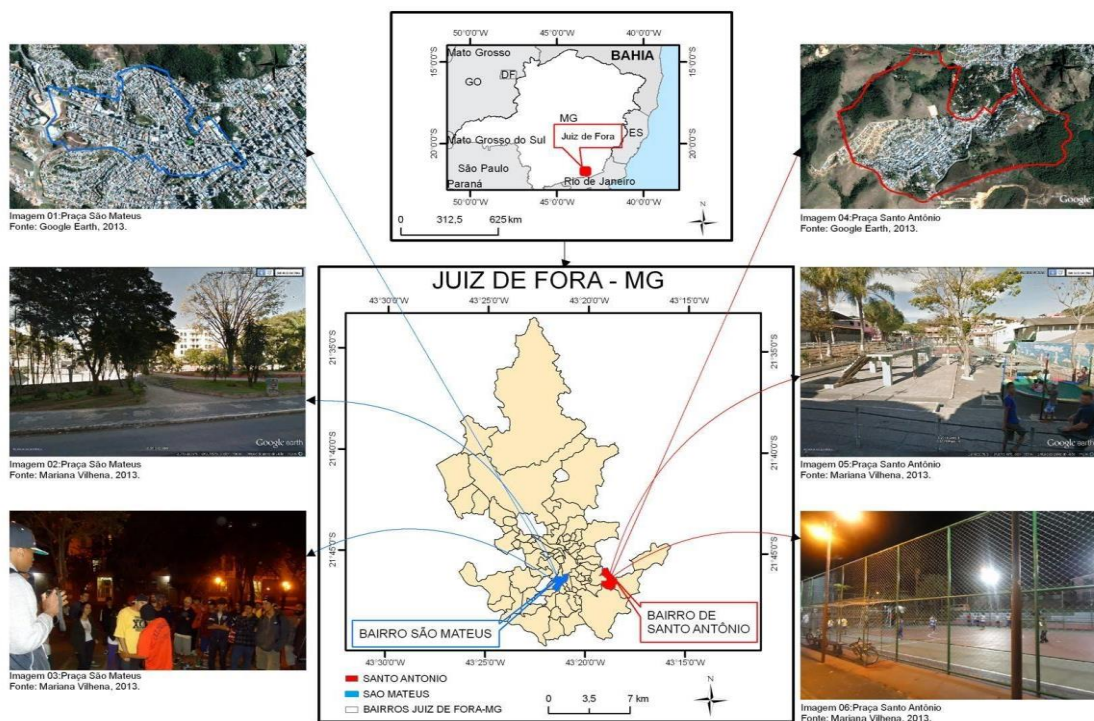
## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1</b>	<b>VIVER O ESPAÇO: JUVENTUDES E AS POSSIBILIDADES DE AÇÃO POLÍTICA NO ESPAÇO PÚBLICO</b> .....	19
<b>1.1</b>	<b>A construção de espaços públicos</b> .....	19
<b>1.2</b>	<b>Juventude(s): a necessidade de pluralizar a discussão</b> .....	29
<b>1.3</b>	<b>Ação política no espaço público</b> .....	35
<b>1.4</b>	<b>Questões de método</b> .....	40
<b>2</b>	<b>O PROTAGONISMO JOVEM E/NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA PSM</b> .....	51
<b>2.1</b>	<b>A concepção do espaço da PSM: perspectivas políticas a partir da visão do arquiteto responsável pela elaboração do projeto</b> .....	51
<b>2.2</b>	<b>A produção do espaço da PSM: contribuições a partir dos jovens sujeitos dessa pesquisa</b> .....	61
<b>2.3</b>	<b>Pensando a política praticada pelos jovens na PSM</b> .....	82
<b>3</b>	<b>A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA PRAÇA NILO SOTTO MAIOR – PRAÇA DO SANTO ANTÔNIO</b> .....	91
<b>3.1</b>	<b>A elaboração de projetos arquitetônicos em série</b> .....	91
<b>3.2</b>	<b>Características do bairro e as relações estabelecidas com a apropriação da praça do Santo Antônio</b> .....	94
<b>3.3</b>	<b>A produção da praça do Santo Antônio pelos jovens</b> .....	101
<b>3.4</b>	<b>Ser jovem: sobre os sentidos atribuídos à política pelos jovens no espaço público...</b>	116
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: APROXIMAÇÕES E/OU DISTÂNCIAS: A PSM E A PRAÇA DO SANTO ANTÔNIO PRODUZIDAS PELOS JOVENS</b> .....	122
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	132

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende mostrar um caminho de pesquisa que começou a ser construído ao longo de minha graduação e participação no projeto de pesquisa “Jovens e cidade: um estudo em Juiz de Fora”, desenvolvido pelo Nugea (Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação) entre 2010 e 2011 na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Ao longo desse período, buscávamos compreender como os jovens se apropriavam da cidade, seus eixos de circulação, seus sonhos, suas lutas e dificuldades. Naquela época, minha atenção começava a ser despertada para o papel dos espaços públicos nessas realidades, dado seu potencial político inerente. Associado a leituras que eu já vinha fazendo sobre o tema, iniciou-se o desenvolvimento desse projeto que apresentaremos nesta dissertação.

Buscamos, nesta pesquisa, mostrar as formas de apropriação dos jovens em duas praças da cidade de Juiz de Fora: a praça Jarbas de Lery Santos, no bairro São Mateus, e a praça Nilo Sotó Maior, no bairro Santo Antônio.



Elaboração: Henrique Barros e Mariana Vilhena

Figura 1: Mapa de localização  
Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora

Os dois bairros apresentam importantes diferenças entre si no que diz respeito à localização, isto é, o bairro São Mateus está em uma parte mais central de Juiz de Fora, sendo reconhecido como uma área nobre e valorizada da cidade, com renda familiar mensal de aproximadamente R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). O Santo Antônio tem outra realidade socioeconômica. Está inserido em uma região considerada periférica da cidade, sua população é composta principalmente de trabalhadores assalariados e a renda familiar mensal gira em torno de R\$ 1.110,00 (mil cento e dez reais)<sup>1</sup>. O que pretendemos mostrar é como suas praças e juventudes refletem essas diferenças.

O bairro Santo Antônio tem suas origens confundidas com a própria fundação da cidade de Juiz de Fora, influenciada pela devoção ao santo católico homônimo e pelo desenvolvimento do Caminho Novo (que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais). De acordo com Ferreira (2008), foi a partir e ao redor da instalação de uma toska capelinha no Morro da Boiada à beira do Rio Paraibuna que a cidade começa a ser criada. O Morro da Boiada é hoje conhecido como bairro Santo Antônio. Além disso, também é composto por pessoas removidas de uma área central da cidade, atualmente conhecida como bairro Teixeiras, por conta de desapropriação realizada pelo poder público, dentre outros perfis que o compõem. Apesar do baixo poder aquisitivo de seus moradores, o bairro conta com coleta de lixo e serviços de água e esgoto, além de escolas e um pequeno comércio. No local, os espaços para a convivência são basicamente a praça (que possui uma quadra) e o campo de futebol, no qual são disputados alguns campeonatos.

Já o São Mateus é um bairro com enorme oferta de serviços e localizado na zona sul da cidade, bem próximo a alguns bairros habitados por moradores com menor poder aquisitivo, como Dom Bosco e Santa Cecília. Tal fato faz com que a circulação de pessoas tenha se tornado cada vez mais heterogênea no bairro São Mateus, já que os moradores do entorno acabam indo para o local em busca de lazer, educação e trabalho.

O bairro possui uma praça de grande porte, com quadra e um amplo espaço de convivência, por onde circula diariamente uma enorme quantidade de pessoas. A praça geralmente é utilizada pela população idosa, por comerciantes (aos sábados a praça recebe

---

<sup>1</sup> Esses dados são referentes ao valor do rendimento mediano mensal dos domicílios urbanos permanentes, segundo o Censo Demográfico de 2010. Para a cidade de Juiz de Fora como um todo, o valor é de R\$ 1.500. Assim, os rendimentos no bairro Santo Antônio estão abaixo da renda mediana dos domicílios da cidade, enquanto que no São Mateus o valor é pouco mais que o dobro dessa renda, e por isso consideramos esse último como um bairro nobre de Juiz de Fora. Vale dizer ainda que os custos de vida da cidade não são tão altos se comparados a outros locais do Brasil.

uma feira de artesanato) e também por uma parcela de jovens em busca da prática de esportes ou de convívio social. Ao mesmo tempo, o bairro possui uma grande oferta de serviços, com muitos bares, cafés, restaurantes, entre outros que são normalmente as principais opções de lazer e convivência para uma população que pode consumir esses serviços.

A cidade de Juiz de Fora está localizada na Zona da Mata Mineira e possui, de acordo com o IBGE (2010), 516.247 habitantes, sendo aproximadamente 17% de jovens. Isso se explica por seu perfil universitário, com ampla oferta de serviços relacionados à educação, mas não apenas. Há também um processo de envelhecimento da população, que resulta na diminuição da taxa de natalidade e na ampliação dos estratos intermediários da pirâmide etária da cidade.

A economia juiz-forana é fortemente constituída pelas atividades de serviços e comércio, o que somado ao seu tamanho e importância, confere à cidade o status de polo regional. Essas atividades estão concentradas no centro de Juiz de Fora e, junto com a função residencial, explicam a intensa verticalização nessa área.

De maneira geral, os espaços públicos estão fortemente localizados também na região central da cidade. Em bairros de periferia, o que se observa normalmente é uma certa homogeneidade na distribuição e na forma desse tipo de espaço. Isso quer dizer que, na maioria dos bairros distantes do centro, verifica-se a existência de uma praça com uma quadra e, às vezes, um parquinho para as crianças.<sup>2</sup>

É preciso ressaltar que Juiz de Fora passa, no momento de realização desta pesquisa, por intensa ocorrência de atividades e movimentos urbanos de apropriação e ocupação de espaços públicos, principalmente, mas não exclusivamente, nos que estão mais centralmente localizados. Tais realizações são protagonizadas por jovens do hip-hop, de movimentos lgbt, militantes pelo direito à cidade (curva do Lacet, contra a lei de uso e ocupação)<sup>3</sup>, skatistas, jovens pertencentes a coletivos urbanos e ONG's, universitários, entre outros grupos. A praça

---

<sup>2</sup> Também vale comentar que essa não é uma característica exclusiva da cidade de Juiz de Fora. Com a onda de urbanização impulsionada pela descentralização industrial (nas décadas de 1960, 1970 e 1980), as cidades próximas a São Paulo receberam grandes levas de imigrantes, constituindo periferias super adensadas sem espaços livres ou ainda, sem espaços públicos. Isso faz com que as características dos bairros centrais sejam muito diferentes dos bairros considerados periféricos nessas cidades, - com implicações espaciais significativas.

<sup>3</sup> A Curva do Lacet é um espaço localizado no entroncamento das Avenidas Independência e Paulo Japiassu Coelho e dá acesso para a Cidade Alta, bairro Dom Bosco e Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 2008, o campo de futebol existente no local e que se constituía como um espaço de lazer de extrema importância para os habitantes do bairro Dom Bosco, foi retirado para dar lugar a um amplo gramado que serve de passagem e dá acesso ao Shopping Center construído em frente. Tais transformações prejudicaram muito os moradores do Dom Bosco, bem como empobreceram a função do espaço público, atendendo apenas as demandas dos donos do shopping e seus lojistas.



do São Mateus muito se beneficiou desse momento na medida em que serviu e serve de abrigo para muitos desses eventos, tais como o Encontro de MC's, a Gaymada, as manifestações de junho de 2013, festas juvenis ou mesmo encontros de protesto contra a nova lei de uso e ocupação do solo da cidade.

Apesar de alguns desses grupos desejarem, inclusive por questões ideológicas, atingir e levar essas atividades para bairros mais distantes ou considerados periféricos, isso ainda acontece de maneira incipiente. O Encontro de MC's se esforça para ampliar suas apropriações até outros espaços públicos, mas ainda há dificuldades para que essas e outras atividades cheguem a bairros como o Santo Antônio, objeto desta pesquisa.

A partir das formas de apropriação dos espaços públicos em questão, mostramos como os espaços são produzidos e se tais configurações espaciais são capazes de criar e/ou catalisar o desenvolvimento da política, resultando ou não em ações políticas nas praças e dando-lhes, segundo nosso alinhamento teórico, o adjetivo público<sup>4</sup>.

De acordo com Serpa (2002, p. 136), “[...] a apropriação é um processo que pressupõe atos práticos cotidianos [...], inclui necessariamente o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, os quais caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital”. Entende-se que a apropriação mantém relação direta com a produção do espaço – forma analítica para esta pesquisa –, uma vez que se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, explorá-lo ou vivenciá-lo. Discutir a produção do espaço também implica considerá-lo como político, isto é, como uma construção e produto social, reafirmando seu caráter humano e inserindo-o em um jogo de interesses e vontades que passam a constituir uma política do espaço.

Os agentes de análise privilegiados nessa produção das duas praças estudadas são os jovens. a juventude é tratada neste trabalho como uma categoria sócio-histórica, o que implica pensá-la a partir da perspectiva das diferenças e, portanto, da pluralidade. Reconhece-se, assim, a existência de inúmeras juventudes:

---

<sup>4</sup> No âmbito desta pesquisa, entende-se que os espaços públicos são aqueles que potencializam a realização da dimensão política da ação, porque possibilitam a convivência entre as pessoas, proporcionando a rica experiência da alteridade e até mesmo o estabelecimento de relações favorecedoras da ação política. Nesse sentido, Duarte (2000, p. 241) destaca: “[...] trata-se também de um espaço que existe apenas potencialmente, isto é, enquanto possibilidade, nunca necessariamente ou para sempre”.

De fato, em todas as concepções, inexistente a consideração de que a categoria juventude engloba uma série de categorias diferentes. A juventude não seria um bloco homogêneo; daí a impossibilidade de se falar em juventude no singular. São tantas as juventudes quanto são as classes sociais, as etnias, as religiões, os gêneros, os mundos urbanos ou rurais, etc. (CASSAB, 2009, p. 43)

Não é permitido, portanto, uma essencialização do que vem a ser e significar o conceito de juventude, uma vez que ser jovem no Santo Antônio é, sem dúvida nenhuma, muito diferente de ser jovem no São Mateus. São modos de ser e viver o/no espaço muito distintos, revelados neste trabalho a partir das mais variadas formas de apropriação do espaço público.

A diferença entre as juventudes é aqui pensada a partir das diferentes faixas de renda dos bairros escolhidos, e isso já justifica um pouco os motivos de se trabalhar com os bairros Santo Antônio e São Mateus, muito embora, em ambos, indivíduos de faixas de renda distintas convivam no mesmo espaço público.

Pretendemos trabalhar com bairros de faixas de renda diversificadas para que a comparação possa ser feita, o que implica pensar distintos modos de consumo, formas de mobilidade urbana e apropriação de determinados espaços em detrimento de outros. Como já observado em pesquisa anterior, um maior ou menor poder aquisitivo desses jovens altera os espaços dos quais se apropriam e as formas como se apropriam, o que fundamenta fortemente o recorte escolhido.

Admite-se que existe ainda uma gama enorme de possibilidades de abordar a juventude dentro de sua pluralidade, a partir, por exemplo, do gênero ou etnia, e que não podemos deixar de apontar essas diferenças que existem até mesmo internamente aos bairros estudados. No entanto, a ênfase deste trabalho está na variedade de faixas de renda e práticas espaciais.

Através das práticas espaciais, é possível perceber simultaneamente duas questões: a função dos espaços públicos em cidades médias para a juventude e as características diferenciadoras das juventudes urbanas. Pretendemos afirmar aqui o sentido político dos espaços públicos e sua potencialidade para desenvolver a ação política e, assim, defender a existência e o uso desses espaços pela juventude na cidade de Juiz de Fora.

Por isso, nosso objetivo geral é realizar um estudo comparativo das formas de apropriação dos espaços públicos (praças) por jovens residentes em bairros geográfica e

socialmente distintos, buscando identificar os elementos de semelhanças e diferenças entre elas, dando destaque à dimensão política da apropriação.

Como objetivos específicos temos: a identificação das formas de apropriação atuais de duas praças na cidade de Juiz de Fora/MG; discutir a constituição de diferentes juventudes a partir das diversas formas de apropriação; entender o sentido e a função dos espaços públicos para as juventudes, analisando com maior ênfase sua função política; e por último compreender as possibilidades de ação política no espaço público.

Para tanto, a dissertação está organizada de maneira que o leitor tenha a possibilidade de acompanhar os processos de pesquisa, desde as primeiras observações até as reflexões finais. Será possível perceber, por exemplo, que o valor cobrado para que os jovens possam jogar futebol na quadra da praça do bairro Santo Antônio subiu 100 % do momento inicial até o instante final de elaboração deste trabalho, bem como inferir que as impressões de campo foram se transformando ao longo do tempo.

Para isso, no primeiro capítulo – “Viver o espaço: juventudes e as possibilidades de (ação) política no espaço público” –, introduzimos o leitor em nossa discussão sobre juventudes e política no espaço público, mostrando, de certa forma, as impressões iniciais da pesquisa, as primeiras aproximações com a temática.

No segundo capítulo – “O protagonismo jovem e/na produção do espaço da PSM”, partimos para a discussão sobre a produção do espaço público no bairro São Mateus, caracterizando a juventude que se apropria da PSM e discutindo os aspectos políticos de suas ações na praça.

Finalmente, no terceiro e último capítulo intitulado “A produção do espaço da Praça Nilo Sotó Maior – Praça do Santo Antônio”, nosso foco está voltado para os jovens e outros agentes que contribuem para construir e dar vida à praça Nilo Sotó Maior, localizada no bairro Santo Antônio, relacionando também com a reflexão sobre os sentidos e possibilidades da (ação)<sup>5</sup> política.

---

<sup>5</sup> O termo ação vem entre parênteses porque entendemos que onde a política consegue se desenvolver estão também colocadas as bases para a ação política, isto é, não existe política sem ação como afirma Arendt (2010), o domínio de experiência da política é a própria ação: “A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação

Sendo assim, no capítulo a seguir, trazemos as questões relativas à juventude e à política no espaço público, contextualizando também o tema desta pesquisa.

## **1 VIVER O ESPAÇO: JUVENTUDES E AS POSSIBILIDADES DE AÇÃO POLÍTICA NO ESPAÇO PÚBLICO**

Para fazer a apresentação de nosso tema, tratamos, na primeira parte deste capítulo, do conceito e do sentido de política em espaços públicos, já que, para realizá-la, precisamos ter espaços concretos na cidade que assegurem o seu exercício. Acredita-se que os espaços públicos são o lócus privilegiado para o desenvolvimento de relações sociais políticas.

Na segunda parte, a discussão segue para uma compreensão sobre a juventude, partindo de uma revisão bibliográfica sobre o tema e as maneiras como é tratado na literatura especializada, terminando com a questão das formas de apropriação espacial das praças estudadas enquanto reveladoras das diversas maneiras de ser jovem na cidade.

Por último, será discutido o conceito de ação política, principalmente a partir da obra da cientista política Hannah Arendt, ou seja, dando-se destaque ao caminho percorrido pela ação e não seu produto final, além de ressaltar sua dimensão de imprevisibilidade.

### **1.1 A construção de espaços públicos**

De acordo com Arendt (2010), para existirmos no e para o mundo, precisamos nos dividir e nos mostrarmos para o outro; quando isso não acontece, possuímos apenas uma existência obscura e incerta. Apenas quando somos ouvidos e vistos pelos outros, podemos nos tornar reais e dar concretude ao mundo real. A presença de outros nos proporciona uma realidade do mundo e de nós mesmos, e o fato de falarmos e sermos ouvidos pelo outro faz com que nossas individualidades se tornem desprivatizadas e, portanto, públicas. Para Arendt (2012, p. 21) “[...] os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. Ainda quanto às nuances que correlacionam a política e os homens, a autora teoriza:

---

com a política, essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio per quam* – de toda vida política”.

Neste sentido, a política surge da relação entre os homens e das opções feitas, historicamente, para a sua realização. No entanto, ainda seguindo Arendt (1998), é quando “os homens se juntam, [que] se move o mundo entre eles, fazendo surgir um interespaço [espaço das relações] onde ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos”. (ARENDRT apud CASTRO, 2005, p. 49-50)

Os espaços públicos representam assim uma grande possibilidade de nos realizarmos enquanto sujeitos (exteriorizando nossas subjetividades), uma vez que é o espaço propiciador da convivência, da troca de experiências individuais e coletivas, e, portanto, da política. Trata-se, assim, o espaço público como sinônimo de espaço político.

Espaço público e política têm aí estreita relação, o primeiro como condição e meio para a realização da política, e o segundo como expressão dos conflitos gerados pelas diferenças que o compartilhamento de vivências traz à tona:

Esse espaço público só se torna político quando assegurado numa cidade, quer dizer, quando ligado a um lugar palpável que possa sobreviver tanto aos feitos memoráveis quanto aos nomes dos memoráveis autores e possa ser transmitido à posteridade na sequência das gerações. (ARENDRT, 2012, p. 54)

É preciso compreender que o sentido de política adotado neste trabalho vai muito além das noções de gerenciamento e/ou administração e tem muito mais relação com a coexistência em espaços comuns que possibilita o compartilhamento de experiências espaciais, culturais e socioeconômicas. Vale ressaltar que, por partir da externalização do indivíduo, esse compartilhamento e a vida em comum não querem dizer somente uma comunhão e harmonia total de interesses, atividades, anseios, opiniões, entre outros, mas geram também conflitos que servem para contribuir para a experiência da alteridade e só serão saciados através da política em seu sentido mais amplo. O reconhecimento das diferenças também faz parte do processo de construção política de relações sociais.

Nota-se, assim, a possibilidade de pensar a diferença sempre a partir da lente da alteridade. Além disso, a pluralidade humana, constituída por essas diferenças, e a existência de espaços concretos para o reconhecimento dessa pluralidade são a base constituinte de todo o sentido da política. Hannah Arendt diz que a política não é uma característica inata do homem, mas nasce do espaço entre os homens, o interespaço, daí serem tão necessários espaços onde se possam encontrar as diferenças e dotá-las de um significado político.

Nesse sentido, Castro (2012, p. 58), escreve que “[...] A condição fundadora da política é, pois, a diferença entre os homens”, uma vez que “[...] a política baseia-se na pluralidade dos homens e surge da relação entre eles e das opções historicamente feitas para que essas relações possam se realizar”.

Daí a escolha dos espaços públicos como objeto de estudo, os quais têm, em um primeiro momento, a função de propiciar lazer para os frequentadores e estimular a convivência, o que facilita a realização da política democrática nesses espaços.

Esse espaço é, pois, nas sociedades modernas, a base e a condição fundamental para a experiência da liberdade individual, vivida dentro de uma coletividade plural. Compreende-se assim a importância e necessidade da existência e do funcionamento desse espaço público para a democracia. (GOMES, 2005, p. 251)

A possibilidade de enxergarmos a diferença como alteridade está, entre outras coisas, em reconhecermos que não existimos sozinhos. A coletividade plural se origina daí.

Uma importante ideia que permeia o pensamento arendtiano diz respeito à existência da pluralidade humana que, baseada na antiguidade greco-romana, coloca a importância da construção de um mundo comum para se edificar o “artifício humano”. A ausência de um mundo comum representaria a falta de um lugar próprio e demonstraria um certo desenraizamento humano<sup>6</sup>. O encontro, a interação, a experiência da alteridade estariam assim relacionados com uma necessidade de ver e ser visto pelo outro, ouvir e ser ouvido no espaço, contextualizado enquanto espaço público.

Para Hannah Arendt, a conscientização da necessidade de registros de experiências individuais através da fala, da escrita e por fim da política remonta ao nascimento da História.

Não historicamente falando, mas poeticamente, seu início encontra-se, antes, no momento em que Ulisses, na corte do rei dos Feácios, escutou a estória de seus próprios feitos e sofrimentos, a estória de sua vida, agora algo fora dele

---

<sup>6</sup> Esse mundo comum é a própria esfera pública e suas possibilidades de se materializar no espaço. É assim que, de acordo com Arendt (2010, p. 64), “[...] o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele. Esse mundo, contudo, não é idêntico à Terra ou à natureza, enquanto espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica”. Talvez aqui caberia dizer ainda que, neste trabalho, o espaço é entendido como um conceito de análise no qual relações dialéticas entre forma e conteúdo ou espaço e relações sociais são estabelecidas. Assim sendo, o espaço deixa de ser espaço físico, receptáculo dos processos sociais e passa a incorporar (de maneira dialética) as relações humanas.

próprio, um “objeto” para todos verem e ouvirem. O que fora pura ocorrência tornou-se agora “História” (ARENDR, 2011, p. 74, grifos no original)

Como viver sem o outro, sem o que é diferente de nós, se, para realmente existirmos, precisamos do outro para nos constituir, para nos reconhecermos como seres humanos?

Merleau-Ponty (2006), assim como Arendt (2010), sai em defesa do contato com o outro para afirmarmos nossas existências:

[...] quer dizer, se também, no próprio momento em que experimento minha existência, e até mesmo nesse cume extremo da reflexão, eu careço ainda desta densidade absoluta que me faria sair do tempo, e descubro em mim um tipo de fraqueza interna que me impede de ser absolutamente indivíduo e me expõe ao olhar dos outros como um homem entre os homens, ou pelo menos uma consciência entre as consciências. [...] Para que outro não seja uma palavra vã, é preciso que minha existência nunca se reduza à consciência que dele se possa ter e, portanto, minha encarnação em uma natureza e pelo menos a possibilidade de uma situação histórica. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 9)

É uma perspectiva muito forte de proximidade com o outro, de intersubjetividade:

[...] no sentido de um idealismo transcendental que trata o mundo como uma unidade de valor indiviso entre Paulo e Pedro, na qual suas perspectivas se recobrem, e que faz a “consciência de Pedro” e a “consciência de Paulo” se comunicarem porque a percepção do mundo “por Pedro” não é um feito de Pedro, nem a percepção do mundo “por Paulo” um feito de Paulo, mas em cada um deles um feito de consciências pré-pessoais cuja comunicação não representa problema, sendo exigida pela própria definição da consciência, do sentido ou da verdade. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 7, grifos no original)

A intercomunicação precisa de um espaço para acontecer. Assim, nos parece que os espaços públicos, enquanto espacialização da esfera pública, figuram como importantes locais para o convívio e desenvolvimento de relações com pessoas diferentes de nós, com o outro, para o exercício e vivência da experiência da alteridade, do suprimento de nossas fraquezas internas.

Alguns questionamentos se colocam aqui: como é possível conviver com o outro sem sentir medo do desconhecido? Como coexistir na cidade moderna se já sabemos dos índices altíssimos de criminalidade e violência nela estabelecidos? Como escapar da vontade

crecente de individualismo e vida privada? Como fugir do esvaziamento do sentido da política?

Yi-Fu Tuan, em seu livro “Paisagens do Medo”, faz um resgate histórico dos tipos de fobias que atormentaram os homens ao longo do tempo: medo da natureza, medo de doença, medo na criança em crescimento, entre outros, retratando até mesmo algumas sociedades “sem medo”.

Interessa-nos aqui trabalhar com o medo que os homens sentem dos outros homens como seres distintos e desconhecidos, situação que reflete diretamente no tipo de vida e no tipo de cidade a serem constituídos.

Conflitos desse tipo são antigos e se deram de diversas maneiras, em diferentes tempos e espaços, como nos mostra Tuan ao relatar sobre a vida na Itália e na Inglaterra por volta do século XIII:

O estrangeiro ou vagabundo era uma das causas mais comuns de distúrbios em todos os centros urbanos. Ao contrário das querelas entre famílias, os estrangeiros desorganizados comumente atacavam depois do escurecer. Uma forma de precaução contra eles e contra a possibilidade de rixas entre os habitantes locais foi o toque de recolher. Quando os sinos anunciavam o toque de recolher, supunha-se que as pessoas deveriam permanecer em casa [...]. As autoridades fizeram o máximo para minimizar as tentações de perambular.(TUAN, 2005, p. 255)

Além disso, as próprias cidades tinham uma forma arquitetônica projetada para proteger os homens e mulheres dos perigos representados por estranhos e forasteiros. Nas cidades chinesas tradicionais, por exemplo, a arquitetura era a principal forma de defesa: muitos portões, muralhas, fortificações, entre outros recursos que se acreditava serem eficientes no combate aos desconhecidos, ou seja, ao outro.

Existia também – paralelamente ao receio mútuo entre seres humanos – o pavor da natureza e seus fenômenos, muitas vezes antropomorfizados. Entretanto, à medida que aumenta o domínio do homem sobre essa natureza, seus medos em relação a ela diminuem e atualmente o foco do medo na cidade liga-se diretamente ao medo do outro.

Enquanto os estudos sobre medo remontam a bruxas e fantasmas, sua forma contemporânea está representada pela prisão das pessoas em casa, ansiosas e oprimidas pelo



medo da rua e da vida “lá fora”, isto é, pelo medo que temos do que é diferente de nós, pelo outro. Ao falar da vida nas cidades atualmente, Tuan reafirma:

O crescimento urbano desordenado, por exemplo, é visto como uma selva, um caos de edifícios, ruas e movimentos rápidos de veículos que desorientam e assustam os recém-chegados. Mas a maior ameaça, aquela que se destaca em uma cidade, são as outras pessoas. (TUAN, 2005, p. 16)

Assim sendo, observamos que o caminho encontrado pelos homens nas cidades de hoje tem sido a criação de grupos, comunidades fechadas em si mesmas, lugares em que se privilegia a convivência “entre iguais” com a suposta finalidade de adquirir proteção, de se sentir amparado por sistemas de segurança, arquitetura e até mesmo sistemas de relações sociais, nos quais a heterogeneidade não tem muito espaço em comparação com o medo e necessidade de segurança.

Entretanto, a despeito desse medo e da privatização da sociedade, entende-se que, para uma sociedade mais segura, baseada em pilares coletivos e não individuais, é preciso que os homens se joguem no mundo, vencendo o medo, aceitando as diferenças e os outros para, assim, se apropriarem dos espaços propiciadores do confronto entre desconhecidos, espaços políticos.

Muitas vezes, a diversidade e a intensidade de formas de apropriação do espaço público podem gerar e possibilitar justamente sentimentos de segurança. Pensando assim, compreendemos que a vida na rua e em espaços dessa natureza viabiliza-se por pactos sociais para o estabelecimento de acordos que regem a vida coletiva nas ruas, parques e outros lugares públicos. Esse pacto só é possível através do uso e da ocupação desses espaços<sup>7</sup>:

---

<sup>7</sup> Vale lembrar que não é uma regra geral ou uma relação causal entre segurança e uso dos espaços públicos urbanos, mas passa pela existência de uma verdadeira pluralidade humana nesses espaços, capaz de produzir uma ampla diversidade de apropriações espaciais, sem a formação de blocos homogêneos ou territórios fechados. De maneira geral, Jane Jacobs observou em suas pesquisas que uma maior capacidade de usar e se apropriar dos espaços da cidade representariam também a presença de olhos vigilantes que auxiliariam na segurança desses espaços. Isso não quer dizer que a quantidade de pessoas por si só garante segurança para os habitantes das cidades atuais, mas indica uma abertura para uma segurança estabelecida pelos próprios usuários do espaço, quando salvaguardadas suas características essenciais de espaços públicos.

A primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. (JACOBS, 2009, p. 32)

Espaços públicos são mantidos por negociações constantes e, a partir delas, com a criação de acordos que fazem a vida pública ser possível. É preciso assumir o caráter essencial de negociar:

Se aceitarmos que o espaço público tem como uma de suas características essenciais a reunião de um universo quase infinito de diferenças próprio às pessoas que aí habitam, o passo seguinte é compreender como essa reunião de diferenças sobre um mesmo espaço pode ser possível e legítima. De uma forma muito simples, podemos dizer que as pessoas, que compartilham esse espaço, encontram como forma para conviver, o estabelecimento de acordos que delimitam comportamentos e práticas. Esses acordos são regulares, coercitivos e, dentro de uma certa medida, logicamente legitimados. Eles estabelecem os limites, a forma e os códigos de expressão dessas diferenças. (GOMES, 2005, p. 251)

Porém, para que as negociações realmente consigam se efetivar, é necessário que os usuários desses espaços os concebam e/ou os utilizem a partir da perspectiva da negociação (ceder, manter-se firme, defender pontos de vista e formas de uso, tomar conta do próprio espaço de vivência, se colocar no lugar do outro, etc.), pois essa perspectiva incorpora não só uma posição individual, mas também a possibilidade que o outro tem de utilizar e vivenciar espaços públicos e a esfera pública urbana. Aceitar negociar é, de uma forma ou de outra, assumir uma responsabilidade pública e enxergar que todos nós deveríamos responder pelo mundo.

Responder pelo mundo, ser seu fiador suporia, também, a capacidade de representar, de imaginar o destino futuro dos homens, de preservar a herança contra a ameaça crescente do deserto. Assim, a política aparece simultaneamente como condição do vir-a-ser mundo e condição do vir-a-ser do mundo. (COURTINE-DENAMY, 2004, p. 2)

Se desistimos de negociar, abdicamos também da vida pública. Vemos que isso é bastante presente nas mentalidades urbanas atuais. Preferimos viver na esfera privada, no

conforto do lar, que exige menos flexibilidade e uma menor densidade de negociações, de diplomacia.

É preciso, então, refletir sobre o tema para se tomar a importante decisão de assumir ou não uma responsabilidade e um comprometimento com a vida pública, mas, antes de mais nada, é necessário usar os espaços públicos para que exista a possibilidade de desenvolvimento do que Jacobs (2009) denomina de confiança (pública) para designar esse pressuposto de apoio e motivação para a apropriação dos espaços públicos em detrimento das esferas individuais de convivência. A confiança na rua forma-se com o tempo, a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas, e possibilita a assunção do que chamamos de responsabilidade pública.

Mais uma vez, recorre-se a uma ressignificação do sentido e da prática política, já que a perspectiva da negociação impõe essa retomada do significado, do sentido e do lugar da política tal qual da tradição clássica, respectivamente o espaço entre os homens, a liberdade e a esfera pública.

O significado de política (como interespaço) relacionado ao encontro, à convivência e à pluralidade humana dá a ela o sentido e a perspectiva da liberdade, porque está ligada às diferenças. Arendt (2007, p. 192, grifos no original) assim nos mostra quando diz que “[...] A *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação”.

Se a política está intimamente ligada à liberdade, é preciso, então, compreender de que liberdade se fala. Segundo Arendt (2011, p. 197), “[...] A liberdade, enquanto relacionada à política, não é um fenômeno da vontade”. Dessa forma, a liberdade deve ser tratada a partir da relação de um eu com o outro, ou seja, de um sujeito com os indivíduos que o rodeiam.

Essa ideia dá à liberdade uma perspectiva de exterioridade, que não deriva da vontade, porque não é vivida interiormente. O campo original da liberdade é a política, e não o domínio interno da vontade, uma vez que livre-arbítrio e liberdade não representam a mesma coisa. A liberdade interior, para Arendt, não tem significação política, o que quer dizer que, para a materialização da liberdade humana, é preciso uma reunião de homens e mulheres em espaços concretos. Homens e mulheres que assim serão livres:

Só posso aqui aludir às fatais consequências, para a teoria política, desse equacionamento da liberdade com a capacidade humana da vontade; foi ele uma das causas pelas quais ainda hoje equacionamos quase automaticamente poder com opressão ou, no mínimo, como governo sobre outros (ARENDDT, 2011, p. 210)

A retirada da vontade como atributo da liberdade inerente à política afasta esta última da soberania e de um poder opressor e tirânico, já que o querer e o poder, enquanto verbos de ação, coincidem. Dizer que o sentido da política é a liberdade (do mundo exterior e não da vontade) significa dizer que não há na política um sentido de soberania, mas sim uma responsabilidade e um compromisso para a construção conjunta do artifício humano no mundo. Neste trabalho, busca-se uma política que só consegue se realizar quando dotada dessa liberdade que surge do encontro entre sujeitos no espaço público em direção à ação. Uma política cujo sentido verdadeiro é a liberdade pensada dentro da esfera política e praticada com o outro:

Decisivo dessa liberdade política era o fato de ser ela vinculada espacialmente. Quem deixava sua polis ou era dela degredado, perdia não apenas sua terra natal ou pátria, mas também o único espaço no qual poderia ser livre, perdia a companhia daqueles que eram seus iguais. (ARENDDT, 2012, p. 50)

Procura-se também retomar esse sentido de política dentro da agenda da geografia e, portanto, trazer para dentro do debate o espaço enquanto espaço político, e, assim, a necessidade de tratar a ação instituinte e seus espaços como sendo tão importantes e essenciais quanto o poder instituído e seus espaços (CASTRO, 2012). Sobre o assunto, Serpa (2008, p. 406), esclarece ao afirmar que, “[...] Assim, a soberania das leis deve ser conseguida por intermédio da publicidade, ou seja, de uma esfera pública, de um espaço público, cuja capacidade funcional é imposta, sobretudo, com a base natural do estado de direito”.

Tal discussão tem relevância para este trabalho, na medida em que nos interessa, aqui, compreender a dimensão política da apropriação das duas praças estudadas.

A política só tem sentido quando assegurada em espaços concretos. Por isso, importam nesta pesquisa a compreensão e a significação que os jovens dos bairros Santo Antônio e São Mateus atribuem aos espaços públicos de que usufruem. Interessa entender o que é espaço público para eles, com todas as relações sociais que isso pressupõe.

Em trabalhos de campo anteriores, percebe-se que, apesar de no bairro São Mateus a praça ser mais intensamente usada – inclusive por jovens de bairros vizinhos –, nos dois bairros, observam-se sentimentos de cuidado e apego para com esses locais públicos.

Recentemente, a Prefeitura de Juiz de Fora divulgou um projeto que prevê um corte (destruição parcial) na praça Jarbas de Lery Santos para a construção de uma rua visando a, supostamente, melhorar o trânsito de carros do bairro. Os moradores se mobilizaram contra essa iniciativa participando de audiências públicas, divulgando o fato via redes sociais e organizando atos públicos na chamada “pracinha do São Mateus” – ou PSM como a conhecem os jovens –, demonstrando indignação com a proposta do Governo municipal e também um grande interesse em manter tal espaço ao qual atribuem função de lazer e convivência pública.

Em entrevista realizada pelo Jornal Tribuna de Minas (29/09/2012), uma moradora comentou: “Muitos cadeirantes e idosos gostam de vir aqui tomar sol. A praça representa contato com a natureza e espaço de convívio entre as pessoas, inclusive dos bairros do entorno”<sup>8</sup>.

No Santo Antônio, observamos que muitos moradores avaliam e falam da praça como um local ruim, perigoso e pouco usado. Paradoxalmente, devotam muita dedicação e empenho no cuidado com tal espaço. Além disso, as primeiras impressões caminham na direção de que a pracinha do São Mateus possui um uso maior em relação ao espaço público do bairro Santo Antônio, até mesmo no sentido de diversificação de usos e funções.

Por lá, acontece uma feira de artesanatos aos sábados, há grande circulação de pessoas (a praça conta com um ponto de ônibus e está localizada em uma área mais central, além de ter a entrada para prédios residenciais) e a quadra é utilizada para a prática de modalidades esportivas diversas. Segundo Jane Jacobs, dentre as condições para a diversidade urbana, está a necessidade de usos principais combinados, multiplicando as funções do espaço público que “devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos

---

<sup>8</sup> Neste caso, nos referimos especificamente aos sujeitos que se apropriam da PSM e reconhecem sua importância não só para o bairro São Mateus, mas também para a vida urbana em geral. Há, ainda, indivíduos que moram nas redondezas ou nos prédios em volta da praça que a enxergam como um espaço marginal, bem como são os jovens que dela se apropriam vistos como “ociosos” ou potencialmente perigosos. Essa visão opera em uma lógica na qual os problemas dos espaços públicos – visto como extremamente inseguros – são resolvidos a partir de sua destruição.

lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infra-estrutura.” (JACOBS, 2009, p. 167)

Portanto, é preciso valorizar a diversidade de perfis daqueles que se apropriam dos espaços públicos. Não se devem negligenciar, entretanto, as razões que podem impedir ou dificultar o acesso e a permanência dos jovens do bairro Santo Antônio no espaço público, dentre as quais podemos citar: a entrada precoce no mundo do trabalho, as responsabilidades domésticas, entre outros. Tal fato é relevante na medida em que interfere na capacidade de diversificação dos usos e apropriações dos espaços públicos e torna-se ainda mais central ao compararmos essa realidade com o cotidiano de outros bairros, como o São Mateus. Nesse sentido, Jacobs afirma:

Existe nas cidades um grupo que, sozinho, é capaz de usufruir e povoar os parques prolongada e satisfatoriamente, embora raramente atraia outros tipos de frequentadores. Esse grupo é formado pelas pessoas que têm tempo para o lazer, e não têm responsabilidades domésticas. (JACOBS, 2009, p. 108)

No caso dos usuários do bairro de menor poder aquisitivo, muitas vezes, trabalho e responsabilidades domésticas aparecem concomitantemente, principalmente para as meninas, diminuindo o tempo para o lazer.

Assim, com todas as implicações que esses fatos trazem, observamos, ainda, em relação à diversidade de usuários e formas de apropriação, que, no Santo Antônio, a quadra é o que dinamiza a movimentação da praça pública e comporta apenas um tipo de uso: o futebol. As partidas e treinos de futebol, de certa forma, são o que sustentam a apropriação do espaço público. O outro uso que se observa é a partir da movimentação de alunos da escola Dante Jaime Brochado, que tem entrada pela praça, mas não altera muito o fluxo de pessoas, uma vez que os alunos não permanecem por muito tempo no local.

Dessa maneira, temos um forte uso e também apropriação do espaço público no São Mateus, com uma heterogeneidade maior no perfil dos usuários, o que não se observa tão claramente no bairro da zona leste da cidade. Tal uso não significa que os diálogos ocorram ou que as formas de apropriação facilitem a ação política. Esse questionamento é justamente o objeto de nossa análise e investigação que virão nos próximos capítulos.

O espaço público é aqui abordado a partir de sua capacidade de formação política para a juventude.

## 1.2 Juventude(s): a necessidade de pluralizar a discussão

“[...] procurava-se menos compreender como viviam por conta própria do que calcular a distância que os separava do adulto ou do homem sadio em seus desempenhos comuns...”

(Maurice Merleau-Ponty)

O interesse das Ciências Sociais pelo estudo da juventude no Brasil inicia-se na década de 1950 muito por conta do momento político e de transformações pelo qual não só o país, mas o mundo todo estava passando no período do pós-guerra. Antes disso, porém, a Escola de Chicago já produzia trabalhos sociológicos sobre o tema desde 1920:

Na Sociologia, os estudos sobre juventude sempre estiveram muito influenciados pela Escola de Chicago. Abordados nos anos 1920, em meio ao surgimento de gangues e do acirramento dos conflitos urbanos em território dividido por diversas etnias, os jovens foram vistos pela ótica da desorganização social. Tal idéia caracterizou a Escola de Chicago e reverberou sobre boa parte do conhecimento acadêmico na área de juventude entre os cientistas sociais. Nela, como sintetizou Zaluar (1997), as atividades criminosas e as possibilidades de ascensão social dos jovens marginalizados caminhavam juntas em meio a um cenário de rupturas dos valores e laços tradicionais, decorrentes do processo de imigração recente nas áreas urbanas. (CAMARANO et al, 2004)

De lá para cá, é possível elencar, ainda que de maneira geral, algumas justificativas para se abordar o tema, tanto na literatura especializada, quanto nos órgãos governamentais responsáveis por elaborar políticas públicas destinadas a essa parcela da população.

Entre elas, podemos citar o aumento do número de jovens no Brasil e o agravamento da crise urbana – periferização e violência –, que atinge em cheio os jovens brasileiros, uma vez que o índice de mortalidade juvenil é bastante alto, especialmente no que diz respeito à juventude de baixa renda. Além dessas, temos ainda as transformações ocorridas no mercado de trabalho que contribuíram para dificultar a entrada dessas pessoas, isto é, ficou mais difícil conseguir um emprego nessa fase da vida, e, por último, a ameaça de explosão demográfica que perturbou os planejadores urbanos e o Estado, e que acabou não se consolidando, entre

outras razões.

A juventude começou a aparecer nas discussões acadêmicas e institucionais sob dois vieses distintos: o primeiro está ligado ao enaltecimento, ou seja, ao entendimento dos jovens como a esperança para o amanhã, o que faz recair sobre eles uma enorme responsabilidade na manutenção e, principalmente, na transformação da ordem vigente, retirando o peso de sujeitos que não são jovens. Já o segundo caracteriza-os pela agressividade, rebeldia, falta de controle e violência.

Também foi a partir dos anos 1990 que se multiplicaram os estudos sobre juventude no Brasil, com dois enfoques. De um lado, a valorização da juventude na própria sociedade. De outro, a invisibilidade social na qual os jovens são jogados, mas que, apesar disso, forçam sua visibilidade através da participação em atos de violência (principalmente como agressores). (CASSAB, 2009, p. 41)

Atualmente, a condição juvenil é vista como um momento de vulnerabilidade ou de potencialidades, dependendo das trajetórias seguidas. Dessa maneira, é importante então reafirmar que não é o mesmo pensamento que opera quando se fala de jovens de baixa renda e jovens economicamente mais ricos. Os primeiros são os mais associados à violência, ao mundo das drogas em geral e ao ócio pensado de forma pejorativa:

Como é bem sabido, a consideração da juventude como problema está presente tanto no senso comum como nas ciências voltadas ao estudo das sociedades, tornando-se mais evidente ainda no caso dos jovens de periferia, que aliam à condição juvenil, percebida como potencialmente problemática, o estigma de pertencerem a um estrato social identificado com a criminalidade. (FRANCH, 2002, p. 2)

De toda forma, as juventudes são muito trabalhadas sob uma ótica negativista: uma fase de transição pensada, por isso, a partir do que não são, a despeito de enxergá-los como sujeitos de direitos e ação, que estão vivendo aqui e agora. Sob essa ótica, o jovem não é, está por vir a ser.

Essa mesma perspectiva tipifica a juventude como uma fase de transição marcada pela instabilidade, e a vida adulta representaria o período de estabilidade, quando, na verdade, a vida humana não pode ser descrita pela estaticidade, e sim pelo movimento, o que quer dizer que transformações podem ocorrer em qualquer época da vida, ainda mais se pensarmos em



contextos de modernidade – nos quais a velocidade do tempo e a efemeridade das relações sociais estão muito presentes.

Outro caminho comum de definição de juventude é através da cronologização da vida individual (própria da sociedade capitalista industrial do século XIX). Assim, a juventude é representada pelo corte etário, que, de acordo com a OMS, varia de 15 a 24 anos. É uma via possível, porém não se deve deixar de dizer que reduz as diferenças individuais a um denominador universal.

Todas estas definições e representações acerca do que seja a juventude – sujeitos agressivos, responsáveis pelo futuro, uma fase de transição ou uma faixa etária –, no entanto, se mostram arbitrarias e homogeneizantes, desconsiderando as diferenças e transformando sujeitos de ação em objetos como aponta Camarano (2004, p. 3):

Todas elas foram criticadas “pelo seu compromisso com o positivismo que transformava as pessoas em objeto e seu comportamento em fatalidade ou determinação, dificultando o entendimento delas enquanto sujeitos que participariam de forma ativa nas suas escolhas e ações, apesar das constrictões e pressões de forças de várias ordens”. (...) [ZALUAR (1997, p. 21)].

A mídia, comumente, também dissemina imagens cristalizadas sobre o sentido de ser jovem. Quando se trata de jovens pobres, o tratamento é ainda pior. É costume associá-los a uma índole violenta natural ou culpar a família e até mesmo o próprio jovem, atribuindo, geralmente, a solução à polícia.

Se acompanharmos os noticiários, veremos que os jovens são representados como sujeitos sem identidades, vontades, desejos e ações próprias, mais uma vez pensados pelo que não seriam, pelas ausências. Mas o que eles são?

O contato com os jovens dos bairros estudados mostra que, a despeito de todas as visões negativistas acerca do que é ser jovem, eles possuem sonhos e aspirações e realizam ações para transformar o cotidiano.

Ademais, acredita-se que, para compreender o que e quem são eles, é importante pensar a juventude enquanto uma categoria social, o que implicará pensar uma definição mais plural, isto é, pensar em juventudes, baseadas nos diferentes contextos sociais, culturais e econômicos em que estão inseridos esses agentes. Isso impõe pensá-los pelo que eles são no

aqui e no agora, colocá-los como sujeitos da ação no tempo presente. Não há como prendê-la em um ou outro conceito, sob o risco de homogeneizarmos as diferenças e nos distanciarmos da pluralidade humana e da diversidade de jovens existentes no mundo.

A juventude, ou as juventudes, dizem respeito a uma construção social, ou seja, é construída dessa ou daquela forma por sujeitos em diferentes espaços e tempos. Não é possível, portanto, trabalhar com a cristalização do conceito ou sua essencialização, é preciso pluralizar a discussão para nos aproximarmos melhor do real.

Por essas razões, as discussões que faremos aqui estão baseadas em suas trajetórias ou em seus caminhos de vida, mesmo que isso represente certa dificuldade metodológica a medida que também precisamos por se tratarem de espaços públicos trabalhar na perspectiva dos grupos. Estamos de acordo com Cordeiro quando a autora descreve a abordagem de juventude que escolheu utilizar em suas pesquisas:

Em síntese, falar em juventude como construção social pressupõe romper com uma aparente homogeneização e implica considerá-la como diversidade, seus pertencimentos sociais e seus campos de interação e ocupação do espaço urbano. [...] Pretendo fugir a uma visão mítica da juventude, totalizante e estática, que pouco ajuda a interpretar a condição juvenil no tempo presente, marcada por desigualdades de várias ordens. É nessa perspectiva que julgo importante recuperar os percursos de vida. (CORDEIRO, 2009, p. 57)

As diversas formas de ser jovem ou como vivem na sociedade contemporânea serão abordadas neste trabalho a partir das diferentes práticas espaciais e modalidades de apropriação do/no espaço público, por sujeitos de realidades socioeconômicas muito distanciadas, com destaque para a dimensão política dessas apropriações ligadas diretamente à ação política. O estudo comparativo e essas formas de apropriação procurarão revelar a constituição de diversos modos de ser jovem no espaço.

As primeiras impressões acerca das juventudes nas realidades estudadas são capazes de mostrar, sem dúvidas, sinais e caminhos para uma relativização da definição de juventude.

No Santo Antônio, por exemplo, a quadra esportiva é administrada por um senhor morador do próprio bairro, Seu Mato Grosso, conforme decreto da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora:

Tentando envolver a comunidade no cuidado do bem público e visando a

melhorar a conservação e administração dos equipamentos esportivos municipais, a Prefeitura criou, através de um decreto, em 1998, as Comissões Comunitárias de Administração de Área Esportiva Municipal (CAEMS). A lei prevê que cada área seja administrada por uma comissão, formada por representantes eleitos da comunidade, responsável por conservar e melhorar as quadras, além de cuidar da otimização e democratização do uso e gestão dos recursos arrecadados. (TRIBUNA DE MINAS, 2008, s/p)

Assim sendo, a chave da quadra fica sempre com ele e os horários de uso também são regulamentados por Mato Grosso. No quartinho existente ao lado da quadra, guarda equipamentos esportivos, descansa e possui, ainda, uma lousa, onde se pode observar todos os horários e pessoas que utilizam a quadra.

Os praticantes do futebol contribuem com uma pequena quantia em dinheiro. Assim, cada horário da quadra possui um preço diferente e há horários promocionais também. Em geral, jogar futebol por lá custa a cada jogador R\$ 1,00 por hora. Além disso, em alguns horários (das 7h às 16h), a quadra é utilizada por alunos da escola Dante Jaime Brochado.

No São Mateus, a quadra é poliesportiva, isto é, utilizada para a prática de diversas modalidades esportivas: skate, futebol, basquete, bicicleta, dentre outros. Tal fato faz com que a apropriação seja mais diversificada e contemple uma heterogeneidade maior de pessoas. No Santo Antônio, ter uma cesta de basquete é ainda uma aspiração dos jovens usuários da quadra.

Acrescenta-se ainda que a quadra do bairro de renda média permanece sempre aberta, deixando aos próprios usuários o poder de negociação e decisão sobre os esportes e os horários em que serão praticados no local. Não existe uma única figura responsável pela gestão do espaço público como no Santo Antônio, o que fortalece a perspectiva das negociações, das ações e da espontaneidade. De acordo com Serpa (2008, p. 407), estaremos inclinados a concordar com Hannah Arendt, para quem a sociedade exclui a possibilidade da ação e espera de cada um de seus membros certo tipo de comportamento, impondo regras para normalizar o “convívio social”, abolindo a ação espontânea e a reação inusitada.

Essas constatações colocam uma primeira observação acerca dos significados de ser jovem em cada bairro estudado. Parece-nos haver um maior controle social na apropriação espacial para a juventude de baixa renda em detrimento dos jovens economicamente mais favorecidos, que podem desfrutar do espaço como bem entenderem e negociar. Jovens menos

favorecidos em geral precisam ocupar seu tempo: com cursos, escola, esporte, música, educação e trabalho profissionalizante para não saírem dos limites impostos a eles pela sociedade e Estado. Sobre essa representação da juventude, nos fala Cassab:

Essa representação da juventude como um todo e, em especial, a operária, explica as estratégias de controle sobre os jovens. Com os filhos dos operários o controle se dava, em grande medida, pelo trabalho e pela polícia. Os filhos dos burgueses eram vigiados e controlados pelas instituições de ensino. (CASSAB, 2009, p. 24)

Não é objetivo negar que exista um controle social também para os jovens com maior poder aquisitivo, moradores do São Mateus. Entretanto, nota-se que esse controle é exercido mais intensamente sobre jovens moradores de periferias, inclusive o controle que se manifesta sobre o uso e a apropriação dos espaços públicos urbanos.

Essas observações nos remetem a dois sentidos distintos sobre o que seria a juventude: uma fase de liberdade e também de responsabilidade, como relatam os próprios jovens, sujeitos desta pesquisa. Essas características remetem ainda a outros aspectos da vida, como as falas dos próprios jovens, originadas de pesquisa anterior, apontam:

M: Ah. É primeiro lugar assim: você tem que ter liberdade, sua vida, seu momento [...]. Responsabilidade para trabalhar cedo para não ficar dependente de minha mãe. -Ah, mãe me dá dinheiro para ir não sei aonde? Me dá dinheiro para ir não sei aonde? Não acho certo não.  
(ENTREVISTA concedida a pesquisadores do Nugea, 2010, s/p)

A partir dessas impressões, no próximo subitem, tentaremos introduzir e pensar as realidades e práticas sócio-espaciais em sua dimensão política de maneira a facilitar ou criar obstáculos para a ação política.

### **1.3 Ação política no espaço público**

A experiência da liberdade é a ação, esta se conforma em atividade política por excelência. A liberdade destina-se à ação política entre iguais<sup>9</sup>, porque o espaço em que ela se

---

<sup>9</sup> A isonomia no espaço público é o pressuposto do qual partimos para essas considerações. De acordo com o pensamento arendtiano, só depois das necessidades de sobrevivência satisfeitas na esfera

exerce é o espaço público.

Pensar o jovem enquanto sujeito da ação e do discurso, vivendo no tempo presente, implica pensá-lo situado no espaço político e, portanto, a partir de sua liberdade na convivência com o outro no espaço público.

Sem uma aproximação com o mundo e com o espaço, não se pode pensar em liberdade e menos ainda em ação, já que, dessa forma, a liberdade se colocaria como uma qualidade interna, derivada da vontade. Duarte (2000, p. 205) aponta que, “[...] nesse sentido, as experiências de uma liberdade estritamente interna são derivativas e marcam o início de um distanciamento em relação ao mundo, refletindo a própria impossibilidade de a liberdade aparecer e ser experimentada publicamente”.

É preciso, assim, assegurar que os espaços públicos existam concretamente e se constituam como espaços políticos para que política, liberdade e ação não se dissociem, uma vez que é impossível tratá-las separadamente. A liberdade é condição primordial para a política, diferentemente da crença neoliberal que propaga que, quanto menos política, mais espaço para o exercício da liberdade. A liberdade é política, só ocorre a partir da relação que construímos com o outro, no entre-espaço:

Inclinamo-nos a crer que a liberdade começa onde a política termina, por termos visto a liberdade desaparecer sempre que as chamadas considerações políticas prevaleceram sobre todo o restante. Não estaria correto, afinal de contas, o credo liberal - “Quanto menos política mais liberdade”? Não é verdade que, quanto menor o espaço ocupado pelo político, maior é o domínio deixado à liberdade? Com efeito, não medimos com razão a extensão da liberdade em uma comunidade política qualquer pelo livre escopo que ela garante a atividades aparentemente não-políticas, como a livre iniciativa econômica ou a liberdade de ensino, de religião, de atividades culturais e intelectuais? Não é verdade, como todos acreditamos de algum modo, que a política é compatível com a liberdade unicamente porque e na medida em que garante uma possível liberdade da política? (ARENDRT, 2011, p. 195)

---

privada, do lar, é que era possível acessar a esfera da liberdade, o espaço público. Vem desse raciocínio o princípio da isonomia na pólis. Segundo Ruiz (2012), “[...] A isonomia deste espaço público possibilita a construção da autonomia. A liberdade, para os gregos, não era algo natural que herdamos ao nascer, como pensam os modernos. Pelo contrário, a liberdade derivava da possibilidade de aceder ao espaço público, único lugar em que se garantia a isonomia dos sujeitos. Fora do espaço público da polis regia a zoe, ou seja, a administração hierárquica da vida humana, que era naturalmente hierárquica e desigual. A polis não aceitava a possibilidade da administração da vida. Qualquer administração implica numa relação hierárquica entre administrador e subordinados, que quebra o princípio da isonomia e nega a autonomia.”

Reconhece-se a existência do divórcio entre política e liberdade apoiado pelo cristianismo, pela teoria liberal, dentre outros, e procura-se, neste trabalho, retomar esse casamento entre política e liberdade a partir da experiência da apropriação dos espaços públicos e também das ações empreendidas nesses espaços.

Além disso, no caminho para se compreender a ação política no pensamento arendtiano, é preciso observar que, quando tratamos de pluralidade humana – construtora da política e da liberdade – no espaço público, estamos em um terreno composto por um emaranhado complexo de relações sociais (e políticas), fato que impede qualquer previsibilidade ou certeza no que diz respeito ao caráter da ação. Nesse sentido, a discussão aproxima-se da complexidade quando Morin aponta:

[...] *complexus* é o que está junto; é o tecido formado por diferentes fios que se transformaram numa só coisa. Isto é, tudo isso se entrecruza, tudo se entrelaça para formar a unidade da complexidade; porém, a unidade do *complexus* não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram. (MORIN, 2010, p. 188, grifos no original)

Em outras palavras ou nas palavras da própria Hannah Arendt (2011), temos o entendimento do espaço entre os homens sob a metáfora da “teia” de relações humanas, que denota uma dimensão intangível, de difícil e incerta apreensão e, sobretudo, aponta para uma importante noção do pensamento arendtiano: o poder dos começos.

Devido à natalidade, o mundo é constantemente invadido por estrangeiros recém-chegados, cujas ações e reações, dentro da já constituída esfera de relações humanas, não se pode prever. O homem possui a capacidade de começar e iniciar sempre novas coisas, novas relações e desencadear novos processos por conta da natalidade e dessa complexa rede de interações sociais, ou seja, da pluralidade humana.

Esse segundo espaço-entre subjetivo não é tangível, pois não há objetos tangíveis nos quais ele possa se solidificar: o processo de agir e falar não pode deixar atrás de si tais resultados e produtos finais. Mas, a despeito de toda a sua intangibilidade, o espaço-entre é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. Damos a essa realidade o nome de “teia” de relações humanas, indicando pela metáfora sua qualidade de certo modo intangível. (ARENDR, 2010, p. 229)

Arendt aposta na dimensão da imprevisibilidade da ação, já que, nascida do encontro entre diferença e igualdade no espaço público, a ação pode possuir objetivos e diretrizes, mas não um fim determinado antecipadamente. Por isso, não podemos atribuir à ação política, um caráter teleológico. A manifestação do ato no mundo e o sentido que tal ato traz ao aparecer é o que verdadeiramente importam. É um olhar que enfatiza o desempenho e duração em detrimento da obra ou produto final, o significado, e não o fim.

As ações, localizadas na “teia” das relações humanas, podem não atingir seu objetivo por conta das vontades e interesses conflitantes ou, por outro lado, podem produzir estórias. Sua localização, isto é, sua concretização no lócus da pluralidade humana é que dá a elas um caráter incerto e imprevisível.

Acredita-se, por todas essas características inerentes à ação, que o cotidiano é uma interessante via de compreensão e identificação das formas de agir dos jovens no espaço público.

Como já dito em outro momento, e fruto de trabalhos de campo já realizados, inclusive ao longo das pesquisas de mestrado, identificou-se, em setembro de 2012, a existência de um projeto municipal que prevê um corte (com perda de espaço da praça) na praça Jarbas de Lery Santos, no bairro São Mateus, para supostas melhorias no trânsito caótico do bairro<sup>10</sup>. Ressalta-se que, desde que se tornaram públicas as intenções e objetivos desse projeto, parece ter havido como que um “despertar” da sociedade civil juiz-forana e dos moradores e usuários da praça para a importância e a utilidade de um espaço público desse porte nessa cidade e nesse bairro<sup>11</sup>.

Desde então, uma série de agentes socioespaciais (das mais diversas regiões da cidade), movimentos sociais urbanos (que defendem a ocupação e apropriação dos espaços da cidade), vereadores, jovens, dentre outros, têm se mobilizado a fim de impedir a realização desse projeto. Somam-se, desde a publicidade do projeto, três atividades públicas destinadas

---

<sup>10</sup> Juiz de Fora insere-se em um processo de expansão urbana e, por isso, já “desfruta” de alguns problemas antes vinculados apenas às grandes metrópoles.

<sup>11</sup> Cabe, ainda, esclarecer, de acordo com Rodrigues (2008, p. 419), que a lei brasileira – que delibera sobre o uso e a ocupação do solo, determinando a quantidade e o tamanho das propriedades privadas e espaços públicos – é sancionada e colocada em prática por um Estado capitalista, o que nos obriga a pensar a criação e manutenção dos espaços públicos a partir da propriedade privada. Assim, desde o final do século XIX, é o Estado capitalista que define as formas pelas quais o espaço privado “doa” as áreas públicas. Fica evidente, assim, que é a partir da propriedade privada que se delimita o espaço público nas áreas urbanas, e nesse caso, são evidentes os interesses por trás de uma obra como essa.

não só a promover o debate, mas principalmente a desenvolver eventos na praça que envolvam o maior número de pessoas e propiciem a apropriação espacial. Lançou-se mão da intensificação de algumas práticas rotineiras na praça como a prática de slackline, exposição de fotos, escambo de livros, pintura; uma delas está intitulada como: Ação Mateus, o bairro São Mateus em Ação. Destaque para a participação da juventude na organização e na participação dessas atividades.

**AÇÃO MATEUS**  
O bairro São Mateus em Ação

**06/10** | **Sábado - 10h**  
Praça de São Mateus

- Distribuição de Mudas
- Exposição de Fotos
- Brinquedos de Sucata
- Escambo de Livros
- SlackLine
- Feira de Artesanato
- Pintura e Desenhos
- Pula - Pula

**Circuito Música da Cidade**  
Shows a partir das 16h  
**Thiago Miranda e Rê Mineira (BH)**

Traga a família, vamos resgatar a cultura e mostrar a força do bairro

O Ação Mateus é um grupo Apartidário e não apoia nenhum candidato político!

Curta a página no Facebook  
**Ação Mateus**

Figura 2: Cartaz de divulgação das atividades Ação Mateus (06/10/12)

Fonte: facebook.com/açãomateus



Crê-se que esses últimos acontecimentos estão muito relacionados com a discussão acerca das possibilidades de ação política que se pretende realizar ao longo da dissertação. A implicação de uma pluralidade humana, isto é, de uma diversidade de agentes socioespaciais, se organizando politicamente através do encontro, da convivência, aproveitando as potencialidades que o espaço público tem a oferecer, fortalecendo e diversificando as formas de apropriação e, principalmente, possibilitando o desenvolvimento de ações livres e concretas nas praças da cidade.

São inegáveis os motivos e objetivos que desencadearam essas movimentações para a ação, mas não é possível prever seus fins e alcances. Entretanto, já se reconhecem a importância e as contribuições que tais ações colocam para uma apropriação política do espaço público em Juiz de Fora, mais pelo seu sentido e sua significação do que por seu resultado final, ou seja, a efetivação ou não do projeto municipal.

A crescente ausência de sentido do mundo moderno é talvez pronunciada com maior clareza que em nenhum outro lugar nessa identificação de sentido e fim. O sentido, que não pode ser nunca o desígnio da ação e que, no entanto, surgirá inevitavelmente das realizações humanas após a própria ação ter chegado a um fim, era agora perseguido com o mesmo mecanismo de intenções e meios organizados empregado para atingir os desígnios particulares diretos da ação concreta: o resultado foi como se o próprio sentido se houvesse separado do mundo dos homens e a eles somente fosse deixada uma interminável cadeia de objetivos em cujo progresso a plenitude de sentido de todas as realizações passadas constantemente se cancelasse por metas e intenções futuras. (ARENDR, 2011, p. 113)

Vamos procurar justamente pensar, nos próximos capítulos, se existem condições para o desenvolvimento da política e das ações dela oriundas, analisando as juventudes apropriadoras das praças.

#### 1.4 Questões de método

A distância que devemos investigar não é entre observador e observado – exotismo barato –, mas entre os conteúdos do mundo *antes e depois* da pesquisa. Portanto, nem a distância nem a empatia são bons indicadores de que se fez boa ciência; é-o apenas este critério: será que temos, agora, alguma distância entre o novo repertório de ações e aquele com que começamos? Se sim, não foi tempo perdido; se não, gastou-se dinheiro em vão, e não interessa quão «científicos», no sentido tradicional, pareçam os resultados.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os mesmos nas duas praças estudadas e foram se constituindo, em parte, ao longo de todo o processo de execução da pesquisa, mas principalmente a partir dos trabalhos de campo realizados. Para esta pesquisa, foram interessantes recursos como questionários, observação participante/etnográfica, grupos focais e também a confecção dos mapas que publicamos nesta dissertação. Não há uma hierarquia entre as metodologias, mas há que se dizer que as informações e reflexões vieram de maneira mais significativa da convivência diária, informal, viva, intensa, da “troca de ideias” com os jovens, da permanência mais longa em diferentes períodos do dia, tanto ao longo da semana como também aos sábados e domingos.

Os questionários foram interessantes na medida em que, além de fornecer informações importantes sobre os jovens, representavam o primeiro contato entre a pesquisadora e seus sujeitos de pesquisa, jovens frequentadores de praças. Muitas vezes, a relação que desenvolvemos posteriormente partiu do diálogo estabelecido para que os questionários fossem preenchidos. Esse material estava dividido em seis partes relativamente pequenas: dados pessoais, sobre a praça, relações sociais, dados de renda, cultura e algumas perguntas que se referiam a aspectos políticos como, por exemplo, em quais espaços acontece a política.

Na Praça Jarbas de Lery Santos, foram aplicados 90 questionários, enquanto que, na praça do bairro Santo Antônio, 50 jovens responderam. Utilizamos fundamentalmente o critério de repetição de respostas para decidir o número de questionários necessários, isto é, quando as respostas começavam a ser as mesmas, decidimos que seria o momento de encerrar a etapa dos questionários.

O grupo focal, realizado no último dia do trabalho de campo em cada praça, possibilitou que as questões levantadas mais rapidamente nos questionários fossem então aprofundadas. A metodologia de grupo focal permite que se realizem entrevistas em grupo, com interação entre os participantes e mediação da pesquisadora. Como afirma Barbour:

O estímulo ativo à interação do grupo está relacionado, obviamente, a conduzir a discussão do grupo focal e garantir que os participantes conversem entre si em vez de somente interagir com o pesquisador ou “moderador”. Entretanto, também se relaciona com a preparação necessária ao desenvolvimento de um guia de tópicos (roteiro) e a seleção de materiais de estímulo que incentiva a interação, assim com as decisões feitas em

relação à composição do grupo, para garantir que os participantes tenham o suficiente em comum entre si, de modo que a discussão pareça apropriada, mas que apresentem experiências ou perspectivas variadas o bastante para que ocorra algum debate ou diferença de opinião. (BARBOUR, 2009, p. 21)

Nosso roteiro de pesquisa estava dividido em quatro partes e incluía os seguintes temas: juventudes, espaço público, cidade e política. Utilizamos faixas com esses títulos pintados para organizar e estimular a discussão e tentar ir misturando os assuntos.



Figura 3: Grupo focal na PSM

Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora

A foto da figura 3, mostra o grupo focal que aconteceu na PSM, já em seus momentos finais. O público oscilou de 8 a 13 participantes (alguns jovens precisavam sair antes e outros chegaram depois)<sup>12</sup> e contou apenas com homens, refletindo os próprios usos e apropriações do espaço público que tendem a ser mais masculinos. Ao longo do planejamento desta metodologia, contactamos jovens mulheres que se comprometeram a participar, mas não apareceram.

<sup>12</sup> No espaço público, não é possível controlar efetivamente quem entra e quem sai do grupo.

Na praça Nilo Sotó Maior, no bairro Santo Antônio, o número de participantes variou entre 9 e 12, e também confirmou o caráter mais masculino do espaço público, contabilizando apenas 2 mulheres, embora a convocação tenha sido feita de modo a equilibrar a quantidade de homens e mulheres.



Figura 4: Grupo focal na praça do Santo Antônio

Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora

Também há que se considerar que permanecer na praça do bairro Santo Antônio com uma constância acentuada e um curto período de tempo (embora a convivência tenha sido intensa) não se fazia uma tarefa muito simples e fácil. Em alguns momentos, era preciso espaçar os trabalhos de campo, seja por conta do clima no bairro e, conseqüentemente, para a pesquisa (quando jovens haviam sido mortos ou eu ficava sabendo de informações que não diziam respeito ao meu trabalho), ou mesmo porque, no São Mateus, ao longo dos trabalhos de campo, como pesquisadora, eu assumia, a meu ver, um caráter mais invisível em relação à vida na praça, situação diferente da que ocorreu na praça Nilo Sotó Maior, onde até mesmo as crianças sentavam para conversar comigo e perguntar o que eu estava fazendo ali – outras relações sociais e, diríamos, relações com a vida do bairro propriamente dita se estabeleceram e precisaram se desenvolver para que a pesquisa conseguisse fluir no bairro Santo Antônio.

Distintamente do que aconteceu no bairro São Mateus, no qual o fluxo de jovens desconhecidos entre si era maior, as identidades mais flexíveis, fruto, entre outras coisas, das diferentes origens socioespaciais dos sujeitos jovens que de lá se apropriam. Essas origens espaciais distintas serviram de orientação para a confecção de alguns mapas elaborados neste trabalho.

Por estarmos tratando de espaços públicos, isso foi interessante, uma vez que nos possibilitava pensar a diversidade e a distinção entre os jovens que se apropriam das praças a partir de seus locais de origem, bem como discutir, ainda, a acessibilidade das praças. No São Mateus, 45% dos jovens moram em bairros valorizados da cidade, enquanto 55% são provenientes de bairros considerados periféricos e com baixo poder aquisitivo, constatações em que nos baseamos para construir o mapa da figura 14<sup>13</sup>. No Santo Antônio, a convivência se dava mais entre jovens que já se conheciam por conta de habitarem o mesmo bairro, e o mapa surgiu de uma regionalização interna, criada e reproduzida ao longo de gerações, feita – a saber – através do número do ônibus que passa em cada área do bairro.

Assim, propusemos aos jovens que construíssem mapas mentais a partir dessa divisão, já que esta partia dos próprios sujeitos de pesquisa. As distinções pelos espaços dos quais são provenientes é feita a partir do próprio lugar em que moram, e não de outros espaços e bairros da cidade como observado na PSM. As regiões, identificadas pelos números, se dividem em: 438 (Parque Serra Verde – mais conhecido por eles como “Arraial”), 439, 440 e 441 (Santo Antônio) e 442 (Alto Santo Antônio – identificado também como “invasão”)<sup>14</sup>.

O mapa da figura 15<sup>15</sup> foi elaborado pensando na síntese e no maior potencial de compreensão sobre os grupos que se apropriam da PSM que um mapa pode trazer para o leitor introduzido em nossa discussão e possibilita ainda uma visão melhor sobre como os grupos estão dispostos na praça Jarbas de Lery Santos. Na figura 24<sup>16</sup>, destacamos a

---

<sup>13</sup> A figura 14 encontra-se na página 84, sendo componente ilustrativo do item 2.3.

<sup>14</sup> Vale dizer que essa metodologia não estava prevista neste trabalho, tendo surgido como uma necessidade ao longo da investigação, mais por conta dessa divisão interna - e suas representações já estabelecidas pelos jovens - do que como uma demanda inicial de pesquisa. Esses 2 mapas servem para que o leitor consiga visualizar aspectos da distinção entre os jovens e também tomar conhecimento da regionalização local existente. Ver figuras 20 e 21.

<sup>15</sup> A figura 15 encontra-se na página 85, sendo também componente ilustrativo do item 2.3.

<sup>16</sup> A figura 24 encontra-se na página 113, sendo componente ilustrativo do item 3.3.

importância da religião no cotidiano de jovens moradores de periferia, fato ressaltado pelo número de igrejas existentes no bairro Santo Antônio.

Este último mapa (figura 24), assim como os mapas mentais, foi criado junto com os jovens do bairro que nos acompanharam de carro pelo local marcando os pontos de todas as Igrejas que apresentavam placas de identificação. Aliás, eles mesmos mostravam certa curiosidade em saber de quantos estabelecimentos religiosos o bairro é dotado, tamanha a centralidade da religião em seus cotidianos.

Sobre esse interesse dos jovens do Santo Antônio em participar da pesquisa, percebíamos que eles sentiam vontade de falar e se mostravam bastante interessados em saber como se faz pesquisa, o que se faz depois de aplicados os questionários, para onde vai esse material? Para que servem os trabalhos científicos, por que pesquisamos esse tema? Muitas vezes, eles mesmos refletiam sobre o que estudamos, analisavam “sua” praça, lugar da infância. Segundo eles, muita coisa mudou. Não existem mais festas, o medo da violência e suas consequências transformou a realidade da vida na praça e nas ruas do bairro. Pareciam aproveitar a presença da pesquisadora, fosse para clamar para que algo pudesse ser feito por eles (como arrecadações para uma clínica de recuperação de dependentes químicos no bairro ou a vinda de um mutirão de serviços básicos para a praça), como também para aprender mais sobre outros universos, receber atenção. A convivência foi intensa, de modo que as reflexões que realizávamos para este trabalho estiveram marcadas por um caráter coletivo importante.

Embora isso também tenha acontecido de alguma forma com os jovens da PSM, a frequência e a intensidade foram menores tanto por conta das inúmeras atividades e/ou ações políticas das quais eles se ocupavam, como também por conta da maior circulação de jovens, caracterizando uma convivência mais heterogênea e menos enraizada.

Essa perspectiva de diálogo implica considerar rigorosamente esses jovens como sujeitos de ação, dotados de uma imensa capacidade de ensinar sobre seus mundos, seus cotidianos, suas lutas, seus desejos e também de agir quando lhes são dadas oportunidades. Por trás da convivência e observação participante como procedimentos metodológicos, está uma concepção de ciência apoiada em pressupostos antropológicos e etnográficos. Para Soares (2013):

Os antropólogos valorizam as entrevistas longas, serenas, em profundidade, nas quais os silêncios são eloquentes e a linguagem corporal, loquaz. Nelas,

buscamos explorar o que excede a informação e transcende os sinais conscientes. Atentamos para o que vem a nós soprado pelo que se diz, murmurado entre os sons e seus ritmos. Erguemos nossas antenas perceptivas e ativamos a inteligência disciplinada para captar o que atravessa as palavras, as crenças, as ideias, os valores, mas não se esgotam nesses continentes, nem se resignam a representar seus conteúdos. Procuramos o que não sabemos, ou seja, em certa medida – e não hesito em afirmá-lo ainda que soe incongruente com as pretensões epistemológicas da disciplina –, não sabemos o que procuramos. Essa postura nos afasta das pesquisas nas quais os pesquisadores já sabem o que encontrarão. Buscam apenas confirmações [...]. Exercendo esse ofício, a antropologia, entrevistei muita gente em distintos contextos. Descobri, que esse postar-se, desarmado, diante do outro, aproximava a prática antropológica de uma experiência tão banal e corrente, quanto exigente e radical: o diálogo, mas não o duelo argumentativo, não o jogo persuasivo. O diálogo digno desse nome, o encontro humano, a abertura mútua que revela e apreende a extraordinária riqueza pluridimensional da pessoa, em sua singularidade. (SOARES, 2013, *online*)

Estar com os jovens durante seus tempos livres por quatro meses nas respectivas praças estudadas nos coloca mais perto dos mundos sociais dessas juventudes e nos permite compreender sua inserção social de maneira mais detalhada, aspecto destacado por Brandão:

[...] Porque em todos os mundos sociais todas as instituições da vida estão interligadas de tal sorte e de tal maneira se explicam através da posição que ocupam e da função que exercem no interior da vida social total, que somente uma apreensão pessoal e demorada de tudo possibilita a explicação científica daquela sociedade. Porque, também, o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser, não o seu, o de sua ciência, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressam os próprios sujeitos que a vivem. (BRANDÃO, 1999, p. 12)

Para valorizar o que o outro está falando, é preciso tentar pensar o mundo a partir da própria vivência e representação dos sujeitos que falam, no caso os jovens. Como aponta Castro (2012, p. 66), “[...] Aprender é, sob qualquer circunstância, deixar se arrastar e se abalar pelo enigma do outro, o que pressupõe uma aceitação do seu arbítrio, colocando-se, portanto, o sujeito que aprende em uma posição de subordinação”. Essa subordinação era recíproca entre os jovens e a pesquisadora, todos aprendíamos e ensinávamos, e a horizontalidade que tentamos sempre incorporar à relação pesquisador-pesquisado foi fundamental para que tivéssemos acesso a alguns aspectos do mundo juvenil, tornando obrigatório um mergulho da pesquisadora no universo de cada jovem que encontramos, percorrendo suas linguagens, suas roupas, suas músicas, suas atividades, seus ambientes

familiares, seus amigos, seus trabalhos, realidades de escola pública, suas crenças e religiões, seus medos, seus sonhos, suas lutas, dentre outros.

Por isso, além da inspiração antropológica presente no trabalho, ao longo do texto, o leitor encontrará autores ligados também ao método fenomenológico. Em comum entre as duas concepções teórico-metodológicas, está uma preocupação em dar voz ao outro, de entender o mundo a partir de um ponto de vista que não somente o próprio.

Encontramos elementos interessantes nessa fonte fenomenológica, a começar pela questão da alteridade, do outro, que se reafirma ser fundamental para este estudo: a fenomenologia não se contenta com verdades universais encontradas em mim mesmo, a partir somente de minha relação com o mundo. Essa individualidade não existe, ao contrário do que o senso comum propaga em relação ao método fenomenológico.

Dessa forma, merece atenção o sentido de intersubjetividade adotado pela fenomenologia, no qual a percepção de mundo de um indivíduo X não pertence somente a ele, assim como a percepção de mundo de um indivíduo Y não é uma construção somente de Y, mas sim uma construção coletiva, intersubjetiva e que dá unidade ao mundo. “O outro” participa ativamente da constituição de minha consciência. É a dialética do Ego e Alter Ego, como aponta Merleau-Ponty (2004, p. 48): “[...] Só sentimos que existimos depois de já ter entrado em contato com os outros, e nossa reflexão é sempre um retorno a nós mesmos que, aliás, deve muito à nossa freqüentação do outro”. Os encontros e as trocas entre os jovens no espaço público são momentos favorecedores dessa intersubjetividade e mereceram a nossa reflexão para pensar a política nas praças estudadas.

Além disso, a dimensão do corpo merece destaque tanto na teoria pontyana quanto para esta pesquisa, na medida em que, para a juventude, o corpo se constitui como importante recurso de expressão, através de uma leitura do corpo como texto. Para o autor, o corpo não se separa do espírito, ambos trabalham juntos:

Suponhamos que eu me encontre diante de alguém que, por qualquer motivo, esteja violentamente irritado comigo. Meu interlocutor fica com raiva, e eu digo que ele exprime por meio de palavras violentas, de gestos, de gritos... Porém, onde se encontra essa raiva? Alguém poderá responder: está no espírito do meu interlocutor. Isso não é muito claro. Porque, afinal, essa maldade, essa crueldade que leio nos olhares de meu adversário, não consigo imaginá-las separadas de seus gestos, de suas palavras, de seu corpo. (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 44)



Assim, nossas particularidades corporais e nossa condição de ser-no-mundo colocam o espaço enquanto espaço heterogêneo. O homem seria, para Merleau-Ponty, um espírito com corpo, e é aí que se encontra a verdade das coisas, com o corpo pregado nelas. Nota-se, portanto, a centralidade do corpo para a apreensão da realidade humana.

A partir da forma como a corporeidade dos jovens se apresenta no espaço, com o outro, é possível perceber quais são e como se desenvolvem as relações intersubjetivas no local, com ênfase para o que nos mostram de político e de possibilidades para a ação (vide, por exemplo, no capítulo 2, o encontro de MC's e a gaymada).

Assim, contribuem para a construção das reflexões autores como Tuan, Arendt, Serpa, Bourdieu, Lefebvre, trazendo essa discussão fenomenológica e colaborando ainda para estabelecer diálogos entre fenomenologia e dialética. É principalmente Lefebvre, o sociólogo, que traz para esta discussão aspectos inegavelmente dialéticos, uma vez que se entende que a intersubjetividade não exclui o conflito e a contradição. Pelo contrário, o diálogo chama o conflito e, por isso, a intersubjetividade é condição *sinequa non* da política, que está aí para mediar o conflito, a heterogeneidade.

Adiante, espaço público e espaço privado também precisam existir juntos. Segurança e liberdade, desamparo e proteção se complementam na vida dos seres humanos. É importante ter a possibilidade de transitar entre essas esferas da vida humana. Além disso, forma e conteúdo, espaço público e relações sociais também estabelecem entre si uma relação dialética inseparável. Como postula Lefebvre (1999, p. 110), “[...] Ele se liga, de um lado, à lógica da forma, e, de outro, à dialética dos conteúdos (às diferenças e contradições do conteúdo)”.

Uma praça que existe concretamente não pode ser chamada de espaço público simplesmente por sua existência concreta. As relações sociais que ali se desenvolvem são muito importantes para caracterizá-la enquanto espaço público, da liberdade, da ação, da heterogeneidade. Ainda de acordo com Henri Lefebvre:

Na sua relação com seu conteúdo, a forma urbana suscita uma contradição (dialética) já indicada, que agora é preciso aprofundar. Como dissemos, no espaço urbano sempre ocorre algo. O vazio, a ausência de ação, só podem ser aparentes; a neutralidade não passa de um caso limite; o vazio (uma praça) atrai; ele tem esse sentido e esse fim. Virtualmente, qualquer coisa pode ocorrer não importa onde. Aqui ou ali, uma multidão pode se reunir, objetos amontoarem-se, uma festa ocorrer, um acontecimento, aterrorizante

ou agradável, sobrevir. Daí o caráter fascinante do espaço urbano: a centralidade sempre possível. Ao mesmo tempo, se se ousa assim falar, esse espaço pode se esvaziar, excluir o conteúdo, tornar-se um lugar de raridades ou de poder em estado puro. (LEFEBVRE, 1999, p. 119)

A forma influencia as relações sociais que ali se desenvolverão, bem como essas relações alteram, adequam e influenciam a morfologia dos espaços públicos.

O espaço público, portanto, é, por excelência, dialético, ou, nas palavras de Lefebvre sobre o espaço urbano, temos que “[...] Esse espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições” (LEFEBVRE, 1999, p. 44).

Ademais, o real está sempre em movimento. Não nos é permitido congelar a realidade. O sentido da (ação) política, a categoria juventude, o conceito de espaço público e a realidade de forma conjunta precisam ser trabalhados de maneira dinâmica e não estática. E, se assim é, Lefebvre (1983, p. 74) diz que, “[...] Se o real está em movimento, então que nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição”. Portanto, para que o pensamento sobre o real esteja sempre em movimento é que se lança mão da lógica dialética.

Nesse sentido, o espaço está sempre em construção. Tentamos sempre pensar a política a partir das práticas espaciais, como acrescenta Massey (2008, p. 212):

É uma política que presta atenção ao fato de que entidades e identidades (sejam lugares, clientelas políticas ou montanhas) são produzidas, coletivamente, através de práticas que formam relações, e são essas práticas e relações que a política deve focalizar. Mas isto também significa insistir no espaço como a esfera de relações, da multiplicidade contemporânea e, como sempre, em construção.

Por fim, revelando nossa posição epistemológica, “[...] não podemos esquecer que qualquer epistemologia é uma epistemologia política: nunca se trata apenas de elaborar uma teoria do conhecimento, pois toda a epistemologia constitui também um princípio para mapear uma divisão entre ciência e política” (LATOURET, 2008, p. 54). Junto com os métodos escolhidos, está a teoria que embasa o trabalho e também representa uma forma de ver o

mundo da pesquisadora – capaz de revelar principalmente uma dimensão política, isto é, trata-se de escolhas intencionais que refletem posturas diante do mundo e da sociedade.

No combate à neutralidade, enfática e ironicamente afirma Latour (2008, p. 54): “[...] Popper inventou toda a sua maquinaria simplesmente para poder retirar o marxismo e a psicanálise da lista de ciências bonafide e assim combater os inimigos da Sociedade Aberta”.

Outra observação epistemológica importante e que acreditamos finalizar bem esse nosso esforço de reflexão teórico-metodológico se refere às generalizações ou as verdades absolutas. É muito importante que se compreenda que não é nosso objetivo neste trabalho chegar a resultados definidos acerca do que seja a juventude brasileira ou urbana, ou, ainda, determinar as funções exatas do espaço público para os jovens de hoje. Nosso esforço pretende apenas contar uma estória, localizada no tempo e no espaço, que acrescente somente novas possibilidades de articulação, de modo a enriquecer a construção de conhecimento sobre os modos de vida dos jovens no espaço público e formas de ação política juvenis.

Ao fazermos pesquisa e contarmos nossa estória, podemos estar certos ou errados (no sentido de coerência metodológica, de generalizações), mas o que difere nossa perspectiva é o fato de ela aceitar “[...] *ser simultaneamente geral e compatível com versões alternativas do multiverso*” (STENGERS, 1997a, b; 1998 apud LATOUR, 2008, p. 54, grifos no original).

Ao longo dos capítulos, nosso objetivo será contar essa estória, de forma que ela possa acrescentar e alimentar ainda mais o debate sobre jovens e espaços públicos dentro da Geografia. No capítulo a seguir, trazemos as reflexões acerca da política de produção do espaço e do protagonismo dos jovens no que tange à Praça Jarbas de Lery Santos ou Praça do bairro São Mateus (PSM).

## **2 O PROTAGONISMO JOVEM E/NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA PSM**

Neste capítulo, iniciamos a discussão da política espacial de produção da praça Jarbas de Lery Santos, no bairro São Mateus, através dos objetivos e pontos de vista do profissional encarregado de criá-la em 1983.

Tentando sempre abordar o espaço como relação dialética entre morfologia e relações sociais, na segunda seção, tratamos da descrição das práticas de apropriação juvenis encontradas durante o período de pesquisa de campo, pensando-as em suas relações com os aspectos políticos estudados.

Por fim, terminamos com uma breve análise da política tal como é praticada pelos jovens na PSM, buscando os motivos que os levam a tal inserção política no espaço público. Uma política mais distante da institucionalização e mais ligada a dimensões culturais de existência, manifestadas principalmente pelo hip-hop, a Gaymada, a Bicletada e também manifestações políticas mais explícitas.

### **2.1 A concepção do espaço da PSM: perspectivas políticas a partir da visão do arquiteto responsável pela elaboração do projeto**

Já se admitiu aqui anteriormente o caráter político do espaço. Assim sendo, não se pode concebê-lo como forma pura ou objetividade absoluta. Sua materialidade mantém ligação dialética com as relações sociais que nele se desenvolvem. Queremos trazer esse raciocínio para afirmar, então, que até mesmo antes de se tornar uma forma, uma representação de “concreto e aço”, as praças carregam, em sua concepção, intenções, projetos, discursos que se transformam em realidade física e se constituem, portanto, a partir de uma construção humana, o que nos permite abordar o espaço como um produto social e/ou das relações humanas.

Serpa (2007) seguiu essa trilha ao pesquisar os parques públicos em Paris, na França, e em Salvador, capital da Bahia, no Brasil. Indo além das aparências da paisagem e buscando descobrir os discursos que estão por trás das formas, o autor ressalta a relação dialética entre forma e conteúdo, observando também o invisível que se esconde por detrás dessas formas.

Antes mesmo de tornar-se esse espaço de lazer caro aos *urbanitas* ávidos de natureza, o parque é uma idéia, um conceito, uma utopia, um desejo... Concebido como equipamento urbano e recreativo, o parque público está ligado, sobretudo, a uma vontade política. A história de um parque começa sempre com uma comanda política, mas o caminho é longo até que ele possa deixar traços na paisagem urbana. (SERPA, 2007, p. 70, grifo no original)

Foi nessa direção que iniciamos a pesquisa de campo propriamente dita. Uma reunião com o arquiteto responsável pela elaboração do projeto que deu origem à praça Jarbas de Lery Santos (chamada por muitos jovens apenas pela sigla PSM) aconteceu em um café, num shopping para classes de alta renda no centro de Juiz de Fora, seguindo, de certa maneira, o comportamento esperado de encontros entre pessoas com rendas médias a altas na cidade pesquisada. Bourdieu utiliza sua definição de habitus para tentar compreender e explicar essas relações mais comuns aos estilos de vida das classes sociais<sup>17</sup>.

Conversando com Alvimar Machado, buscamos compreender qual era, inicialmente, a política espacial por trás daquela morfologia.

Começamos descobrindo que a praça do São Mateus foi criada na década de 1980, mais especificamente no ano de 1983, entre os governos dos prefeitos Melo Reis (ARENA/PDS) e Tarcísio Delgado (PMDB)<sup>18</sup>, e financiada pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), uma parte constituinte do Banco Mundial, através do Programa Cidade de Porte Médio (CPM - BIRD). A contrapartida para a prefeitura era a confecção dos projetos, executados com recursos do órgão internacional, o que configura uma parceria público-privada. Menezes (2003,*online*) esmiúça o contexto que levou à idealização e realização de tal projeto:

Ao final dos anos 70, Juiz de Fora é incluída no projeto CPM – Centro de Porte Médio financiado pelo Banco Interamericano – BIRD e gerenciado pelo governo brasileiro através inicialmente do CNPU – Conselho Nacional de Política Urbana, depois CNDU – Conselho Nacional de Política Urbana, órgãos ligados ao Ministério do Planejamento e pela Secretaria Especial da Região Sudeste ligada ao Ministério do Interior. A ação do projeto

<sup>17</sup> “[...] o habitusé, com efeito, princípio geradorde práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (principiumdivisionis)de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o habitus, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida” (BOURDIEU, 2011, p. 162).

<sup>18</sup> ARENA (Aliança Renovadora Nacional); PDS (Partido Democrático Social); PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

pressupunha atuar sobre os centros urbanos classificados de porte médio pela sua posição geográfica, população, importância sócio-econômica, função regional significativa, de modo a incrementar seu desenvolvimento com vistas a estruturação de uma rede urbana “mais equilibrada” (...) Juiz de Fora recebeu verbas e assessoria técnica para operar sobre 3 metas: investimento em infra-estrutura e serviços urbanos, geração de emprego e renda e melhoria da administração pública. Até o final do projeto em torno de 1984, a cidade efetivamente promoveu uma re-urbanização da área central da cidade, redirecionou novas vias de acesso e reestruturou o sistema de transportes.

O arquiteto responsável pela obra, Alvimar Machado, foi funcionário do BIRD por seis anos, transferindo-se, depois, para a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Assim como a praça Jarbas de Lery Santos, outros equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde, também foram construídos utilizando-se dos recursos do BIRD.

Retomando rapidamente nossa ideia inicial de compreender o espaço como um produto social, interessa-nos, primeiramente, pensar sobre um projeto global de cidade no qual, naquele momento, Juiz de Fora se inseria ao receber financiamentos do Banco Mundial da ordem de, aproximadamente, US\$ 60 milhões.

O projeto do BIRD/BM faz parte de uma política do espaço que o considera como mercadoria e que dialoga com o planejamento estratégico na medida em que pretende tornar as cidades competitivas, desvalorizando o valor de uso e a apropriação realizada por quem vive no cotidiano das cidades.

Por esse caminho, Lefebvre (2008, p. 62) constrói sua tentativa de pensar o espaço politicamente e de refletir sobre uma política do espaço:

O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. O espaço é um produto da história, como algo outro e algo mais que a história no sentido clássico do termo [...]. A análise crítica define como e de acordo com qual estratégia determinado espaço constatável foi produzido; enfim, existe o estudo e a ciência dos conteúdos, desses conteúdos que talvez resistam à forma ou à estratégia: ou seja, os usuários.

Nesse sentido, pensamos nas intenções desse grupo formado pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (PJF) e pelo BIRD/BM em participar da produção de um espaço que seja atrativo para o capital. A partir dessa parceria na década de 1980, contextualizamos os interesses do Banco Mundial em se aproximar dos governos locais, ensinando-os a pensar a cidade a partir dos interesses privados dos investidores.

O Banco Mundial entendia que o setor público apresentava dificuldades na gestão urbana, com altos custos financeiros para produzir espaço (infraestrutura, habitação, saneamento básico e outros) e urbanizar as cidades dos países em desenvolvimento. Os projetos do Banco começam a privilegiar o baixo custo de soluções técnicas e sólidos critérios financeiros (o que implica uma precarização das condições habitacionais e urbanas como um todo), de modo a introduzir essas ideologias também no âmbito dos governos locais. Como aponta Compans (2000), essa aliança “[...] previa a criação de um ‘escritório de projeto’, formado por funcionários expedidos e chefiados por um autóctone, que era, porém, acompanhado regularmente por um expert estrangeiro e por ondas sucessivas de consultores pontuais previamente autorizados por Washington”.

Nessa mesma época, a ênfase desse organismo internacional passava das intervenções urbanísticas (antes bastante associadas aos problemas de pobreza urbana) para o crescimento econômico dos países. Coincidência ou não, é nessa década que se extingue da cidade o IPPLAN/JF (Instituto de Planejamento e Gestão), órgão municipal responsável pelo Planejamento Urbano. Desde então, nunca mais Juiz de Fora contou com um órgão público específico para esse tipo de planejamento. Nos dias atuais, as atividades ligadas ao planejamento urbano estão precariamente distribuídas entre algumas secretarias, entre elas a de Atividades Urbanas, a Secretaria de Obras e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

De forma sucinta, utilizamos a publicação do próprio Banco Mundial para resumir as intenções urbanas e acordos estabelecidos através da parceria entre governos locais e BIRD/BM:

O papel dos governos deve se restringir a criar e fazer cumprir as regras, as leis, a ordem, e o direito de propriedade – já que, sem eles, a produção e o investimento seriam desestimulados, uma vez que o “custo das transações”, isto é, instituir, monitorar e fazer cumprir contratos seria muito alto -, e a prestar serviços públicos, particularmente, aqueles destinados aos pobres e não atendidos pelo setor privado – como educação, saúde e infra-

estruturabásica –, pois uma “força-de-trabalho bem educada e infra-estrutura adequada são fundamentais para a qualidade do investimento privado”. (WORLD BANK apud COMPANS, 2000, s/p)

É interessante apontar como essa política perdura até os dias de hoje quando se ouve das autoridades juiz-foranas, na 5ª Conferência das Cidades que aconteceu em Juiz de Fora em maio de 2013, sobre a importância de atrair empresas para o município, tornando a cidade mais competitiva e lucrativa para investimentos. Podemos citar a Brafer (empresa de construções metálicas), o Centro de Distribuição da Fiat, entre outros que estão chegando no momento à cidade.

Acessando-se o site da PJF, também é possível encontrar uma chamada com os dizeres: “Invista em Juiz de Fora!”, ressaltando alguns benefícios de se instalarem empresas na cidade, dentre eles o capital humano qualificado, a segurança pública eficiente, a localização geoeconômica privilegiada, a referência em saúde de qualidade, entre outros<sup>19</sup>.

O exemplo do passado mostra claramente que, desde a década de 1980, já se privilegiava uma concepção de cidade como mercadoria, voltada para o exterior, que perdura até os dias de hoje.

Neste trabalho, não é nosso objetivo discutir as diretrizes e projetos urbanísticos dos “planejadores” da cidade como um todo, nem os interesses mais ocultos dos órgãos de financiamento internacionais em Juiz de Fora. Porém, entendemos que há uma necessidade de se passar brevemente por essa discussão, já que a praça em questão também se situa num contexto mais amplo da cidade e, principalmente, porque foi totalmente financiada por um órgão internacional importante como o Banco Mundial. Além disso, buscamos ressaltar que esse projeto de cidade apropriada por interesses empresariais globalizados exclui fortemente a dimensão política ou formas de apropriação políticas, bem como insiste na eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania.

---

<sup>19</sup> Como aponta Carlos Vainer (2012, p. 81), “[...] Nunca é demais lembrar que a oferta de uma imagem de cidade segura não necessariamente depende de que a cidade seja, de fato, segura para os que nela habitam; sempre é possível criar cordões de isolamento e áreas de segurança para os visitantes. Em citação anterior à menção a hotéis de luxo com segurança adequada é uma evidente sugestão de que se deve oferecer aos visitantes (de luxo) uma taxa de segurança superior à taxa de segurança média oferecida aos habitantes da cidade e aos visitantes (sem luxo)”. Onde lemos visitantes, também é possível ler empresas e seus funcionários e também pensar em outros aspectos da vida, além da segurança, como diversão e mobilidade urbana. O que está em jogo é uma cidade produzida mais pelo sentido de troca do que pelo sentido de uso, ou seja, visando mais ao lucro do que às possibilidades efetivas de apropriação por parte de seus habitantes.



Retomemos, então, o movimento de pensar como o discurso e as ideologias vão se articulando com a forma. A concepção de espaço público do arquiteto responsável pela execução do projeto é capaz de demonstrar essa ausência de visão política da cidade e de seus espaços, valorizando muito mais o caráter utilitarista e funcional de suas formas.

*Ah, o espaço público pra mim significa tudo que tem na cidade. Eu acho que é ... ele tem que ser um espaço dotado de determinados equipamentos, né, que fazem o público se sentir bem dentro dele. Então eu acho que com certeza uma rua, vamos pensar numa rua. É inconcebível você pensar numa rua, um sistema viário sem pavimento direito, sem nada. Pra que serve a rua? Pra você andar, pra você trafegar. Então tem que ter condições perfeitas pro atendimento daquela função dele, né? Eu acho que o espaço público tem que atender exatamente a função dele. Quer dizer, ele foi feito pra alguma coisa, foi criado para alguma coisa. Existiu um projeto de criação dele para alguma coisa.*

(Fonte: Entrevista concedida à pesquisadora em 25/04/2013).

Insistimos junto ao entrevistado sobre o que seria a função do espaço público, mas não obtivemos sucesso. A resposta foi sempre direcionada para atender a demandas utilitaristas e morfológicas, com públicos já previamente selecionados. Na figura 5, podemos observar o croqui do projeto elaborado pelo arquiteto com tendências a setorização do espaço.



Figura 5: Croqui baseado no projeto da Praça Jarbas de Lery Santos  
 Fonte: Elaborado pela autora

Sem dúvida, é uma morfologia que desfavorece interações entre uma possível pluralidade humana para falarmos nos termos de Hannah Arendt. O próprio arquiteto confirma nossa análise ao afirmar:

*Então eu queria dar um uso pra aquela praça e queria que ela ficasse... dar uma utilidade pra ela tamanha que aquilo tivesse um funcionamento dia e noturnamente. O dia inteiro e noite até determinada hora. Então por isso que eu criei aquela, pra menino eu criei um campo de futebol, patinação, um banquinho pros velhos, pro pessoal namorar. Então é isso aí. As mesas de jogos. (Fonte: Alvimar Machado, arquiteto, em entrevista concedida à pesquisadora em 25/04/2013).*

Passados 30 anos do primeiro projeto, na figura 6, temos a situação atual da PSM, apresentando algumas modificações. Ao longo do tempo, essas formas vão se transformando, o que nos permite - associada a suas apropriações – relativizá-las.

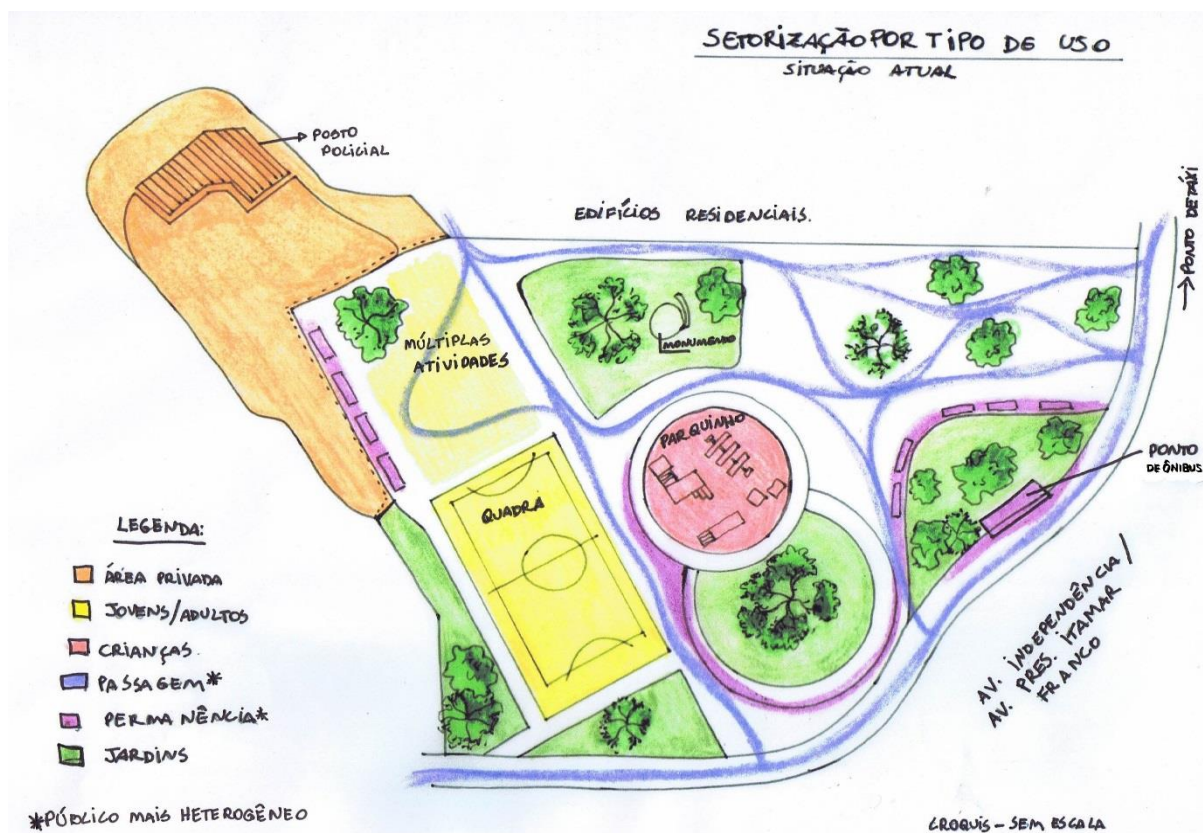


Figura 6: Croqui da versão atual da Praça Jarbas de Lery Santos  
 Fonte: Elaborado pela autora

O teatro deixa de existir para dar lugar a nova localização do *playground*, o que sem dúvida é uma perda para os encontros e diversidade de apropriação do local, a área do antigo parquinho se tornou um gramado, enquanto as mesinhas de jogos foram retiradas. Em conversa com os jovens que se apropriam da praça, muitos deles me falaram sobre a vontade de construir uma pista de skate, de construir uma horta, entre outras possibilidades de apropriações que foram sugeridas para o local onde ficava o antigo parquinho das crianças.

Sobre essa morfologia, pelos trabalhos de campo realizados, podemos dizer que muitas vezes os usos são capazes de subvertê-la, uma vez que observa-se um bom nível de interação entre os sujeitos e grupos apropriadores do espaço, mostrando dinamicidade espacial como veremos adiante neste capítulo.

Por último, o arquiteto diz que projetou a praça para os moradores do bairro São Mateus, mesmo sabendo que os bairros ao redor (Dom Bosco, Santa Cecília, etc.) também careciam de espaços públicos<sup>20</sup>. De acordo com ele, foi realizada uma tentativa de incorporar a participação popular na construção do projeto:

*Eu chamei lá umas pessoas que moravam naqueles prédios ali [se referindo aos prédios cuja entrada dá para a praça], no entorno da praça, discuti com eles o que seria legal ter ali pro pessoal participar. Aí eu tinha feito o anteprojeto da praça, mostrei pra eles discutirem, aí nós desenvolvemos o projeto. (Fonte: Alvimar Machado, arquiteto, em entrevista concedida à pesquisadora em 25/04/2013).*

Entende-se que uma participação constituída apenas por membros do bairro de renda média, e mais reduzidamente por moradores dos prédios que rodeiam a praça pública, diminui bastante as possibilidades de acessibilidade simbólica ao espaço público, já que o espaço vai ser produzido considerando apenas o capital cultural da classe de renda média moradora do

---

<sup>20</sup> A esse respeito, Serpa nos alerta incessantemente em seu livro sobre os espaços públicos nas cidades de hoje ao postular a tendência de construção de equipamentos públicos como instrumentos para a valorização imobiliária de bairros decadentes ou para bairros já bastante valorizados e dotados de boa infraestrutura: “Os novos parques da orla atlântica de Salvador vêm alimentar e ‘coroar’ um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas amenidades físicas aos bairros que já possuem melhor infra-estrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares” (SERPA, 2007, p. 24).

bairro<sup>21</sup>.

Recuperamos aqui o sentido de capital cultural, pensando-o em sua relação com a capacidade de apropriação e acessibilidade simbólica de/aos espaços públicos. O capital cultural, ou seja, a cultura de uma forma geral inscrita na pracinha do São Mateus, muitas vezes se conecta com os modos de vida (capital cultural) de grupos distantes do simbolismo produzido por grupos populares. O quadro que reproduz a obra de Henri Matisse é um bom exemplo de tal fato, bem como a escultura geométrica com formato de dois triângulos. A obra acabou tendo sua apropriação subvertida (da contemplação para o esconderijo que incluiu namoros, quem sabe até sexo?) fazendo com que o arquiteto precisasse, após certo tempo de uso da praça, diminuir o tamanho das esculturas para dificultar o acesso a elas, já que muitos moradores estariam reclamando do “uso indevido” dessas.<sup>22</sup> Sobre o quadro, uma jovem de 16 anos nos disse:

*Eu preferia que tivesse ali um sol, uma paisagem pra alegrar a gente. Esse quadro aí nunca vi, nem sei de quem é.*

Tal concepção nos leva a crer que esse espaço público tende a se aproximar dos valores de públicos restritos, muitas vezes com elevado capital econômico, como é o caso do perfil dos moradores do bairro São Mateus. Mas onde estão justamente os jovens do bairro?

Nossa investigação mostra que existem, no São Mateus, 19.582 habitantes, dos quais 3368 jovens moradores na faixa etária de 15 a 24 anos<sup>23</sup>. Porém, ao longo de nossas pesquisas de campo, o perfil encontrado diz respeito **majoritariamente** a jovens moradores de outros bairros (Cascatinha, Dom Bosco, Santa Cecília, Nossa Senhora das Graças, entre outros, ou áreas menos valorizadas no próprio São Mateus), o que inevitavelmente nos faz pensar: onde estão os jovens da classe média?

Aqui, teríamos duas possibilidades: ou buscaríamos encontrar esses jovens de capital econômico mais elevado em outros espaços, ou direcionaríamos nosso foco para a apropriação, produção e, portanto, ação política presentes no espaço dos jovens que vimos por lá. Embora não fosse nosso foco inicial de pesquisa – porque se buscava realmente um recorte

<sup>21</sup> Entende-se que, tão importante quanto a acessibilidade material, é a acessibilidade simbólica que atua através da incorporação de símbolos e valores identitários à produção do espaço público.

<sup>22</sup> Mais uma vez, temos um exemplo de como as apropriações e as ações humanas relativizam as formas.

<sup>23</sup> Censo Demográfico Brasileiro, IBGE, 2010.

de classe mais explícito<sup>24</sup>, optou-se pela ênfase no recorte espacial da praça e por se trabalhar com a apropriação dos jovens que a frequentam, mesmo quando não pertencessem à classe predominante no bairro São Mateus (o que inclui o habitus).

Deve ficar claro que também encontramos na praça jovens que frequentam a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) ou moram em bairros de alto poder aquisitivo (como o Alto dos Passos, Aeroporto ou Jardim Glória), entretanto, o número encontrado foi bem menor em relação aos jovens moradores de bairros com população de baixa renda<sup>25</sup>.

Os moradores do São Mateus que mais intensamente se apropriam da praça estão lá ou para passear com seus cachorros ou na parte da manhã, quando se misturam um pouco às babás que levam os filhos de suas patroas para passear.

Ao longo desse texto e através das informações trazidas nele, não se deve nunca perder de vista os agentes envolvidos na produção do espaço realizada através da ação política. Muitas vezes, precisamos inclusive retomar as escalas articuladas no processo de produção espacial, tal como fizemos ao explicar certas características do projeto arquitetônico: o financiamento internacional e as intencionalidades externas bem demarcadas. Nos termos de Carlos (2012, p. 70):

---

<sup>24</sup> Neste trabalho, a referência para a discussão e o conceito de classe utilizado baseiam-se no pensamento de Pierre Bourdieu, a partir de sua vasta obra. Assim, para o autor, “[...] A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. -, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção –, em uma relação de causa a efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas. A construção, como é o caso deste trabalho, de classes – tanto quanto possível homogêneas no tocante aos determinantes fundamentais das condições materiais de existência e dos condicionamentos que elas impõem – implica, portanto, levar em consideração de modo consciente – na própria construção destas classes e na interpretação das variações, segundo estas classes, da distribuição das propriedades e das práticas – a rede das características secundárias manipuladas, de maneira mais ou menos inconsciente, sempre que é feito apelo a classes construídas com base em um critério único, mesmo que fosse tão pertinente quanto a profissão; trata-se também de apreender a origem das divisões objetivas, ou seja, incorporadas ou objetivadas em propriedades distintas, com base nas quais os agentes têm mais possibilidades de se dividirem e de voltarem a agrupar-se realmente em suas práticas habituais, além de se mobilizarem ou serem mobilizados – em função, é claro, da lógica específica, associada a uma história específica, das organizações mobilizadoras – pela e para a ação política, individual ou coletiva” (BOURDIEU, 2011, p. 101).

<sup>25</sup> Segundo dados do IBGE/PJF, 2010.

A análise do processo de produção do espaço urbano requer, portanto, a justaposição de vários níveis da realidade como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, isto é, o da dominação política, o da acumulação do capital e o da realização da vida humana.

Vários níveis atuam na produção do espaço, configurando determinada política do espaço como trabalhamos inicialmente utilizando-nos de Henri Lefebvre.

Interessa-nos, a partir de agora, tratar mais especificamente dos protagonistas dessa pesquisa: os jovens e suas apropriações na PSM<sup>26</sup>, isto é, a contribuição desses sujeitos para a produção de uma esfera pública na praça que nos permita pensá-la como um espaço verdadeiramente político.

## **2.2 A produção do espaço da PSM: contribuições a partir dos jovens sujeitos dessa pesquisa**

Por entendermos que a relação entre forma e conteúdo, espaço e relações sociais se dá, no âmbito desta pesquisa, a partir da capacidade e dos modos de apropriação desses jovens no espaço público, precisamos, inevitavelmente, apontar como essas apropriações se inserem na lógica de sua produção.

A apropriação é a ação capaz de produzir espaço, indicando a maneira como os jovens se relacionam com ele, e pode ocorrer de diversas formas. Aqui, nos interessa pensar como as apropriações realizadas por jovens são capazes de se tornar políticas ao produzirem espaços públicos<sup>27</sup>. Além disso, essa produção insere-se no contexto de uma política espacial mais ampla, como temos tentado demonstrar aqui.

Dessa forma, apontamos nesta seção as atividades e modos de apropriação identificados ao longo da pesquisa de campo, analisando-os brevemente e tentando relacioná-los com a prática política. Vale dizer que algumas atividades são fixas, isto é, acontecem semanal ou mensalmente, enquanto outras são mais aleatórias e ocasionais.

---

<sup>26</sup> Para nos referirmos à praça do bairro São Mateus, utilizamos várias terminologias encontradas em nosso campo, o que também ajuda a evitar as repetições. Muitos jovens se referem a ela através da sigla PSM (Praça do São Mateus).

<sup>27</sup> Claro deve ficar que estamos falando de produção do espaço a partir da vivência e da experiência dos jovens no espaço público, o que distancia bastante a perspectiva de produção do espaço a partir do espaço abstrato, concebido e executado a partir de relações econômicas de produção, como é o caso das construtoras e do mercado imobiliário como um todo.

Antes, porém, levantamos alguns dados coletados que consideramos importantes para uma melhor apreensão dos aspectos estudados: 55% dos jovens entrevistados moram em bairros considerados periféricos ou apresentam renda individual e/ou familiar baixa – característica de bairros economicamente menos abastados; os outros 45% vivem em bairros economicamente mais valorizados, sendo, dentro desse universo, 40% moradores do São Mateus e os outros 60% de bairros como Aeroporto, Cascatinha, Bom Pastor, Centro, entre outros<sup>28</sup>.

Além disso, constata-se que 70% dos entrevistados pertencem ao sexo masculino, enquanto 30% são do sexo feminino, fato que deve ser explicado por múltiplos fatores, tais como: a morfologia da quadra que favorece mais a prática de esportes culturalmente entendidos como masculinos; certa marginalização dos espaços públicos em contextos sociais mais amplos (fato que faz com que as famílias tentem evitar a frequência de seus filhos em tais espaços, especialmente mulheres); uma cultura ainda muito ligada ao machismo, que procura determinar os lugares sociais das mulheres (embora reconheçamos os avanços já obtidos), entre outros fatores que a reflexão mais aprofundada pode nos levar. As investigações mostram de maneira bastante clara um espaço público generificado, essencialmente masculino.

Com relação aos modos de apropriação, um deles é a Bicletada, que acontece sempre na última sexta-feira de cada mês e reúne jovens e adultos adeptos da bicicleta como meio de transporte. Nas palavras dos próprios participantes, são as seguintes as reivindicações do movimento:

Enquanto as manifestações em nosso país explodiram nas últimas semanas, nós, ciclistas e simpatizantes da Bicicleta, há mais de um ano, nos encontramos na última sexta-feira do mês para reivindicarmos, pacificamente, nosso direito à locomoção segura, o compartilhamento igualitário das ruas, o incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte e o cumprimento da Lei 12.197/10 e do Plano Diretor Cicloviário Integrado. O verdadeiro “passe livre” é a bicicleta. Sem depender de horário, nem de motorista, muito menos de combustível, experimenta-se a verdadeira liberdade. Independentes! Em nossa cidade, dependente do transporte motorizado, não somente para as viagens ocasionais, mas também para os deslocamentos cotidianos, criou-se uma ilusão de mobilidade. Isto é, a liberdade da pessoa foi roubada pela mecanização da frota. A dependência em relação ao motor nega a uma coletividade exatamente aqueles valores que se consideram implícitos ao direito à circulação. Manifestamos aqui

---

<sup>28</sup> Elaboraram-se questionários que misturavam questões abertas e fechadas para obter as informações pretendidas para essa pesquisa.

nosso direito a ruas compartilhadas com mais respeito e igualdade. É vital para nós que as leis de incentivo à bicicleta em Juiz de Fora sejam imediatamente cumpridas. Esse é o nosso manifesto! (BICICLETADA JF no facebook, 2013, *online*).

Tal publicação se referia ao encontro da Bicicletada que aconteceu durante o período em que ocorriam também as manifestações na cidade e por todo o Brasil, tendo a PSM como espaço escolhido em Juiz de Fora, assunto que trataremos mais tarde. O que é importante valorizar aqui é a escolha das pessoas de lutar por suas causas no espaço público.

Através dessa ação, os participantes objetivam dar visibilidade à questão da mobilidade urbana e também do direito à cidade. O trânsito, a poluição e a privatização das ruas pelos automóveis aparecem aí como aspectos a serem combatidos. Nesse mesmo sentido, Lefebvre, criticando a privatização do espaço urbano pelos carros e suas influências para a vida na cidade, reforça:

A invasão dos automóveis e a pressão dessa indústria, isto é, do *lobby* do automóvel, fazem dele um objeto-piloto, do estacionamento uma obsessão, da circulação um objetivo prioritário, destruidores de toda vida social e urbana. Aproxima-se o dia em que será preciso limitar os direitos e poderes do automóvel, não sem dificuldades e destruições. (LEFEBVRE, 1999, p. 27, grifo no original)

Os jovens e adultos que participam dessa ação também o fazem para tentar mostrar a importância urgente de limitar os direitos e poderes dos automóveis, praticando uma política extraoficial, nos moldes em que estamos trabalhando a partir das apropriações do espaço público.

É preciso dizer ainda que a maior parte do público da Bicicletada JF é composta por adultos, mas também incorpora jovens. Conversando com alguns desses jovens, foi possível constatar que ou são provenientes de bairros periféricos de Juiz de Fora ou, então, moram nas redondezas do bairro São Mateus, apresentando rendas relativamente baixas. São sujeitos que estudam ou estudaram em escolas públicas e muitos também trabalham, frequentando a praça apenas para a atividade em discussão.

Todos os jovens que responderam ao questionário proposto, entretanto, não assinalaram a função política que o espaço público cumpre ao proporcionar tais atividades, relacionando mais sua existência à possibilidade de praticar exercícios físicos, nesse caso, a



pedalada. Porém, o fato de participarem regularmente de ações com os objetivos já descritos anteriormente, nos leva a colocá-los como participantes do movimento por outras formas de mobilidade urbana, lutando por suas reivindicações através do encontro mensal no espaço público.<sup>29</sup>



Figura 7: Foto da Biciçetada JF

Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora

Dos jovens entrevistados, 35% marcaram como primeira opção a utilização da PSM para encontrar amigos, conversar, namorar (ao longo de minha estada na praça, vi muitos terminos, reconciliações e inícios de namoro que incluíam, também, muitas lágrimas), entre outras razões, ou seja, apropriam-se para a convivência, relatando, muitas vezes, a importância do espaço em suas vidas e para a sociabilidade juvenil em geral, como apontam Carrano et al. (2011, p. 177):

Nos espaços de lazer, os jovens podem encontrar as possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social. As diferentes práticas de experiência coletiva em espaços sociais públicos de cultura e lazer podem ser consideradas como verdadeiros laboratórios onde se processam experiências e se produzem subjetividades.

<sup>29</sup> Tal fato pode ser afirmado, uma vez que os questionários aplicados não dão conta de abarcar todos os jovens envolvidos no movimento. É preciso outros instrumentos de pesquisa (como a observação participante, informações via redes sociais, dentre outros) para identificar a regularidade dos eventos da Biciçetada, bem como a quantidade de jovens que se envolvem nas discussões sobre transportes urbanos, mostrando-nos a importância do movimento que usa sempre a PSM como ponto de encontro e local para a realização de suas ações.

Frequentemente, era possível identificar ainda melhor a centralidade desse espaço para a vida dos jovens que o utilizam, já que vários deles apontam a PSM como o único espaço de lazer e convivência do qual podem usufruir, seja pela falta de capital econômico para frequentar outros lugares, seja pela ausência de equipamentos de lazer em seus bairros de residência. No contexto de suas rotinas cotidianas, aparecem apenas a escola, a PSM e/ou o trabalho.

Muitos desses jovens vão ao espaço para encontrar amigos depois da escola, nos fins de semana, para beber, para fumar maconha e jogar conversa fora.

Dentro desse grupo, se destacam os jovens que se autoidentificam como roqueiros influenciados pela cultura japonesa e utilizam o espaço público aos domingos para conviver e afirmar suas identidades. Tais jovens são fãs dos mangás (estórias em quadrinhos japonesas), dos animes (desenhos animados japoneses) e muitas vezes se caracterizam como personagens do país oriental, usando roupas específicas, os chamados *Cosplays*. Há também meninas que se vestem como pin-ups e meninos que usam camisetas de bandas como Evanescence e/ou Slipknot, entre outros, o que entendemos como uma forma de construção e vivência culturais que demonstram um jeito próprio de estar no mundo, ganhando visibilidade e influenciando outros modos de ser, já que estão localizadas no espaço público.

Tratando essas identidades com o universo nipônico como especificamente juvenis, Machado pondera que:

De um modo geral, culturas juvenis introduzem ideias e questões não conhecidas pela maioria dos membros adultos da sociedade e isto é ainda mais evidente quando entra em cena o acesso e a familiaridade com tecnologias da comunicação que, nesse momento, distingue fortemente o mundo adulto do mundo juvenil. O uso diferenciado do espaço urbano, atribuindo-lhe novos sentidos, assim como a criação de novas formas de sociabilidade, como, no caso, os animencontros, são também formas encontradas pelos jovens de se diferenciarem do contexto no qual estão inseridos. (MACHADO, 2009, p. 2)

Misturando as influências da cultura japonesa e do rock pesado, esses jovens se reúnem também para tocar suas músicas preferidas no violão.



Figura 8: Jovens com suas camisetas de rock características, reunidos para socializar e tocar músicas  
 Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora

Existem, ainda, os que se apropriam do espaço para bater papo e conviver através da música (tocando instrumentos musicais, principalmente violão, como já dito anteriormente), bem como do consumo de álcool e tabaco. Tal prática é mais comum nas noites de sexta-feira e aos sábados. Alguns usam a PSM para se encontrar e rumar para bares, boates ou festas; outros permanecem no local até o início da madrugada, relatando que, por lá, não precisam pagar para entrar e podem economizar comprando suas próprias bebidas nos supermercados.

É possível identificar vestígios desse tipo de apropriação da praça aos sábados pela manhã e também aos domingos. Em determinado momento, era impraticável utilizar a quadra para os esportes, tamanha a quantidade de latas, garrafas de vidro, sacolas, pontas de cigarro, entre outros objetos encontrados no espaço.

Outro grupo identificado em nossos levantamentos é aquele que se apropria da praça através do hip-hop e das batalhas de MC's, realizadas em várias praças da cidade (encontro

fixo na Praça Antônio Carlos – PAC às quartas ou sextas pela noite), inclusive na PSM, onde tive oportunidade de participar de algumas delas.

A batalha de MC's funciona da seguinte maneira: os MC's se inscrevem e, antes de cada batalha, é feito um sorteio para escolher a dupla que vai duelar. Isso vai ocorrendo até a batalha final. No momento em que as duplas são formadas, cada MC tem dois tempos de 45 segundos para rimar, sendo que, para quem começa, o primeiro tempo é para atacar e o segundo, para se defender. O outro MC faz o contrário: primeiro se defende e, depois, ataca.

Nessas batalhas, uma coisa que chama bastante a atenção é a maneira como o corpo se torna uma importante ferramenta de expressão para a juventude. Os batalhadores se olham nos olhos ou dançam enquanto o outro os ataca, mostrando hostilidade, vibração ou indignação com o que estão ouvindo. A plateia grita e mexe o braço quando o ataque é considerado bom. No final da batalha, os participantes ao redor votam para decidir quem passa para a última fase.



Figura 9: Batalha de MC's

Fonte: [facebook.com/encontrodemcs](https://www.facebook.com/encontrodemcs)

Os conteúdos do rap geralmente dizem respeito a defeitos do concorrente direto: a camiseta que estão vestindo, a falta de capacidade para rimar, o cabelo ou a “feitura” alheia. Muitas vezes, também ouvimos: “o rap é minha vida” ou “isso aqui é minha vida”, mostrando como a linguagem do hip-hop é uma importante forma de representação e comunicação para a juventude e deixando claro, inclusive, que, para se compreender quem é a juventude juiz-forana (em outros momentos, jovens que se apropriam da praça relataram alguma forma de relação com o hip-hop, cantando rap ou dizendo que estão sempre presentes nos encontros) e, mais especificamente, quem é a juventude que está na pracinha, é preciso compreender também um pouco do universo do rap ou do hip-hop como um todo. Dessa forma, o hip-hop se configura como um elemento constitutivo e definidor de identidades juvenis na praça do São Mateus.<sup>30</sup>

Em um primeiro momento, os ataques pareceram um tanto agressivos demais, ofensivos e com poucas contribuições imediatas daquele rap para os participantes. Esperava-se ouvir falas sobre política, situação da cidade ou alguma coisa do tipo, porém os jovens só falavam deles mesmos<sup>31</sup>. Mais adiante, todavia, a reflexão avança para a tentativa de compreensão dos fatos observados a partir do ponto de vista dos próprios jovens e oferece alguns elementos importantes a se destacar: sem sombra de dúvidas, aquele é um espaço no qual eles podem falar a linguagem que mais gostam e com a qual se identificam, além de ser um momento de resolução de tensões que, muitas vezes, poderiam ser resolvidas de maneira violenta, mas que, através do rap, podem ser solucionadas ou debatidas. Em outras palavras, pode-se dizer que é um momento de “expurgar os demônios” que vão se instalando ao longo da vida na cidade nesses jovens, que têm pouca oportunidade para “soltar a voz”. Desse

---

<sup>30</sup>Como mostra reportagem do Jornal Tribuna de Minas, de 29/01/14, o hip-hop é um movimento crescente e que ganha cada vez mais importância na cena juiz-forana, trazendo grandes contribuições para a ocupação dos espaços públicos da cidade como um todo. Através do Encontro de Mc’s, todas as sextas acontece na Praça Antônio Carlos (PAC), região central da cidade, a Roda de Sexta, além das batalhas e eventos itinerantes geralmente realizados aos domingos por diversas praças e outros locais de Juiz de Fora. Segundo Mc Kell, 19 anos, morador do bairro Jóquei Clube, na Zona Norte: “O rap era feito do gueto para o gueto. Hoje é do gueto para a sociedade. Ele movimenta tudo, mexemos em várias partes. Éramos considerados como uma comunidade reprimida, que faz um som esculachado, de presídio. E não é mais assim. Agora um cara que mora no Bom Pastor pode ouvir o que eu falo lá no Jóquei.” A fala aponta para uma dispersão do movimento por diversos bairros e juventudes de Juiz de Fora, aumentando sua visibilidade e alcance entre os jovens. No início do mês de Abril, acontecerá na cidade o Festival Encontro de Mc’s 3 anos, com duração de 3 dias e atividades que incluem temas como a ocupação pública, oficinas e ações formativas e também shows e batalhas de Mc’s.

<sup>31</sup> Nem todas as mensagens do hip-hop têm necessariamente o conteúdo aqui descrito. Em cidades maiores, onde a cultura hip-hop já existe e se consolidou em um período de tempo mais significativo, sabemos que as letras apresentam conteúdos que extrapolam um pouco mais as características individuais de cada participante.

modo, foi preciso ampliar o olhar para que fosse possível enxergar a política onde ela parecia não existir.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o fato de os jovens estarem falando como querem, isto é, em sua própria língua (o rap), em um espaço aberto ao público, mostra a construção de ações políticas claramente delineadas. É sua voz, são suas formas de sociabilidade e suas preferências que estão sendo colocadas para quem quiser ouvir. Quem não quer acaba fechando as portas das sacadas dos apartamentos em frente à praça, como nos foi possível observar<sup>32</sup>.

Outra razão para valorizarmos o hip-hop reside em sua função educativa, ao possibilitar a incorporação e a descoberta de novas palavras, de formas de se construir discursos. A distinção entre cada MC se dá por esse vocabulário, pelo bairro em que cada jovem mora ou ainda pela classe social em que cada um está inserido. Um conhecido MC da cidade é chamado por alguns, no momento da batalha, de intelectual, de “playboy”, e tem sua rima classificada como conversa fiada. Uma rima “que não está com nada”.

MC Oldi, apesar de frequentar o grupo predominantemente formado por jovens moradores das periferias urbanas de Juiz de Fora, pertence a uma classe economicamente mais favorecida. Estuda na UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) e mora em bairro considerado “nobre”, na região central da cidade. Não é a realidade mais comum encontrada entre os jovens frequentadores de movimentos ligados ao hip-hop local. Mas, apesar da distinção, o MC parece ser bastante querido entre seus companheiros e completamente inserido no grupo.

Além disso, no fim da batalha, ouvimos de um deles: “*A batalha é um pretexto pra gente se encontrar*”, o que mostra, de maneira explícita, a necessidade de se encontrar, de estar junto, de trocar ideias, ou seja, de desprivatizar as individualidades para então reencontrá-las em novas identidades, coletivas, construídas no espaço público. Assim, o rap acaba também por produzir espaço ao ser incorporado como mediação para a apropriação.

---

<sup>32</sup> Aliás, importante registrar: durante a realização dessa batalha, nenhum outro grupo ou mesmo indivíduo estava presente no local. Tal fato aponta para a importância da atividade para a manutenção da vitalidade de tal espaço, mas também nos faz pensar se esta não se torna repulsiva no sentido de que algumas pessoas, ao identificarem a realização de movimentos ligados ao hip-hop na praça, preferem se abster de utilizar o espaço simultaneamente, apontando para uma marginalização social do hip-hop em outros contextos.

De modo complementar, na PSM, são visíveis os grafites com inscrições de desejos, lutas e estéticas juvenis. Consideramos – junto com os outros elementos do hip-hop – essa atividade como uma importante forma de produção do espaço, de voz e visibilidade para os jovens, expressando subjetividades coletivas. Ainda que muitas vezes efêmeros, os grafites, no espaço público, dão visibilidade para maneiras de viver de sujeitos muitas vezes silenciados, marginalizados. Alguns grafites demonstram, mais especificamente, a vontade de manter o espaço funcionando, em resposta ao projeto da Prefeitura, criado em 2012, que previa uma intervenção na praça, através da construção de uma rua para melhorias no tráfego de automóveis que resultaria em sua destruição parcial.



Figura 10 : “Salvem a praça”

Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora

Nesse sentido, seguem as reflexões de Rodrigues, G.B. (2009, p. 16, grifo no original):

O grafite é a arte mais visível na cidade, é aquela em que o *hip-hop* intervém de forma mais direta na paisagem urbana. São desenhos e inscrições feitos nos muros das cidades que não devem ser confundidos com pichações. Se

olharmos com atenção para as grandes cidades brasileiras, podemos perceber facilmente um grande crescimento do grafite no Brasil. [...] A apropriação do espaço urbano se dá através de desenhos, mensagens políticas, assinaturas com nomes e apelidos, etc.

Consideramos o hip-hop como uma atividade extremamente importante a ser analisada nos estudos sobre juventude, visto que, em Juiz de Fora, e acredita-se que também em outros contextos urbanos, o rap, o break e o grafite, de maneira independente e também agregada, devem ser percebidos como a maneira encontrada por muitos jovens para se comunicarem. Se for preciso ouvi-los, esse é um canal de diálogo bastante frutífero e mostra quem são eles, como vivem ou como querem viver.

As pichações e “stencils” também dividem o espaço com os grafites e, para além da estética, entendemo-las, ainda, como importantes formas de expressão reveladoras de vontades juvenis.



Figura 11: “Andar de skate não é um crime. Skate: direito do cidadão, dever do Estado”

Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora



O skate também é uma atividade recorrente de socialização dos jovens usuários da PSM; através do objeto eles se divertem, encontram pessoas e circulam pela cidade. Muitos entrevistados relatam a vontade de ter uma rampa e/ou uma pista para a prática do esporte/*hobby* no local.

A foto / figura 11 apresenta o desejo de reconhecimento da prática juvenil por parte da sociedade e do Estado. O protesto se justifica por conta da crescente criminalização e marginalização dos grupos e sujeitos adeptos do skate, relatadas por diversas vezes pelos entrevistados no âmbito desta pesquisa.

A foto / figura 12 mostra outra pichação, já removida, encontrada dentro da quadra poliesportiva da pracinha.



Figura 12: Pichação “A PM mata, a Cannabis não!”

Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora

Essa marca no espaço revela outra atividade juvenil que se realiza constantemente na PSM: o uso de maconha e o tráfico de drogas. Muitos jovens de ambos os gêneros vão ao

local porque sentem que têm mais liberdade para o consumo da planta no espaço público do que em outros locais. É importante salientarmos que se considera o uso de drogas (em toda a sua variedade) como um problema social, e não como um problema do espaço público como insinuam alguns, inclusive sujeitos moradores dos prédios que rodeiam a praça. Foi seguindo esse raciocínio que tais moradores pediram a retirada das mesinhas de jogos do lugar, argumentando que a existência desses equipamentos facilitava o uso e a venda de drogas na PSM. Lógica perversa que retira dos habitantes da cidade – incluindo os jovens para quem as praças se revelam tão importantes para a socialização e constituição de identidades – a possibilidade de usufruir dos espaços públicos, de encontro e de convivência, uma vez que opera através da retirada desses direitos, e não da luta por eles. Mais curioso ainda é que a maior parte da população que reclama não se apropria desses espaços, operando somente na esfera do concebido e, portanto, do preconceito<sup>33</sup>.

Além do consumo (mais generalizado), existe também a venda varejista de drogas no local, que certamente não se extinguiria com a retirada das mesinhas de jogos. Os meninos envolvidos nessa atividade são muito jovens e estão, em geral, na faixa que vai de 14 a 17 anos. Estudam em escolas públicas e passam o resto de seu tempo vendendo drogas no espaço (de segunda a segunda), fato que nos faz refletir sobre a função diferenciada dos espaços públicos na vida desses jovens, já que funcionam mais como local de trabalho e de cumprimento de obrigações (ainda que ilícitos), distanciando-se de sua característica inerente, a liberdade.

Nem sempre os jovens envolvidos com o tráfico de drogas são bem vistos por outros jovens e usuários da PSM<sup>34</sup>. Muitos deles dizem que a fumaça da maconha polui o ar que respiram, enquanto outros os enxergam como marginais, reproduzindo a visão social dominante que, ademais, associa tráfico de drogas e juventude às causas da violência urbana, quando se sabe que, na verdade, são os jovens que dispõem de menos recursos financeiros as maiores vítimas dessa violência. G., 19 anos, diz: *“Se eu pudesse mudar alguma coisa na praça, tiraria os jovens menores que traficam e utilizam drogas incomodando a gente que está aqui para divertir”*.

---

<sup>33</sup> Já nos momentos de conclusão deste trabalho, teve início a demolição do monumento em formato de triângulo citado no item 2.1.

<sup>34</sup> Para além dessa marginalização social, constata-se que tal prática não afasta outros grupos que se apropriam da PSM. Mesmo não aprovando tais atividades, muitas pessoas e também jovens que já estão no local acabam convivendo com o tráfico sem maiores problemas no espaço público.

Em detrimento de culpar os próprios jovens, suas famílias ou o tráfico, entende-se que não é possível compreendê-los sem pensar nas condições socioeconômicas do contexto no qual estão inseridos, marcado por ausências afetivas, financeiras e sociais, o que inclui, ainda, o direito à cidade, como aponta Cassab:

Sujeitos que experimentam um mundo cada vez mais marcado pela falta de horizontes profissionais, pelas altas taxas de desemprego, pela falta de equipamentos socioculturais, de acesso a uma educação de qualidade. Enfim, restrições materiais e simbólicas vividas cotidianamente pelos jovens pobres das cidades. Não é possível falar dos jovens urbanos sem pensar nas suas condições de vida, suas atuais e futuras oportunidades e nos sonhos passíveis de se realizarem nessa cidade. Dividindo-se entre a necessidade de estudar e trabalhar, em querer ter lazer e não ter acesso a ele, de querer acompanhar a velocidade do mundo digital e não ter acesso a um computador, esses jovens vivem cotidianamente a cidade sem a ela pertencerem de fato. (CASSAB, 2012, *online*)

Nessa pesquisa, enxergamos esses jovens como sujeitos cheios de vontades e sonhos, assim como qualquer outro jovem. Eles gostam de rap, de namorar, de se divertir, andar pela cidade. Ao longo da breve convivência com esses jovens envolvidos com o tráfico, e também com aqueles que lutam para ter acesso ao que lhes é negado, nos termos de Bourdieu (2012, p. 85), ficávamos pensando: “[...] o que eles seriam mais frequentemente e mais completamente se o mundo agisse de outro modo com eles...?”, tamanha sua capacidade de ação.

Para evitar o risco de incoerência, é importante dizer que as ausências aqui pensadas são ausências do Estado, de melhores condições sociais (especialmente educacionais e culturais), e não carências dos próprios jovens, sujeitos de ação no mundo.

Em uma conversa com C., 17 anos, morador do bairro Dom Bosco (C. não está envolvido com o tráfico, mas compartilha dessas ausências), ele dizia que parou de estudar no 1º ano do ensino médio – depois de repetir o 9º ano em uma escola pública no São Mateus – para poder trabalhar em uma mercearia do bairro onde mora. Usa a praça como um dos poucos espaços de diversão que frequenta: para jogar bola, fumar maconha e namorar, associando o espaço com sua liberdade. C. vai tentar voltar a estudar e sonha em cursar faculdade de Arquitetura. Sente-se entristecido por ter pausado os estudos, mas conta que era uma questão de sobrevivência.

Culpar os próprios jovens por essas ausências, assim como pelo envolvimento com o tráfico de drogas e a automática marginalização social que a atividade traz para eles,

associando-os a atitudes violentas e à agressividade, é esquecer a influência das causas sociais sobre esses sujeitos. Bourdieu ressalta a importância desse reconhecimento, através de sua mensagem sociológica:

Levar à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-las; explicar as contradições não é resolvê-las. Mas por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas. (BOURDIEU, 2012, p. 735)

De modo geral, os jovens envolvidos com tais atividades relacionadas ao tráfico de drogas ilícitas também consomem algumas, especialmente maconha. O consumo de bebidas alcoólicas “de marca”, como vodkas e whisky, é apreciado, uma vez que gera certo status social nas festas e nos shows frequentados pelos jovens, em especial festas de bairro e bailes funk na casa de shows Turunas ou no clube Tupynambas, entre outros<sup>35</sup>.

Seguindo a mesma linha, alguns jovens citam esse consumo de objetos de desejo como um forte intensificador da vontade de entrar para o tráfico, confirmando a relação desse fato com a intensa desigualdade social existente hoje no Brasil.

Sabemos que muitos jovens se utilizam – ou não – dos modos de consumo para se diferenciarem uns dos outros: um par de tênis Le Bron para jogar basquete, um boné da Adidas ou um fone de ouvido muito usado por jogadores de futebol, entre outros objetos de desejo, que induzem muitos jovens às brigas entre gangues, como nos foi relatado, ou os incentiva a traficar para conseguirem dinheiro e poderem se igualar aos jovens de classes de renda média a alta. Nesse sentido, Bourdieu explica como ocorre a transformação de diferenças econômicas em distinções simbólicas:

Vale dizer, as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, as diferenças de fato em distinções significantes, ou, para falar como os linguistas, em “valores”, privilegiando a

---

<sup>35</sup> Clubes localizados na região central de Juiz de Fora, nas proximidades da Avenida Brasil, e que atraem um público jovem e adulto originário de bairros periféricos da cidade. Geralmente, realizam bailes funk ou shows de pagode.

maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. Em consequência, os traços distintivos mais prestigiosos são aqueles que simbolizam mais claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social – por exemplo, a roupa, a linguagem ou a pronúncia, e sobretudo “as maneiras”, o bom gosto e a cultura (...) (BOURDIEU, 2011a, p. 16).

Em grupo focal realizado durante a pesquisa, J., 16 anos, que não tem envolvimento com o tráfico, mas que também sente necessidade de se distinguir pelo consumo relata: “*Eu não precisaria trabalhar. Minha mãe me disse que não era necessário. Mas eu quis trabalhar para bancar as minhas marcas. Eu trabalho desde os 13 anos*”.

O espaço público também pode ser um lugar privilegiado para que essa experiência da distinção pelo consumo seja especialmente demonstrada, o que não exclui as formas de distinção mais políticas, baseadas no espírito agonístico<sup>36</sup> do qual fala Hannah Arendt. Durante as pesquisas de campo, tendemos a apontar as diferenciações por atividades e por formas de ação como mais importantes no ambiente da PSM. Nesse contexto, há outra atividade bastante significativa para a produção do espaço da praça: o basquete.

O basquete é uma prática fixa, que acontece às terças, quintas e domingos às 19 horas e conta com a participação de jovens do bairro ou de lugares mais afastados, como Benfica, na zona Norte da cidade, e até mesmo de angolanos intercambistas que gostam do esporte<sup>37</sup>.

Os jovens contam que, quando começaram a se apropriar da quadra, há cinco anos, não havia iluminação, e o local precisava de melhorias. Aos poucos, conseguiram ligar a luz e utilizar os horários vagos, deixando também horários para a prática do futebol.

Atualmente, um fato importante para se pensar a política do espaço juntamente com a prática política de seus usuários é a negociação que os jogadores de basquete estão precisando

---

<sup>36</sup> Segundo Arendt, “[...] Pertencer aos poucos “iguais” (homoioi) significava ser admitido na vida entre os pares; mas o próprio domínio público, a *pólis*, era permeada por um espírito acirradamente agonístico: cada homem tinha constantemente de se distinguir de todos os outros, de demonstrar por meio de feitos ou façanhas singulares, que era o melhor de todos (aienaristeuen). Em outras palavras, o domínio público era reservado à individualidade; era o único lugar em que os homens podiam mostrar quem realmente eram e o quanto eram insubstituíveis” (ARENDR, 2010, p. 50).

<sup>37</sup> Alguns participantes já foram em outros momentos jogadores profissionais e não conseguiram se inserir no mundo dos grandes times de basquete ou por falta de condições financeiras e apoio institucional à prática do esporte ou porque tiveram problemas graves de saúde que os impediram de continuar. Ainda assim, esses jovens têm amigos juiz-foranos jogando na NBA (NationalBasketballAssociation), principal campeonato de basquete do mundo, demonstrando a importância da valorização do esporte para a juventude.

fazer com os homossexuais praticantes do que eles mesmos denominam de Gaymada (jogo de queimada entre homossexuais).

Os “gaymers”, como se identificam os jogadores, são homossexuais e travestis que se encontram aos domingos durante as tardes para jogar queimada há aproximadamente três anos<sup>38</sup>. Segundo R., 23 anos, foi a existência de uma quadra que fez com que os encontros com amigos na PAC (Praça Antônio Carlos), no centro da cidade, se deslocassem para a PSM. De acordo com ele, ao longo dessas reuniões, descobriu-se o interesse comum pela prática da queimada e, por existir uma quadra na praça do bairro São Mateus, resolveu-se mudar os encontros para esse local.

Todos os jovens do grupo da Gaymada são moradores de bairros periféricos e bastante distantes do centro da cidade. Muitos trabalham em empregos mal remunerados como casas de família, supermercados ou casas de shows. Conforme relatado, de uma forma geral, aos jovens travestis, restam poucas oportunidades além do mercado da prostituição, já que o preconceito contra eles é ainda maior do que o registrado contra os gays.

Por conta da intensa jornada de trabalho, às vezes dividida com os estudos, sobra pouco tempo para o lazer, a diversão e o encontro com amigos. Assim, a Gaymada representa para esses jovens uma importante forma de socialização, compromisso a que eles fazem questão de nunca faltar, mesmo quando estão cansados das baladas do sábado anterior.

---

<sup>38</sup> A Gaymada possui um caráter transgressor no sentido em que questiona diretamente um ideal de espaço público masculino, ao trazer outras formas de existência para o local, transformando e diversificando de maneira prática a questão de gênero no espaço público. Neste trabalho, não é nosso objetivo ir a fundo nessa discussão, mas indicar caminhos que precisam ser melhor explorados em outras pesquisas.



Figura 13: Gaymada na PSM

Fonte: facebook.com/encontrodemcs

A prática de queimada por homossexuais em praças e outros espaços públicos não é, entretanto, uma exclusividade da cidade de Juiz de Fora. Em Brasília, Goiânia, Santarém, entre outras, também acontecem jogos e até mesmo campeonatos. Recentemente, o time de Juiz de Fora enfrentou a cidade de Viçosa, também localizada na Zona da Mata mineira, o que nos permite relacionar a prática do esporte com o mundo social do público jovem homossexual.

Entendemos a permanência desses jovens no espaço público como uma maneira de construir e (re)afirmar suas identidades homossexuais a partir do convívio com o outro e da visibilidade adquirida, fato que faz com que outros usuários precisem demonstrar tolerância na aceitação social do que é diferente, o que nos leva a pensar que tal ação pode, assim, ser chamada de uma ação política. Ocupar o espaço público pode significar uma estratégia política para que determinados grupos sejam vistos e lutem por maior inserção social<sup>39</sup>.

Dessa maneira, se estabelecem as negociações por espaço e por inserção social entre

---

<sup>39</sup> Exatamente nesse sentido que estamos trabalhando a Gaymada, Magnani discute um baile frequentado por jovens negros em São Paulo e acaba por considerá-lo uma ação política: “[...] O Chic Show, pois, constitui um acontecimento denso de significações não porque se proponha a afirmar a negritude como prática política de forma direta e explícita, mas porque elabora e exhibe sinais que permitem um reconhecimento, delimitam um espaço, estabelecem uma identidade e marcam diferenças entre ‘nós’ e ‘eles’. Produzem, em suma, significados, e esses significados geram efeitos concretos: por outros caminhos termina-se assumindo e afirmando a negritude” (MAGNANI, 2003, p. 35).

os jogadores de basquete e os praticantes da Gaymada. Os primeiros reivindicam o uso da quadra por estarem lá há mais tempo e por necessitarem obrigatoriamente da tabela, que só existe dentro da quadra poliesportiva. Os segundos consideram injusto ter que jogar no espaço ao lado da quadra (um pátio aberto inicialmente destinado pelo arquiteto para a prática de patinação, entre outros), uma vez que o espaço é público e seus usos precisam ser negociados. Mas, diferente do que afirma um integrante do grupo do basquete – A, 24 anos: *“Eles não têm tanta necessidade de jogar na quadra porque não precisam da tabela, por exemplo. A gente não pode jogar em outro lugar porque precisamos da tabela, que só tem na quadra”*, também há atributos importantes relacionados ao espaço da quadra para os participantes da Gaymada.

Negligencia-se, assim, o caráter político do espaço. A quadra é avaliada de maneira geral pelos usuários da praça como o espaço mais nobre do local e, por isso, assim como para outros grupos, também é desejada pelos praticantes homossexuais da queimada para alcançar algum tipo de visibilidade e desfrutar da “nobreza” que a apropriação de tal espaço representaria. Portanto, entende-se que são negociações que envolvem os aspectos morfológicos e de infraestrutura do espaço, mas que guardam também aspectos políticos relevantes, configurando-se em uma disputa pela aceitação de diferenças sociais não consolidadas através de uma “conquista” do espaço.

R., 20 anos, jogador de Gaymada, diz, todavia, que jogar no espaço improvisado não é uma possibilidade, e sim falta de opção: *“Na quadra, não vai isolar a bola, o espaço é maior. A gente não precisa ficar preocupado com as pessoas passando. Porque a Gaymada tem isso, você tampar a bola para acertar alguém. Usar o espaço ao lado da quadra não é uma possibilidade, é falta de opção”*.

Muitas vezes, percebe-se que mesmo os outros jovens que têm uma aceitação mais difícil acerca da questão da homossexualidade acabam tendo que pensar em formas de tolerância e de convívio com tal diferença no espaço público. A reflexão termina por ser quase inevitável nessas circunstâncias de visibilidade que a praça proporciona.

Embora tenham sido apropriações pontuais, acredita-se ser importante registrar as manifestações que ocorreram em todo o Brasil em junho de 2013 e que em Juiz de Fora tiveram como ponto de concentração a Praça do São Mateus<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Referimo-nos às manifestações iniciadas em junho de 2013 na cidade de São Paulo e desencadeadas pelo anúncio do aumento da passagem de ônibus. O MPL (Movimento Passe Livre) liderou os primeiros atos, aos quais se juntaram outros sujeitos e segmentos sociais, ampliando a luta anterior –



Sua importância tem eco no pensamento arendtiano, que valoriza mais o sentido do que o fim das manifestações e, por isso, recobre-as de relevância e significado. É assim que, nessa direção, Arendt (2010, p. 94) afirma:

O fim da ação humana, em contraposição aos produtos finais de fabricação, nunca pode ser previsto com segurança; deste modo frequentemente os meios utilizados para alcançar objetivos políticos são muitas vezes mais relevantes para o mundo futuro do que os próprios objetivos pretendidos.

Enfatizar sua característica conjuntural, sua ocorrência pontual, é seguir na contramão do pensamento político de Hannah Arendt, visto que, na visão da autora,

[...] chamar estes acontecimentos inesperados, imprevistos e imprevisíveis de “eventos casuais” ou de “últimos suspiros do passado”, condenando-os à irrelevância ou à famosa “lata de lixo da história”, é uma velha trapaça; a trapaça sem dúvida ajuda a esclarecer a teoria, mas ao preço de afastá-la cada vez mais da realidade. (ARENDR, 2010b, p. 97)

Acresce-se a esses acontecimentos o fato de que as pessoas voltaram a usar o espaço público para se encontrar, para debater, para transformar. O espaço público é explorado, assim, em toda sua potencialidade. Inicialmente, aparece também uma vontade de ressignificação política muito forte, uma descrença no sistema representativo vigente, somada a uma crescente necessidade de autorepresentação. Essa vontade se manifesta em muitos discursos apartidários que não nos parece terem sido suficientemente bem interpretados.<sup>41</sup>

Passado o calor do momento, essa ânsia pelo novo, pela possibilidade de novos começos no que se refere a outra forma de organização política, esses discursos foram abafados e muitas vezes altamente questionados e/ou combatidos. Porém, é principalmente nas grandes cidades e nas metrópoles que eles sobrevivem por mais tempo e com mais força.

---

contra os R\$ 0,20 de aumento e por um transporte público de qualidade – e mostrando uma indignação sociopolítica mais generalizada. As manifestações paulistas se disseminaram por todo o Brasil, passando por outras metrópoles e chegando até mesmo em municípios brasileiros muito pequenos. Sua característica comum era a ocupação dos espaços públicos, ruas e praças e um apelo pela transformação da situação político-econômica do país. Os números mostram que, por todo o território brasileiro, aproximadamente 1 milhão de pessoas saíram às ruas.

<sup>41</sup> Para o antropólogo Massimo Canevacci (2013, disponível em: [www.youtube.com/watch?v=p628z1czdns](http://www.youtube.com/watch?v=p628z1czdns)), “por motivos que são muito baseados na cultura digital, na comunicação, etc. , atualmente ninguém quer ser representado. Existe um conflito entre quem tem o poder de representar e quem tem o poder de ser representado.” Essas manifestações “afirmam um novo tipo de subjetividade, muito pluralizada e que não quer mais delegar a ninguém a força de se representar, de se narrar.”

Em Juiz de Fora, ocorreram várias manifestações. Três delas usaram a PSM como ponto de encontro e também de discussão sobre os temas mais variados, outra marca dos acontecimentos de 2013. Uma pluralidade de pautas que, na cidade, incluía o alto preço das passagens de ônibus e até mesmo a estatização do transporte público, passava pela precarização, através da terceirização, da mão de obra no novo hospital da cidade e também reivindicava o veto de mudanças na lei de uso e ocupação do solo na cidade.

Registramos três manifestações propriamente ditas e uma assembleia de discussão na PSM. As assembleias são interessantes porque permitem que uma grande diversidade de sujeitos esteja reunida para discutir e dialogar sobre as causas e questões que levaram às manifestações. No momento do ato, não há muito espaço para a conversa e, por isso, a necessidade de outros espaços e outros momentos que andem junto com as manifestações. Ainda que guardando o formato convencional de assembleias (com inscrições, temas mais ou menos predefinidos, etc.), cerca de 120 pessoas ocuparam a quadra da PSM para tentar se comunicar e entender o momento pelo qual passava o país.

Para esta pesquisa, tal fato foi extremamente importante, na medida em que mostra o espaço público sendo apropriado por sujeitos que, em sua maioria, não se conheciam, mas que desejavam discutir questões de interesse coletivo.

A PSM foi escolhida como lugar de concentração das manifestações por conta de sua localização estratégica e central. De lá, era possível caminhar até as principais avenidas da cidade, parando o trânsito e percorrendo um trajeto significativo até a Avenida Getúlio Vargas para, então, retornar à Avenida Independência. A visibilidade do trajeto também era algo desejado pelos manifestantes.

O protagonismo jovem foi ressaltado em muitas análises na mídia e deve ser realmente destacado. Entretanto, nos parece que discursos que tratam os jovens como os únicos agentes ou os mais importantes desses processos políticos – como os sujeitos responsáveis pelo futuro –, são altamente definidores de uma construção social sobre o que seja a juventude. Em outras palavras, faz pousar sobre os ombros desses jovens a responsabilidade de um mundo que é de todas as pessoas, independentemente de sua faixa etária, aproximando-se de um conformismo incompatível com o agir político, é como se delegássemos a um grupo social uma responsabilidade que é coletiva. Relembramos, nesse contexto, mais uma vez, Arendt, que considera a coragem e a disposição para a ação política como virtudes políticas.

Assim, a diferença entre o mundo adulto e o universo da juventude se torna marcada também a partir de suas ações políticas. No entanto,

[...] adultos e jovens educam-se, por assim dizer, simultânea e reciprocamente, porque os primeiros devem se lembrar que o que dizem aos outros representa o que eles mesmos também devem buscar, ao mesmo tempo em que os segundos são lembrados do que devem perseguir como ideal. (CASTRO, 2012, p. 67)

De acordo com V., 16 anos, ser jovem é *“ser mais novo que um adulto, pois não existem diferenças intelectuais para um ser mais novo vendo que já tem uma opinião formada”*.

O que é importante ressaltar é que a predefinição de ações juvenis prejudica a liberdade e a pluralidade de existências desses jovens no mundo, além de muitas vezes resultar no não cumprimento dessas expectativas, o que nos leva a pensar numa juventude apática ou fracassada.

Entendemos que todas as atividades descritas contribuem, de alguma forma, para produzir e dar vida ao espaço público que é a praça do bairro São Mateus. Procuramos explicitar até aqui os modos de apropriação espacial da juventude, analisando também os aspectos constituintes das identidades juvenis encontradas no espaço público. Outras e novas formas de apropriação são sempre possíveis, principalmente as atividades mais pontuais.

Por outro lado, assim como outras formas de utilização já descritas neste capítulo, algumas características inerentes às manifestações ocorridas no Brasil e, mais especificamente, em Juiz de Fora nos colocam a necessidade de se fazer a reflexão sobre as formas de organização política – ou não – da juventude, ou seja, sobre as maneiras que os jovens encontram e almejam para praticar a ação política.

Nesse raciocínio, vamos do desinteresse pela política, atribuído por muitos aos jovens, para uma exigência de reflexão acerca de uma possível resignificação e de um novo sentido de política para esse público específico. Essa possibilidade caminha ao encontro do pensamento de Hannah Arendt, importante referência teórica para este trabalho.

### **2.3 Pensando a política praticada pelos jovens na PSM**

Antes de tudo, é preciso uma passagem rápida pelos sentidos do “ser jovem” para os entrevistados da pesquisa. Majoritariamente, a juventude aparece como o momento da experiência, de ter contato e vivenciar situações diversificadas para que as identidades sejam constituídas para a fase posterior, a saber, o mundo adulto e até mesmo uma identidade que duraria para o resto da vida. Segundo L., 17 anos:

*Ser jovem significa descobertas. O período em que você forma suas opiniões sobre diversos assuntos, o período que você faz bobagens sem ter que se preocupar com o futuro. Mas ao mesmo tempo ganha responsabilidade para fazer escolhas importantes. (L., 17 anos, em fala à pesquisadora)*

Ao mesmo tempo, esse significado tem uma dimensão temporal bastante definida: “ser jovem é aproveitar o presente”. É “curtir, zoar, beber, sair com os amigos”; se divertir agora, já que, com a entrada no mercado de trabalho, essas possibilidades sofrem uma redução relevante.

Como lembra Rabello, “divertimento etimologicamente remete ao divergir, desviar, sair da rota”. Divertir-se é portanto, “estrangeirar-se”, buscando a distância e o afastamento daquilo que é família, família e conhecido” (1997, p. 83). A cidade promove a “de-ambulação, o desvio, desnorreamento, divertimento, o vagar e o vagabundear”. (CESAR, 2001, p. 92)

A cidade representa, assim, uma grande possibilidade de diversão, de “lançar-se no mundo”. É dessa forma que eles saem de seus bairros para se apropriarem da PSM. O mapa da figura 14 demonstra a origem dos jovens entrevistados na pracinha.<sup>42</sup> Ressalta-se a maior quantidade de jovens originários de bairros longínquos e periféricos.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup>A existência de moradores jovens de baixa renda em bairros de alto poder aquisitivo se explica porque nem sempre o bairro em que moram é capaz de explicar sua real inserção social. Muitas vezes, apesar de morarem em bairros considerados “nobres”, suas casas se localizam em áreas marginalizadas desses bairros, como a fronteira entre a rua Padre Café e a Avenida Olegário Maciel, que, mesmo sendo considerada parte do bairro São Mateus, tem características econômicas distintas do restante do bairro.

<sup>43</sup> Para fins de leitura e elaboração desse mapa, é interessante apontar que cada bolinha representa um jovem entrevistado através dos questionários, considerando apenas a presença e não necessariamente a permanência desses sujeitos na PSM. Além disso, consideramos outras características como escolaridade, o tipo de escola em que estuda (particular ou pública) e a renda (baixa: renda domiciliar mensal inferior a R\$ 1.500; média/alta: renda domiciliar mensal a partir de R\$3.000), para determinar a cor da bolinha que simboliza cada jovem.

## Bairros de origem dos jovens que utilizam a praça São Mateus por faixas de renda

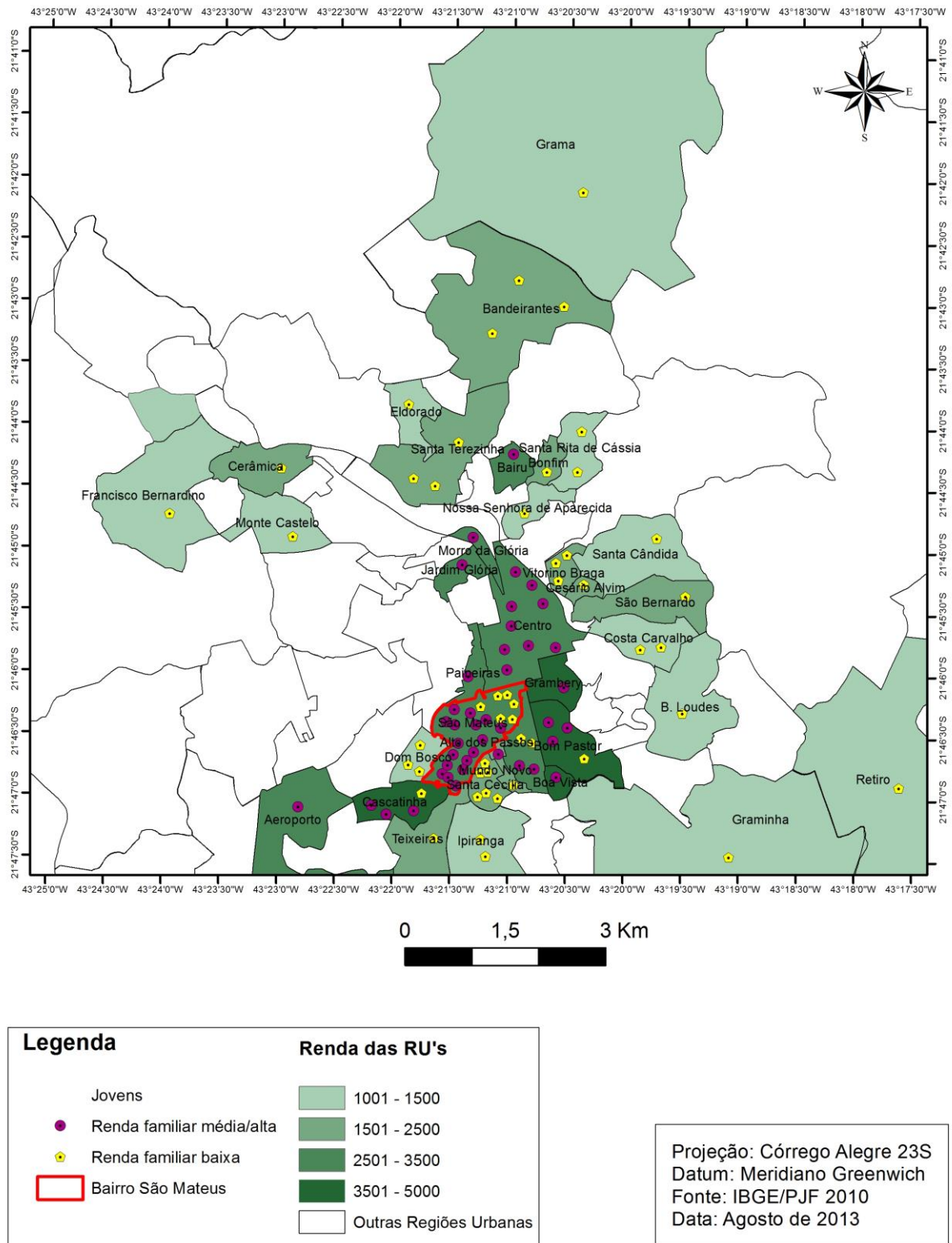


Figura 14: Mapa origem socioespacial dos jovens da PSM

Fonte: Acervo / banco de dados da pesquisadora

Suas formas de apropriação, anteriormente descritas, podem ser melhor ilustradas de forma mais sintética no mapa da figura 15:

### Apropriação espacial juvenil na Praça Jarbas de Lery Santos

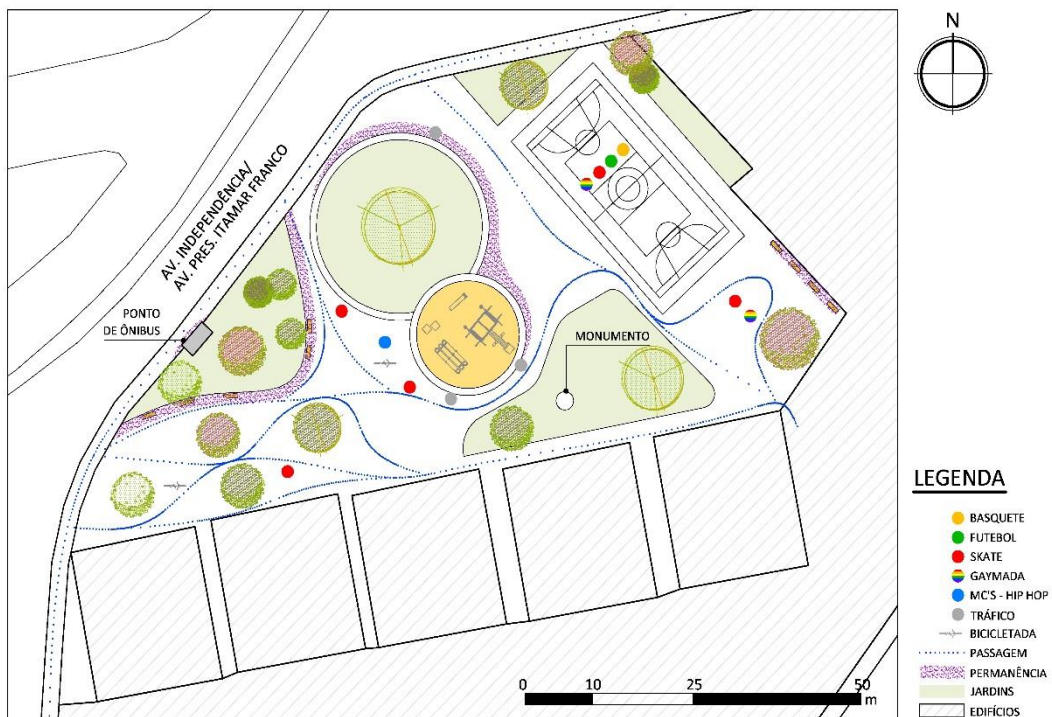


Figura 15: Mapa apropriação juvenil na PSM  
 Fonte: Acervo / banco de dados da pesquisadora

Através dos dois mapas apresentados nas figuras número 14 e 15, podemos pensar as interações em duas escalas: o mapa da figura número 14 nos dá uma ideia da diversidade de origens sócio-espaciais e portanto de heterogeneidade humana envolvida nas atividades da praça. A outra escala, do mapa da figura 15, que é maior e, portanto, reduz menos a realidade, nos permite pensar a interação entre os grupos, além de ser aquela que pode ou não reforçar o

adjetivo público e, conseqüentemente, político do espaço por conta da variedade de atividades e tipos de apropriação.

Observamos algumas interações entre os grupos anteriormente descritos, mesmo que o mapa ainda seja um pouco limitado para representar essa ideia de movimento, de contato entre os grupos. Depois de uma partida de Gaymada, por exemplo, alguns travestis continuaram no espaço da quadra para jogar basquete nos domingos. Os travestis se sentiam privilegiados, não só pela inclusão em outros grupos, mas também porque se sentem atraídos pelos jovens que jogam basquete. Mesmo sem uma frequência constante, em algumas ocasiões da Gaymada, foi também possível registrar a participação de pessoas de orientação heterossexual nos jogos.

Por outro lado, temos os jovens envolvidos com o tráfico de drogas, que, apesar de serem malvistas por alguns grupos, ainda são capazes de se inserir e dialogar com sujeitos que se apropriam da praça por outros motivos. Durante as manifestações, essa heterogeneidade também se tornou mais evidente.

No futebol, muitas vezes, encontramos meninos moradores do bairro São Mateus jogando com jovens de outros bairros, especialmente o Dom Bosco.

Além disso, por terem muitas vezes que negociar os usos do espaço, tais sujeitos acabam sendo obrigados a estabelecer algum tipo de relação com outros indivíduos, e daí podem surgir novas configurações de grupos.

De uma forma geral, o diálogo entre os grupos é valorizado pelos jovens que, inclusive, me agradeceram pela oportunidade estabelecida através da realização de grupo focal. Durante a aplicação da metodologia, eles puderam conhecer melhor membros de outros grupos, abrindo-se assim uma possibilidade maior para a interação e, ao final, disseram-se muito satisfeitos com este fato. Claro deve ficar que existem sim grupos formados que interagem predominantemente entre eles, entretanto tal fato não impede aberturas para relações intergrupais, que nos pareceram bem-vistas por parte da juventude que se apropria da praça<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Tal fato direciona nossa atenção para a subversão da morfologia criada inicialmente pelo arquiteto e que, como apontamos anteriormente, concretizou-se de maneira setorizada. Mesmo assim, é possível observar um contato significativo entre públicos variados na PSM.

Nesta dissertação, cada grupo é pensado na realidade do espaço público a partir da perspectiva de pertencimento, mas também por meio de diferenças entre eles, como assinala Oliveira (2012, p.185, grifos no original): “[...] A cidadania, portanto, não implicava a homogeneidade de funções e a igualdade de virtudes, mas não podia existir sem a *noção de pertencimento* a uma comunidade, o espírito de bem viver juntos, em cooperação e acordo, e tampouco sem a segurança do Estado”.

Isso quer dizer que as identidades de cada grupo mantêm estreita relação com a diferença entre eles e que não é possível abrir mão nem da identidade nem da diferença no espaço público. E, baseado no pensamento lefebvriano sobre os direitos dos cidadãos, Oliveira (2012, p. 181, grifos no original) continua: “[...] 4) *o direito à identidade na diferença (e na igualdade)* – que deve assegurar as diferenças num quadro de preservação da identidade étnica, etária, sexual, cultural, etc., por meio da consciência de que elas existem, permitindo a convivência e a igualdade nos direitos de cidadania [...]”.

Sendo assim, caminhamos para a reflexão acerca da viabilidade da ação política na PSM, ou seja, para pensarmos como os jovens se aproximam da(s) ação(ões) política(s) a partir da convivência e da interação com o outro no espaço em questão.

Em primeiro lugar, para se discutir a política da forma como estamos nos propondo, é preciso compreender como estão colocadas as possibilidades de participação da sociedade na organização política vigente no Brasil. E, nesse contexto, estamos de pleno acordo com Bourdieu, cujos postulados defendem que

a ciência política registrou, há muito tempo, o fato de que uma parcela importante das pessoas entrevistadas “se abstinham” de responder às questões sobre a política e que essas “não” respostas variavam de maneira significativa em função do sexo, idade, nível de instrução, profissão, lugar de residência e tendência política, mas sem tirar qualquer consequência disso e contentando-se em deplorar tal “abstenção” culpada. Bastaria observar que esse “público amorfo” vem, em grande parte, do que os outros designam por “povo” ou “massas” para suspeitar da função que ele desempenha no funcionamento da “democracia liberal” e de sua contribuição para a manutenção da ordem estabelecida. O abstencionismo é, talvez, menos uma falha do sistema que uma das condições de seu funcionamento como *sistema censitário irreconhecido*, portanto, reconhecido (BOURDIEU, 2011, p. 372, grifos no original).

Isso aparece nas falas dos jovens sujeitos dessa pesquisa quando perguntamos: “Como se faz política?”. É a única pergunta que lhes causa estranhamento e/ou repulsa e obtemos



predominantemente as seguintes respostas: “Não entendo de política” ou “sobre política não sei falar”.

Nesse mesmo sentido, Mayorga et al, pesquisadores da relação entre juventude e política, também relatam os resultados de seus trabalhos:

O percurso realizado terminou por contribuir também com a compreensão das crenças e dos valores dos jovens em relação à política no Brasil pela identificação de alguns fatores históricos que influenciam a estruturação de uma mentalidade coletiva que “privilegia o distanciamento, o desencanto e a desconfiança generalizada”, caracterizando uma cultura política “fragmentada e de desconfiança” [...]. A forma de desenvolvimento do Estado, no Brasil, teria propiciado a socialização de valores de distanciamento e apatia, tornando a influência da população em geral na política pouco provável. (MAYORGA et al., 2012, p. 266)

E é assim que alguns jovens se sentem: distantes da política. J., 15 anos, afirma:

*Assim, política eu não posso falar muito porque eu não entendo... políticas de governo (impostos sobre produtos importados). De lei, eu não entendo.*  
(J., 15 anos, em fala à pesquisadora)

Contraditoriamente, os jovens pensam que a política se faz todo dia, em todos os espaços. Acreditam que fazem política ao se apropriarem da PSM, porém não há uma relação clara entre a política que fazem na praça e a política em seu sentido mais convencional. Nesse sentido, Mayorga et al. ponderam sobre suas observações:

Foi curioso verificar que alguns dos coletivos juvenis analisados não desenvolvem pontos de conexão com momentos históricos ou lógicas imperantes ao longo de todo o processo de constituição do Estado brasileiro: o movimento hip-hop, com suas críticas ao autoritarismo policial, raramente associa as violências vividas e denunciadas a aspectos históricos do autoritarismo do Estado brasileiro, ou, ainda, os jovens que estão no sindicato não se propõem uma crítica contundente ao sindicalismo brasileiro marcado por tantos problemas ao longo de nossa história. (MAYORGA et al, 2012, p. 266)

O que queremos dizer é que a conexão entre a política e a Política (mais próxima do sentido convencional; institucionalizado), como preferem denominar alguns, precisa ser mais

bem explorada nas discussões sobre juventude e política<sup>45</sup>. O desinteresse é, em parte, fruto dessa ausência de inserção no sistema político estabelecido. Assim, pensar as práticas espaciais da juventude no espaço público nos leva imprescindivelmente a pensar na necessidade sentida de ressignificar a política.

Mesmo assim, há jovens que acreditam que a política se faz em todos os lugares, inclusive no espaço público, embora não seja uma opinião majoritária, como destaca G., 19 anos:

*A política está em qualquer coisa. A partir do momento em que você tá dentro de um contexto social, você precisa fazer política, porque se não você não vai conseguir viver. Claro, é válido manifestação, é válido voto, é válido voto, é válido você conversar sobre política em qualquer lugar, mas é um assunto muito difícil de se lidar porque em todas essas relações você tem que fazer política. Aqui mesmo eu tenho que fazer política, pra conversar com você eu tenho que ser político pra aceitar a sua opinião e você aceitar a minha. (G., 19 anos, em fala à pesquisadora)*

A partir das formas de apropriação anteriormente descritas, caminhamos para uma mudança dos sentidos da política pelo público juvenil na PSM. Uma política que se apoia e busca explorar as possibilidades do espaço público, passando ainda pela incorporação da cultura na prática política juvenil, como aponta Serpa (2009, p. 158), através de “[...] uma esfera pública renovada e pensada sob uma perspectiva de articulação entre cultura e política na reprodução da vida cotidiana, nos lugares concretos da cidade contemporânea”.

A Gaymada, o hip-hop, a Bicletada, as manifestações, entre outros, aproximam, de um lado, uma forte dimensão cultural e, de outro, a ação política. Acredita-se ser essa a forma de se fazer política comumente adotada pelos jovens em contextos de poucas oportunidades de participação.

Essa interpretação procura superar as oposições entre participação dos jovens e democracia dos adultos, entre a formação subjetiva, isto é, a construção de identidades, e o engajamento político. Tais ações são capazes de juntar “[...] intimamente a construção de si e

---

<sup>45</sup> Como apontam Mayorga et al. (2012, p. 23), “[...] A categoria ‘política’ também merece uma revisão. Nas palavras de Tejerina (2005), somente a política pode pôr em perigo a Política. A participação na comunidade política indica necessariamente uma re-conceitualização do que vem a ser a política, entendida não apenas como governança e diferenciação de funções dela decorrentes, mas, principalmente, como luta pela igualdade, justiça e emancipação (Ranciére, 1995).”

o engajamento no espaço público: ao se afirmar como sujeito, o indivíduo se torna ator de sua vida e, ao transformar a si mesmo, ele transforma o mundo” (PLEYERS, 2012, p. 9).

Além disso, busca-se também ressaltar e transpor as fronteiras entre a vida de todos os dias e a democracia; entre espaços públicos cotidianos e espaços institucionalizados da política, como destaca Pleyers:

Por um lado, a participação política continua a ser muito frequentemente pensada a partir das análises de um espaço público desconectado dos lugares da vida cotidiana, como se existisse uma fronteira entre a vida de todos os dias e a democracia, como se o espaço público e a vida consistissem de duas esferas separadas e que só contassem aquelas ações que tivessem ressonância nas mídias ou nas políticas institucionais. (PLEYERS, 2012, p. 12)

É assim que pretendemos concluir – ainda que conclusões sejam sempre parciais e temporárias – as análises sobre a relação entre espaço público, juventude e política, pensando-os sempre como agentes, considerando-se o contexto, seus modos de experimentar o mundo, de fazer política, suas diferenças, seus desejos. Seus grupos e as interações entre eles nos mostram outra forma, não institucionalizada, de se pensar e fazer política, tendo o espaço público como local privilegiado de suas ações.

No capítulo a seguir, trazemos as reflexões acerca da política de produção do espaço no que tange à Praça Nilo Sotelo Maior ou Praça do bairro Santo Antônio.

### **3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA PRAÇA NILO SOTTO MAIOR – PRAÇA DO SANTO ANTÔNIO**

"A atividade política de Trótski, percebe-se já, não vai nascer de uma revolta contra um estado pessoal de carência. Como em Lênin, outro bem-nascido (como Mao e Fidel), em Trótski, a revolução vai ser uma paixão intelectual, uma certeza lógica, uma convicção feita de ferro em brasa. Uma das cruéis ironias da vida: só os bem alimentados podem lutar pelos famintos. Os muito miseráveis nem sequer se revoltam: deixam-se morrer à míngua. É preciso muita proteína para fazer uma revolução"

Paulo Leminski

Neste capítulo, discutiremos as formas de apropriação dos jovens e suas contribuições para a produção do espaço na praça Nilo SOTTO MAIOR, apresentando as juventudes lá encontradas e desenvolvendo argumentos que nos levam a refletir sobre as dificuldades do agir político no local, marcado pelas incertezas do cotidiano.

#### **3.1 Elaboração de projetos arquitetônicos em série**

A Praça Nilo SOTTO MAIOR, no bairro Santo Antônio, foi inaugurada em 20 de maio de 1997, no governo municipal de Tarcísio Delgado, embora seu projeto de construção seja de 1986.

A arquiteta responsável pela realização do projeto da Praça do Santo Antônio nos relatou pouca coisa sobre o assunto. Segundo ela, esse era mais um dos vários projetos confeccionados na época e, sob esse argumento, nos disse não se lembrar nem mesmo onde se localiza essa praça e tampouco se recordava do que havia pensado para desenvolver esse espaço público.

Nossa conversa foi rápida e, a partir dela, percebemos um recorte de classe mais claro, que nos permite pensar que os espaços públicos localizados na periferia são espaços produzidos em série, como apontamos inicialmente ao indicar a padronização morfológica desses locais nas periferias juiz-foranas. Na mesma direção, Lefebvre aponta:

A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada, e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os *espaços diferenciais* do urbano e do “habitar”. (LEFEBVRE, 1999, p. 51, grifos no original)

Ainda assim, foi possível recuperar a planta baixa do espaço tal como foi concebido e reproduzimos suas formas a partir dos croquis. Seus contornos e jardins são bem desenhados e a quadra é poliesportiva, isto é, projetada para possibilitar a prática de vários esportes.

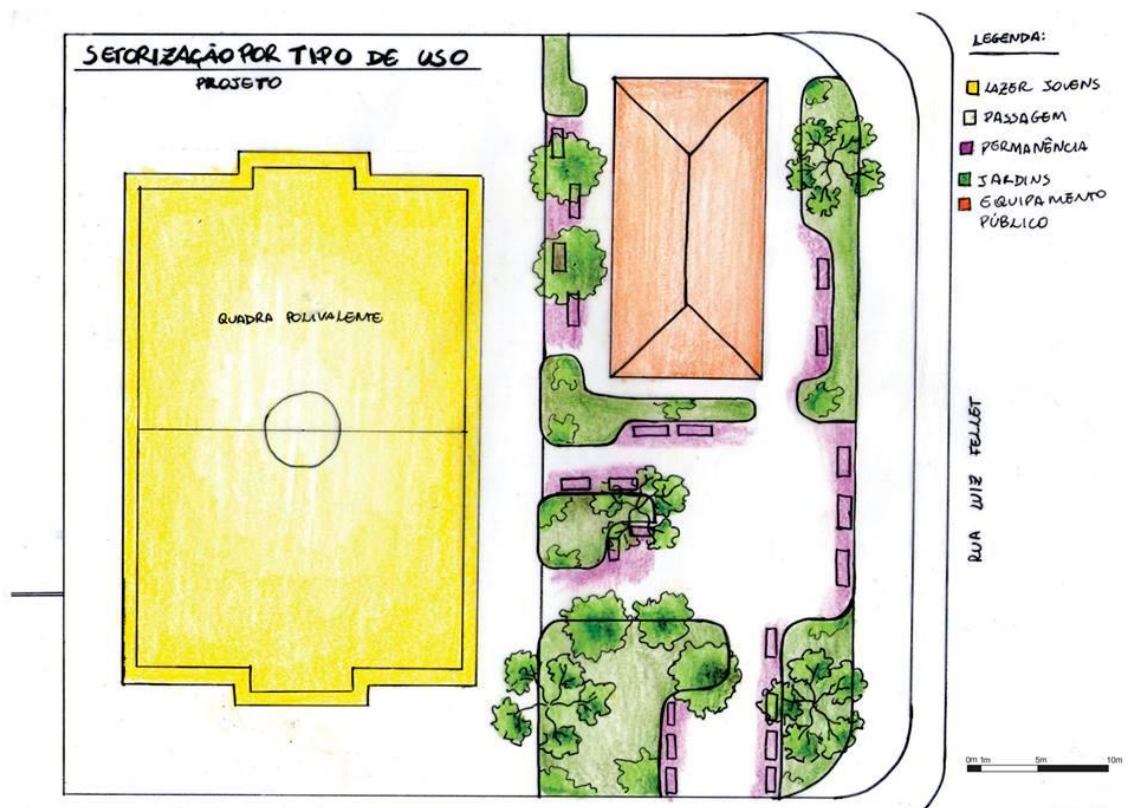


Figura 16: Croqui do projeto da Praça Nilo Sotomaior  
Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A despeito do que foi idealizado, a execução/construção da praça só aconteceu 11 anos depois, ocupando metade da extensão física anteriormente prevista (como mostra a escala gráfica) e se desdobrando na morfologia que podemos encontrar nos dias atuais, representada pela figura 17:

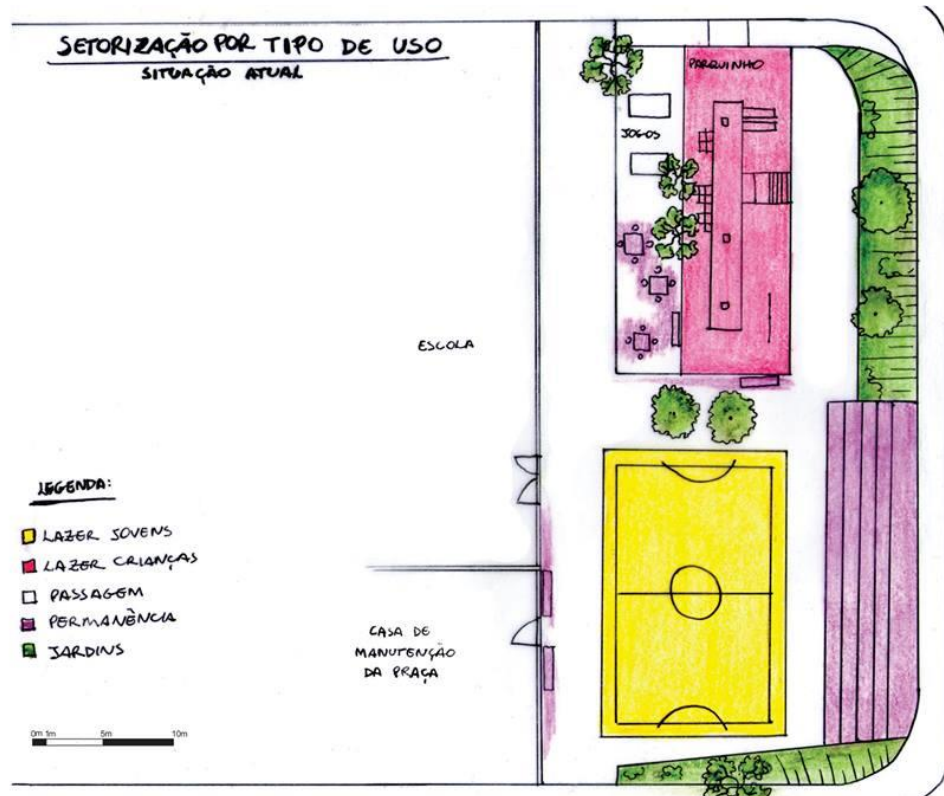


Figura 17: Croqui da realidade atual da praça Nilo Sotomaior

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O espaço que se tornou concreto nada tem a ver com o que estava previsto no antigo projeto e, para além da criação arquitetônica, pode-se afirmar que a praça que hoje existe não teve qualquer tipo de planejamento, isto é, os equipamentos foram colocados a partir do terreno que estava disponível e sua distribuição nos parece bastante aleatória, baseada apenas no tamanho do espaço. Sobre esse aspecto, Serpa afirma:

São muitas vezes, espaços de pequena dimensão, mantidos pelos próprios moradores e utilizados como locais para encontrar os amigos e “jogar conversa fora” ou como lazer pelas crianças e jovens das vizinhanças. (...) A simplicidade do mobiliário, do paisagismo e do desenho não impede sua utilização, ao contrário, cria uma identidade ainda maior dos moradores do entorno com suas “praças”. (SERPA, 2013, p. A2)

Talvez por conta de sua extensão física reduzida, trata-se de um espaço que permite certa integração entre os sujeitos que o utilizam. O parquinho das crianças está muito próximo dos bancos para se sentar e das mesinhas para jogar, e a quadra, com sua arquibancada, encontra-se logo ao lado desses equipamentos. Importante notar que, atrás dos espaços de

convivência da praça, localiza-se a escola Municipal e Estadual Dante Jaime Brochado, além do quartinho onde seu Mato Grosso guarda seus objetos.

### **3.2 Características do bairro e as relações estabelecidas com a apropriação da praça do Santo Antônio**

O bairro Santo Antônio, local de nascimento da cidade de Juiz de Fora, vem se construindo ao longo do tempo. Nesse processo, recebeu migrantes de diversas partes do estado de Minas Gerais e também de outros estados, populações rurais de municípios vizinhos e pequenas cidades, moradores removidos de outras áreas do município, dentre outros. No início da primeira década deste século, recebeu mais uma leva de habitantes – sem condições de moradia em outras partes da cidade e também advindos de outros municípios –, ampliando o bairro e formando o que hoje se conhece como Alto Santo Antônio. Atualmente, segundo o censo demográfico do IBGE (2010), vivem no bairro aproximadamente 1670 jovens, sendo 851 homens e 819 mulheres.

Para iniciar nosso relato, queremos dar destaque às notáveis influências do modo de vida rural na realidade do bairro, manifestado seja pelos quintais com árvores e pequenos animais (fato que gera, por exemplo, ampla oferta de ovos caipira para comercialização), como também pelos relatos de muitos jovens que, lembrando a realidade em que viviam em pequenas cidades ao redor de Juiz de Fora, acabam comparando a vida que tinham antes com a atual, demonstrando muitas vezes decepção com o que encontraram na cidade.

Mar de Espanha, Bicas, Coronel Pacheco, Matias Barbosa, Tocantins são exemplos de cidades de onde se originam muitos dos jovens entrevistados ou suas famílias. Alguns, ao experienciarem a dura realidade na periferia de cidades maiores, decidiram retornar para “a roça”. Outros fizeram o movimento campo-cidade-campo, mas não se adaptaram (H., 22 anos, retornou a Mar de Espanha para trabalhar à noite como lixeiro) e novamente voltaram a viver em Juiz de Fora, mais especificamente no bairro Santo Antônio.

A despeito disso, o modo de vida rural permanece na simplicidade dos moradores, na saudade da “roça”, nas excursões para a praia, no convívio “entre iguais”, na receptividade, no bar e na sorveteria da esquina, nas benzedeadas, etc., como afirma também Magnani:

Também nesses campos é possível perceber a presença de soluções que combinam um passado rural com o presente urbano, práticas tradicionais com técnicas modernas, antigos folguedos com as novidades da indústria cultural.

Apesar do interesse despertado ultimamente pelas condições de vida das populações dos bairros periféricos, suas associações e movimentos reivindicativos, existe, entretanto, toda uma realidade que fez parte do cotidiano dessas populações, mas que normalmente escapa às atenções e foge do interesse político imediato: é o bar da esquina, são os clubes de futebol de várzea, as “casas do norte”, os bailes populares (fórrós, rodas de samba, *funk*, *soul*), grupos de mutirão, danças de devoção ligadas ao catolicismo rural, rituais de umbanda e candomblé, curandeiros e benzedadeiras, sistemas de excursões populares, duplas sertanejas, circos, etc. Nesta “outra realidade” – sinal e reposta a uma série de transformações induzidas pelo crescimento da cidade, ao longo e na esteira dos processos migratórios – coexistem elementos urbanos típicos ao lado de tradições que nos fazem lembrar ora o Nordeste, ora o interior de São Paulo ou de Minas Gerais. (MAGNANI, 2003, p. 25, grifos no original)

Acredita-se que, somadas a outros fatores que serão desenvolvidos ao longo deste capítulo, tais características vão ajudando a conformar o que teórica e geograficamente definimos como lugar, mais próximo da realidade de cidades pequenas, todos se conhecem, se cumprimentam e estabelecem relações sociais mais próximas. Tal ideia é também contemplada por Carlos:

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos. Motoristas de ônibus, bilheteiros, são conhecidos – reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro. (CARLOS, 2007, p. 17-18)

Por mais que o lugar – no caso o bairro Santo Antônio e seus habitantes – estabeleça, obviamente, relações com espaços mais amplos (para os jovens, poderíamos pensar nas relações de trabalho ou estudo que implicam a ida ao centro da cidade ou os raros momentos de lazer em outros bairros e locais de Juiz de Fora, o contato com as cidades de origem, a televisão, a internet, entre muitas outras redes que exercem influência sobre o cotidiano da juventude no Santo Antônio), com outras escalas, sua inserção na cidade de Juiz de Fora,



inclusive geográfica (no sentido de localização)<sup>46</sup>, faz com que o bairro apareça como um refúgio, muitas vezes, obrigatório.

A geomorfologia do bairro ajuda a transformar a praça em um lugar aconchegante, o vale cercado pelos morros. Não é por coincidência que a baixada, como é conhecida a planície onde se localiza o espaço público, seja considerada a região mais nobre do bairro. Os morros que a cercam, onde está o Alto Santo Antônio, por exemplo, se assemelham a paredes protetoras e fazem com que haja uma convergência de pessoas para baixo, para a praça. Nas palavras de um jovem de 20 anos: *“Acho que aqui tem uma força gravitacional que vai passando em movimentos circulares pelos morros até trazer todo o mundo para a praça. Todo o mundo tem que passar por aqui”*.

A praça faz convergir o convívio intenso entre os moradores (ainda que, segundo eles próprios, tenha diminuído com o tempo por diversas razões, mas principalmente por conta do crescimento da violência e a disseminação do medo), as origens e influências do modo de vida rural, a falta de reconhecimento social em outros espaços, a escassez de recursos financeiros para circular pela cidade, por outras cidades e por outros mundos como nos demonstra G., 20 anos: *“Eu tenho vontade de rodar esse mundão, mas mal consigo sair daqui do bairro”*. Isso reforça a conformação de uma realidade que pode ser pensada como uma tipicidade ligada ao sentido de comunidade, de lugar.

Tais características são refletidas e reaparecem no modo de se apropriar e de existir na única praça do bairro e, ao mesmo tempo, nos revelam jovens extremamente abertos, ávidos por conhecimento e por estabelecer outras relações, novas redes. Ao longo dos trabalhos de campo, encontrávamos sempre rostos conhecidos e, por isso, a convivência se intensificava, de modo que a apreensão do bairro como um lugar – manifestada também na praça – nos chegava de maneira evidente.

Existem, ainda, propagandas de pequenos estabelecimentos comerciais do bairro fixadas nas grades da quadra. Os anunciantes pagam um aluguel (relativamente baixo, cerca de R\$ 80,00 por seis meses) a Mato Grosso para terem seus cartazes expostos no local.

---

<sup>46</sup> “Santo Antônio, bairro de canto” (FERREIRA, 2008).



Figura 18: Foto das propagandas na praça do Santo Antônio  
 Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora



Figura 19: Propaganda (2)  
 Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora

As tintas utilizadas para manter os equipamentos públicos são, muitas vezes, adquiridas a partir de colaborações dos comerciantes que pintam e divulgam seus nomes no local.

A despeito do formato de ilha, os comerciantes e moradores do entorno também se relacionam com quem está na praça. Jovens trabalhadores dos estabelecimentos (loja de materiais de construção, de roupas, lanchonetes, sorveteria, salão de beleza) ao redor, quando veem seus amigos sentados na praça, sempre arranjam uma forma de dar uma passada por lá, nem que seja apenas por poucos instantes. O lugar tem uma rotina, um cotidiano. Muitos jovens, ao cair da noite ou quando as lojas fecham suas portas, alargam o espaço da praça quando sentam nas portas das lojas, em grupos ou sozinhos, para conversar ou usar drogas, observando e participando da vida na praça.

Portanto, um aspecto essencial que nos guiará do início ao fim dessa reflexão sobre a praça do Santo Antônio diz respeito a uma mesma origem socioespacial dos jovens, que, embora se distingam de inúmeras formas, tendem a uma relativa homogeneidade e estão na praça, de certa maneira, “entre seus pares”. Pensamento semelhante é compartilhado por Augé:

Não seria de se espantar que os termos desse discurso sejam geralmente espaciais, a partir do momento que o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une) e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido. (AUGÉ, 2007, p. 45)

Dizemos que essa homogeneidade é relativa – entre outros motivos – porque, através dos relatos dos jovens com os quais tivemos contato, foi possível perceber e identificar formas internas de diferenciação entre eles, inclusive na praça. Isso acontece, por exemplo, a partir dos números de ônibus que passam por diferentes regiões do bairro. Assim, os jovens e também outros moradores são identificados pela região do bairro em que moram. É dessa forma que os jovens nos dizem: “Eu moro lá no 41”, em referência ao local por onde passa o ônibus Santo Antônio – 441.

Nesse sentido, para melhor ilustrar essa regionalização, foram confeccionados, por dois jovens, mapas mentais que demonstram como o bairro é dividido por seus habitantes<sup>47</sup>.

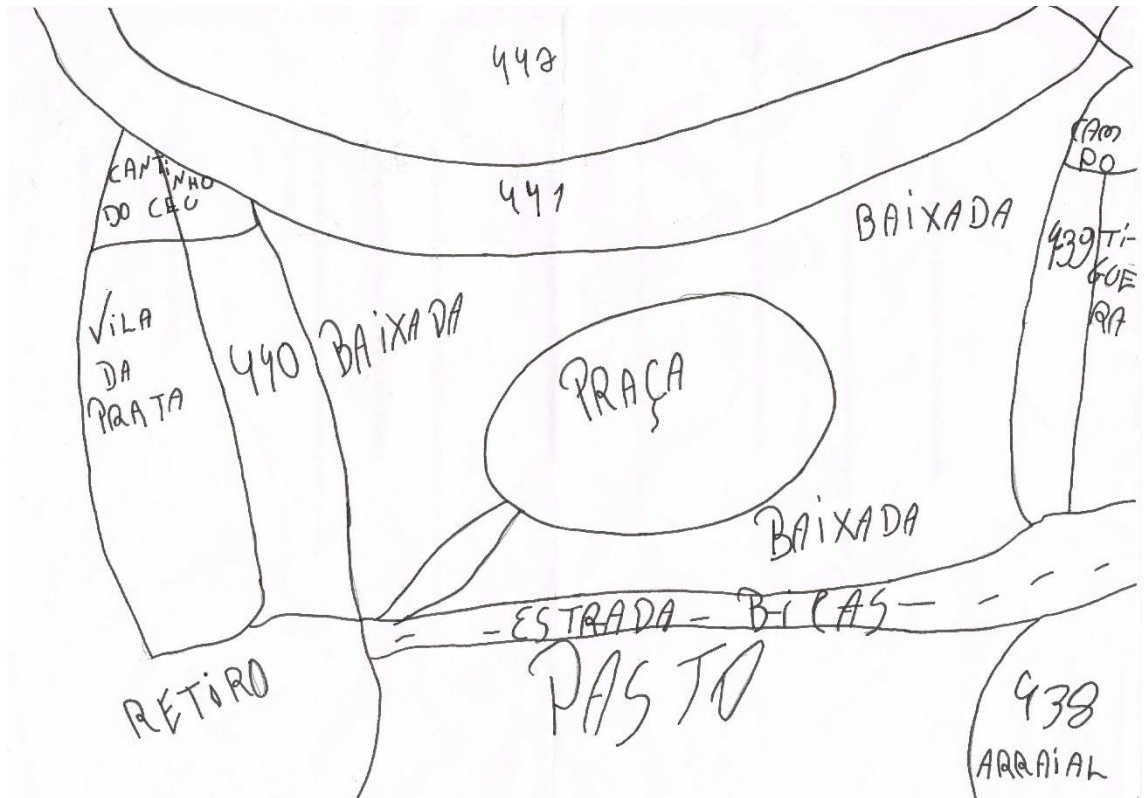


Figura 20: Mapa mental do bairro a partir das linhas de ônibus

Fonte: Dois jovens do bairro Santo Antônio

<sup>47</sup> Vale dizer que os mapas mentais não são objetos de discussão e aprofundamento nesta pesquisa. Apenas foram confeccionados para mostrar as diferenciações internas que os próprios jovens fazem entre si. Além disso, não foram mapas mentais feitos de maneira plenamente livre, uma vez que já partíamos dessa diferenciação pelos números de ônibus, definindo bem nossos objetivos.

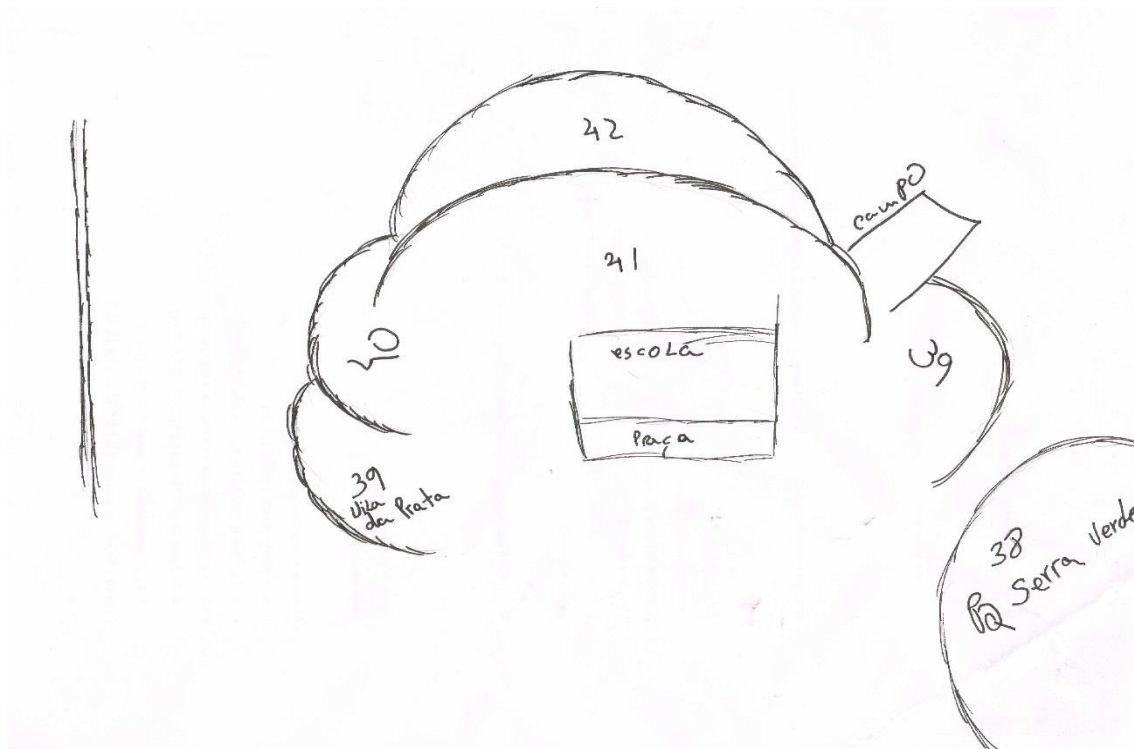


Figura 21: Mapa mental do bairro a partir das linhas de ônibus (2)

Fonte: Dois jovens do bairro Santo Antônio

Neste último, G., 20 anos fez um desenho com formas alusivas aos morros pelos quais o bairro é rodeado.

Merece destaque a concepção dos moradores sobre o 442, conhecido por Alto Santo Antônio. No imaginário das pessoas, essa porção do bairro se liga a ações violentas, ao intenso tráfico de drogas, a situações de pobreza mais extrema. Isso porque essa parte foi ocupada sem autorização do Estado por sujeitos vindos dos mais variados lugares, como aponta Menezes:

Contrastantemente, o Alto Santo Antônio pode ser apreendido como uma realidade da estratégia de invasão, o arranjo espacial das moradias não segue nenhuma racionalidade técnica e os lotes demarcados estão abaixo da metragem mínima exigida (125 metros quadrados). A declividade do relevo é alta e apresenta índices que a qualificam como área de risco, falta de infraestrutura básica e a intensidade da ocupação aportam outra dificuldade, qual seja a de reordenação do espaço para implantação de infra-estrutura e obras, além de espaços habitavelmente salubres e de convivência comunitária. As razões frequentemente apresentadas pelos moradores para sua localização em condições tão precárias dizem respeito à falta de condições de moradia em outras partes da cidade, decréscimo na renda familiar, em geral por perda de emprego e/ou aqueles que vieram através de parentes já estabelecidos no local (MENEZES, 2003, *online*).

Muitos moradores se referem ao lugar como “invasão”, e os próprios jovens “zoavam” uns aos outros na praça quando perguntávamos em que parte do bairro moravam. Morar no Alto Santo Antônio também significa uma maior distância física e simbólica da praça. Para ir e vir nesse trajeto, é preciso subir e descer ladeiras bem altas e íngremes e, ademais, dos 50 questionários aplicados no bairro, somente seis jovens afirmaram morar no 442, o que significa que se apropriam menos do espaço público do lugar. Além disso, alguns moradores relacionam ainda a piora da violência e do modo de vida no bairro com a chegada dos “invasores” do Alto Santo Antônio.

Dessa forma, as características do bairro no qual está localizada a praça vão aparecendo também nos modos de se apropriar do espaço público, bem como na função que ele acaba desempenhando, qual seja a de encontro e lazer para os moradores que lá residem.

Antes de avançarmos para as próximas discussões, convém ressaltar outro dado importante trazido a nós pelos questionários, o qual diz respeito à porcentagem de homens (65%) e de mulheres (35%) que se apropriam da praça. Mais uma vez, confirma-se o caráter predominantemente masculino entre os usuários dos espaços estudados.

### **3.3 A produção da praça do Santo Antônio pelos jovens**

Antes de partirmos para a discussão sobre os jovens e suas formas de apropriação propriamente ditas, convém voltar a outro assunto, já mencionado no início deste trabalho. Trata-se da presença do senhor Mato Grosso, ou Guri, figura constante na praça há mais de 15 anos.

Conforme já dito, é ele o responsável pela manutenção dos equipamentos e da regulação das formas de apropriação, principalmente da quadra, mas também de outros espaços do bairro. Havíamos interpretado sua presença como uma forma de controle, uma vez que a quadra permanece trancada e só pode ser utilizada mediante o pagamento por pessoa e por hora de uso. Entretanto, ampliamos tal compreensão para pensar também em formas de organização dos moradores de periferia, que, sem auxílio para manter seus escassos espaços de convivência, precisam recorrer a formas de auto-organização para propiciar uma maior

qualidade de vida àqueles que lá residem. Sob essa outra perspectiva, é possível, inclusive, reafirmar a relevância do conceito de lugar para a compreensão dessa realidade.

Queremos ressaltar, com isso, que as interpretações não são excludentes: ao mesmo tempo em que se faz possível analisar a situação a partir da ótica de relações de solidariedade e auto-organização, não se pode negar o caráter autoritário que tais medidas trazem para o espaço público em questão.

Tal fato ficou ainda mais evidenciado quando retornamos ao bairro para dar prosseguimento aos trabalhos de campo. Nessa ocasião, fica claro como tal assunto é conflituoso do ponto de vista das relações estabelecidas a partir da apropriação da praça.

Os jovens não entendem porque cada um precisa pagar R\$ 2,00<sup>48</sup> por hora de jogo em um espaço que é público e em contexto de extrema falta de recursos econômicos. Muitos afirmam até mesmo que o dinheiro serve para pagar “as cachaças” ou outras despesas de Mato Grosso. Em contrapartida, essa é a condição para que eles consigam desfrutar da quadra em condições melhores de conservação. Algumas vezes, presenciamos o arrombamento – por jovens sem dinheiro que queriam jogar – da grade de arame que circunda o espaço. Tempos depois, Mato Grosso identifica os buracos e discute com os meninos, diz que eles são terríveis, que não querem saber de nada, reproduzindo os discursos negativos que rondam os jovens e as ideias de agressividade ligadas à juventude. Situações como essa são recorrentes na praça do Santo Antônio, também, por parte de outros moradores, que veem os jovens como delinquentes, “perdidos” na vida.

Em outro momento, o próprio Mato Grosso nos disse ter gasto R\$ 46,00 (do dinheiro arrecadado por conta dos usos da quadra) para pagar lanches para os policiais militares que vez ou outra vêm até a praça em dias de campeonato de futebol, isto é, em dias de movimento mais intenso. De acordo com ele: “*Se eles me ajudam [referindo-se aos policiais], eu também tenho que ajudá-los*”. Os jovens, se soubessem disso, certamente protestariam, já que os policiais militares são motivo de repulsa e indignação por grande parte dos entrevistados, devido à forte repressão e à violência que representam em suas mentalidades juvenis.

É preciso problematizar um pouco mais a existência de uma pessoa responsável pela administração de espaços públicos em bairros periféricos. A Prefeitura de Juiz de Fora delega,

---

<sup>48</sup> Do início da pesquisa até o seu término, houve um aumento de 100% no preço da taxa cobrada para o uso da quadra esportiva do bairro.

nesses casos, a função de gestão e manutenção de praças e outros espaços de lazer para as próprias comunidades, criando o que se define hoje como CAEM<sup>49</sup> (Comissão Comunitária de Administração de Área Esportiva Comunitária). Justamente nos locais em que mais se precisa da presença do poder público para garantir os direitos elementares, nos quais as pessoas já sofrem para manter suas próprias vidas nas cidades, o Estado se omite e deixa nas mãos dos próprios moradores a tarefa de cuidar e manter os espaços públicos localizados nas periferias.

Para a grande maioria dos jovens, o cadeado na quadra, a existência de Mato Grosso (mesmo assim, muitos jovens o admiram como pessoa e valorizam seu cuidado com o bairro) e a necessidade de pagamento para se apropriar do espaço da quadra representam formas incompreendidas de controle e de ausência do Estado. O acesso ao espaço público lhes é negado.

Nesse sentido, após esta reflexão inicial, damos início à discussão sobre as atividades e formas de apropriação e produção do espaço pelos jovens na praça do bairro onde moram.

O skate é muito valorizado pelos jovens do Santo Antônio, que, mesmo não dispondo de locais públicos apropriados para a prática da modalidade, vão buscando formas de realizar a atividade em pequenos corredores e espaços da praça. É realmente bastante difícil andar de skate no local, a quadra – que seria um espaço mais plano e adaptado para o equipamento – fica trancada e, quando aberta, serve apenas para os jogos de futebol. Até mesmo os moradores e Mato Grosso não enxergam a atividade com bons olhos, já que, segundo eles, traz transtornos e destrói os equipamentos existentes no local (parquinho, bancos, lixeiras). Dessa forma, fica claro que Mato Grosso e outros moradores não conseguem identificar as causas sociais subjacentes ao que eles consideram como “rebeldia” dos jovens do bairro<sup>50</sup>.

Utilizar pistas de skate apropriadas significa, para esses jovens, possuir possibilidades de circulação pela cidade que não se aplicam a suas realidades, que não se tornam possíveis.

---

<sup>49</sup> No site da Prefeitura de Juiz de Fora (disponível em: [www.pjf.mg.gov.br](http://www.pjf.mg.gov.br)), também é possível encontrar a denominação Comissão de Administração de Área Esportiva para designar a sigla CAEM. No caso do Santo Antônio, na prática, não existe uma comissão, e sim uma única pessoa para cuidar do espaço público. É interessante notar que o próprio poder público já se refere a essas populações e seus respectivos bairros como uma comunidade, o que nos leva a refletir sobre a transferência de deveres implícitos em tal fato.

<sup>50</sup> Mato Grosso, ao mesmo tempo em que demonstra certa incompreensão acerca da condição de ser jovem ou sobre a realidade em que os mesmos estão inseridos, também mostra cuidado, dedicação e mesmo amor por esses jovens. Do contrário, já teria abandonado as atividades na praça e o convívio com eles há muito tempo.



Alguns conseguem se deslocar até o bairro Vitorino Braga, próximo à região central de Juiz de Fora, outros economizam dinheiro para, nos fins de semana, pegar quatro ônibus (dois de ida e dois de volta) até a Universidade Federal de Juiz de Fora, que, atualmente, dispõe de uma pista de skate. Mas, sem sombra de dúvidas, quando o fazem, é à custa de muita dificuldade. A grande maioria da juventude que se apropria da praça conta apenas com o local como espaço de convivência e lazer.

Por isso, muitos jovens, quando questionados sobre o que mudariam na praça, dizem que gostariam que fosse construída uma pista de skate para que eles pudessem ter acesso à prática e a essa forma de sociabilidade juvenil no mesmo bairro em que moram, evitando os custos de deslocamento e proporcionando experiências de maior aprendizado com o equipamento, uma vez que poderiam treinar mais. Segundo eles, muito mais jovens poderiam ser “bons no skate” se tivessem à sua disposição uma rampa para utilizar.

Outra observação é que há quase uma unanimidade quanto ao fato de que a realidade do bairro mudou. De acordo com seus moradores, a violência e a disseminação da ideologia do medo (que tem sua parcela de realidade) transformou a realidade do Santo Antônio nos últimos anos, retirando as pessoas das ruas e espaços públicos do bairro por conta das mortes violentas.

Sobre violência e política, Hannah Arendt (2010b) diz que as formas de se fazer política entre os seres humanos não dão conta de acompanhar o desenvolvimento dos implementos dessa violência, como armas de fogo, de destruição em massa, entre outros. Nesse sentido, a autora afirma que “[...] O desenvolvimento técnico dos implementos da violência chegou a tal ponto que nenhum objetivo político concebível poderia corresponder ao seu potencial destrutivo, ou justificar seu uso efetivo num conflito armado” (ARENDR, 2010, p. 93). É interessante direcionar a atenção, portanto, para pensar no poder antipolítico que essas armas, as mortes e o medo trazem para a convivência no espaço público do bairro, fazendo com que as pessoas procurem locais privados para garantir sua segurança, fato que influencia em todo o modo de vida mais recente do bairro.

Alguns jovens contam que, antigamente, chegavam para a aula com uma hora ou mais de antecedência para ficar brincando ou conversando com os colegas. Hoje em dia, chegam somente no horário exato de entrar para escola, que também representa uma fonte de vida para a praça. Por conta de ter sua porta de entrada desembocando para o espaço público, ela faz com que muitos jovens circulem pela praça e outros lá permaneçam um pouco mais de

segunda a sexta-feira. O medo faz com que muitos deles usem a praça somente nesses dias em que precisam frequentar a escola, mas é certo que o movimento escolar de jovens deixa sua contribuição para a manutenção da praça Nilo Sotó Maior.

Entretanto, um aspecto comum entre muitos jovens do Santo Antônio é o abandono da escola, a interrupção precoce dos estudos, seja por vontade própria ou por necessidade. Os que precisam trabalhar reclamam que fica difícil conciliar a dupla jornada, muitos deles se tornam também pais de família muito cedo, e a responsabilidade de sustentar uma casa acaba inviabilizando outras realizações.

Outros não veem sentido na escola, não se reconhecem e não se sentem confortáveis nesse ambiente. Essa ideia está associada, ainda, às dificuldades que a escola tem de “[...] proporcionar aprendizagens significativas no presente” (CASTRO, 2012, p. 70), demonstrando sua relevância para a vida desses jovens aqui e agora.

É assim que V., 15 anos, nos responde quando perguntado sobre os motivos pelos quais parou de estudar, revelando também sua concepção de escola ideal: “*Eu parei de estudar na 5ª série porque não gostava da escola. Para mim, uma escola boa é a que você pode pegar mulher dentro da sala, fumar cigarro, maconha...*”.

Percebe-se que a escola está muito distante da realidade desse jovem, que acabou dando prioridade ao envolvimento com o tráfico de drogas, distanciando-se da representação de escola como local de construção do conhecimento. Nesse sentido, há ainda outras razões que ajudam a afastar esses jovens dos espaços formais de educação, como apontado pela jovem T., 16 anos:

*Tem professor que chega aqui e fala pra gente que aqui não tem nada, que o filho dele estuda no Jesuítas [em referência ao tradicional colégio católico da cidade] e que lá é muito melhor. Nessas horas eu me sinto muito fraca.*

Geralmente, os jovens que não estudam e vão para a praça utilizam o espaço para encontrar os amigos, namorar ou vender drogas. O tráfico de drogas constitui-se como importante atividade juvenil na praça do Santo Antônio.

Quando perguntados sobre o que gostariam de mudar na praça, esses jovens, usuários de drogas ou envolvidos com o tráfico, dizem que gostariam que as drogas fossem permitidas no espaço e que não houvesse polícia. Isso porque, ao longo dos trabalhos de campo, alguns

jovens foram presos no local por policiais à paisana, mais conhecidos pela juventude como “P2”. É assim que eles dizem que a frequência com que se apropriam do espaço público tem a ver com a praça estar “lombada” ou não<sup>51</sup>. Segundo esses jovens, eles passam tempos utilizando o lugar e tempos “desaparecidos” do convívio no único espaço de convivência coletiva do bairro.

Podemos pensar dois motivos mais amplos para a entrada dos jovens em questão nos movimentos de venda de drogas. O primeiro está relacionado com a carência afetiva sob todas as formas (falta de pai e mãe, de atenção, de amor), como nos mostram as palavras de H., 15 anos que, demonstrando uma enorme necessidade de falar e de receber atenção, disse:

*Minha mãe não me dá muita atenção não. Ela não me entende, diz que eu sou rebelde, mas eu não sou não. Escrevi uma carta pra ela dizendo que desde que meu pai morreu a vida ficou muito ruim. Foi a única vez que ela me disse baixinho “eu te amo”.*<sup>52</sup>

O segundo está ligado ao desejo de consumo e de se inserir também em uma sociedade extremamente consumista. Utilizaremos a identidade tchum-tcha para exemplificar melhor tal perfil.

Ser tchum-tcha é, de maneira geral, ser homem, gostar de funk, usar chinelos coloridos da marca *Kenner*, short da marca *Adidas* acima do joelho e boné *Adidas Climacool* com a etiqueta para fora, além de estar envolvido com o tráfico de drogas. A identidade tchum-tcha é muito apreciada, inclusive, pelas mulheres, que nos afirmam: “Eu só fico com os meninos, se eles forem tchum-tcha”. Isso significa que muitos jovens querem ser tchum-tcha para desfrutar desses benefícios com as mulheres.

Por outro lado, ouvimos ainda de T., 17 anos: “*Eu não queria guardar essas armas, mas é mais forte que eu. Eu guardo para poder comprar minha sandália Melissa*”.

---

<sup>51</sup> A expressão “lombada” se refere à presença de policiais na praça Nilo Sotó Maior.

<sup>52</sup> Importante acrescentar que G. teve a família paterna completamente desestruturada por conta do tráfico de drogas. O pai foi assassinado em frente ao seu irmão mais novo, e a avó está presa há seis anos. O avô faleceu pouco depois, e os demais familiares foram embora da cidade, restando apenas a mãe, a avó materna e os dois irmãos por parte de pai. Por conta desses acontecimentos, há quatro anos a jovem tem dificuldades de frequentar a escola e prestar atenção nas aulas, afirmando que sente muita saudade da vida de antes.

É dessa forma que muitos jovens do bairro Santo Antônio buscam se inserir socialmente, isto é, através do consumo, e, dadas as dificuldades financeiras e de oportunidades, o tráfico acaba aparecendo como uma atividade “vantajosa”. É difícil, assim, culpar os próprios jovens por essas escolhas, quando vão em busca de se enquadrar, de ser como os outros, de reconhecimento que não conseguem obter por outros meios.<sup>53</sup>

Essa territorialização do tráfico de drogas na praça e no bairro como um todo, segundo os moradores, transformou a realidade em que vivem. O medo afasta as pessoas do local, e as crianças da geração atual desfrutam menos da convivência coletiva, já que seus pais também têm adotado um estilo de vida mais privado em função da violência.

Faz-se necessário reconhecer essa realidade em bairros de periferia, ou seja, o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas e suas razões. Entretanto, é preciso compreender essa não como a única, mas como uma de várias juventudes lá encontradas. Talvez a que precise de mais atenção do poder público e de suas respectivas políticas públicas para as juventudes. São os jovens negros e das periferias urbanas quem mais sofrem as consequências mortíferas do comércio ilegal de entorpecentes.

Ao longo dos trabalhos de campo, vivemos junto com os jovens o luto pela morte de amigos, entre 14 e 20 anos. Nesses momentos, era difícil fazer com que se concentrassem nas questões de pesquisa que propúnhamos. Eles queriam apenas contar o extermínio social que vem acontecendo em seu bairro. As pichações estampadas no muro da praça refletem a tristeza, o luto e as subjetividades de parte deles (figuras 22 e 23).

---

<sup>53</sup>Nunca é demais lembrar que a permanente criação de vontades e desejos de consumo nos sujeitos (e não só jovens) é uma característica da sociedade capitalista em que vivemos - a busca pela distinção social via consumo é produzida pelo próprio sistema de produção do capital. Suas consequências não podem por isso ser encaradas como responsabilidade desses jovens. Somos todos, diariamente bombardeados com situações que nos incentivam ou nos levam a consumir. E consumimos, e buscamos meios para isso. Não se deve deixar de ressaltar, todavia, que a relação entre juventude e tráfico de drogas é uma relação multifacetada, que merece atenção do pesquisador no que se refere a sua complexidade. O consumo é apenas uma razão apontada pelos jovens para justificar sua inserção no mundo da ilegalidade: a própria identidade tchum-tcha nos revela um pouco essas questões.



Figura 22: Foto de pichação em setembro/2013 por conta da morte do jovem “Dentin”, 14 anos, assassinado com 11 tiros, no Alto Santo Antônio (442).

Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora



Figura 23: Saudades dos manos Ferrugin, Denis e Dentin (em referência a jovens que morreram por conta da violência relacionada ao tráfico de drogas).

Fonte: Acervo / base de dados da pesquisadora

Foi relatado pelos moradores o fato de que, no passado, eram uma tradição de bairro as festas de rua, que aconteciam na praça e em seu entorno. Por conta do medo, das brigas e mortes ocorridas durante essas festas, elas não ocorrem mais. Segundo os jovens, havia pular, barracas de comida, muita música e outras atividades várias vezes ao ano no espaço público do bairro. Atualmente, ninguém mais tem “coragem” de organizar esses eventos, sendo que a única festa capaz de acontecer com segurança no local é a festa das igrejas evangélicas, fato que demonstra o poder da instituição religiosa no bairro e na apropriação do espaço público.

Isso nos faz pensar novamente em duas possibilidades de compreensão para a juventude que está na praça do Santo Antônio. Primeiro, diríamos que é uma juventude objeto de disputa: da família, da escola, do esporte, do trabalho, da Igreja, entre outros, disputando-os com o mundo do crime e do tráfico de drogas. Em segundo lugar, nessa disputa, percebe-se

que a Igreja tem um papel muito importante para os jovens do bairro Santo Antônio e, mais especificamente, para a praça.

Basta pararmos para pensar, por alguns instantes, nas motivações que fazem com que ações violentas, mortes e outras consequências não sejam praticadas nas festas evangélicas<sup>54</sup> e que, ainda assim, sejam apontadas como as razões que impedem festas com outro caráter – como as antigas festas de bairro – de acontecer na praça. É por isso que nos lembramos das falas dos jovens quando dizem: “Deus não tem Igreja”. Deus é afirmado também em muitas letras de rap (independentemente da existência ou não de uma religião), nas tatuagens de alguns jovens (com inscrições como “Jesus Cristo”) e é apontado, em certos discursos e trajetórias, como a única pessoa em que se pode confiar: Deus.

Alguns jovens, ao serem questionados sobre quem são seus amigos, disseram que não os têm, que não confiam em ninguém, que a única pessoa em quem podem confiar é Deus. “No Santo Antônio, você não pode confiar em ninguém”, repetem<sup>55</sup>. Questionados sobre a suposta menor influência da religião na vida de jovens do São Mateus, bem como o menor número de Igrejas em relação ao bairro Santo Antônio, escutamos de W, 15 anos: “*O Deus deles é o dinheiro, é por isso... para a gente aqui, Deus é Jesus Cristo*”.

Para meninos carentes de educação de qualidade, de atenção, de cuidado, de condições econômicas satisfatórias, oportunidades, com pouca capacidade de circular pela cidade – seja pela fama de morar no Santo Antônio<sup>56</sup> ou pela escassez de recursos financeiros para pagar as passagens de ônibus –, que vivem a ausência de mãe e de pai, a Igreja se torna uma instituição

---

<sup>54</sup> Dizer que essas ações não são praticadas ao longo desse tipo de evento não quer dizer, porém, que elas não tenham a possibilidade de acontecer. Nos baseamos apenas na realidade do presente para fazer tal afirmação.

<sup>55</sup> Conseguimos, mesmo que com certo pesar, entender as razões que levam esses sujeitos a afirmar que não têm e nem querem ter amigos. O perfil de C., 22 anos nos auxilia nesse caminho: órfão de pai e mãe desde pequeno, todos os seus irmãos têm AIDS, ele foi o único que escapou da doença transmitida pela mãe. Mora com a avó. Seu desespero assusta. Em meados de 2013, levou muitas facadas e esteve à beira da morte. Foi demitido de seu primeiro trabalho formal 45 dias após o início e diz que não tem esperanças de nada mais. Quase não conseguia falar, tamanha sua fragilidade e fraqueza. Tem uma filha de dois anos, mas se relaciona de maneira difícil com a mãe da menina. É realmente um relato de desesperança na vida e nas pessoas.

<sup>56</sup> Conflitos territoriais são apontados pelos jovens como uma dificuldade para a livre circulação no espaço urbano. Em Juiz de Fora, essas brigas são relativamente comuns, e o simples fato de morar em um bairro, e não em outro, pode desencadear os conflitos violentos. Os motivos das confusões são complexos, mas tendemos a apontar os aspectos identitários como fator importante. Segundo os jovens entrevistados, o fato de ser do bairro Santo Antônio impossibilita a circulação por determinados locais. Em geral, os jovens “tchum-tcha” parecem estar mais envolvidos nessas práticas que muitas vezes têm como palco e/ou são iniciadas nas imediações do Santa Cruz Shopping, ponto de encontro para a juventude de periferia juiz-forana.

com habilidade para preencher o cotidiano e a vida, e a realização de eventos na praça do bairro se torna um acontecimento que merece respeito e que consegue, assim, garantir seu espaço, com segurança – valor tão apreciado em nosso tempo. Para isso, ela se dinamiza, se transforma em alguns aspectos, dir-se-ia mais conjunturais que estruturais, e realiza adaptações.<sup>57</sup>

Na festa da praça (realizada em 18 e 19 de outubro de 2013) da qual pudemos participar, ocorreram apresentações musicais e de dança, com estilos que variavam entre o funk, o rap, o forró ou até mesmo o pagode gospel<sup>58</sup>.

Dentro do universo do funk gospel, ficamos refletindo sobre as diferenças entre a juventude que escuta e dança esse tipo de funk e a outra que “curte” os funks mais “mundanos”, como, por exemplo, os tchum-tcha. Num primeiro momento, elas parecem estar bastante distantes, mas a batida do funk é a mesma, assim como as preferências dos jovens. A única diferença entre as músicas “mais mundanas” e aquelas dos mais variados estilos musicais evangélicos é a letra<sup>59</sup>. Por isso, uma possibilidade de interpretação para as diferenças juvenis provenientes das várias faces do funk, é quemuitos jovens precisam de certa visibilidade social, ou da forma de inserção social que é proporcionada pela igreja (socialmente mais aceita?), ou, ainda, do status oferecido pelo tráfico de drogas, por exemplo, mais associado à rebeldia e à marginalização. Como afirmamos anteriormente, trata-se de mecanismos de disputa pela juventude. Sobre música gospel e juventude, Cardoso destaca:

Como boa parte do segmento evangélico, ignoram os católicos; falam “poucas e boas” dos funkeiros, mas se rendem a qualquer estilo artístico e visual que remeta a uma minoria étnica, estilo cultural ou comunidade que faça contraponto ao cristianismo dominante, ou legalismo que tem feito a

---

<sup>57</sup> Infelizmente, ao longo dos trabalhos de campo, não conseguimos presenciar o pagode gospel, evento realizado ocasionalmente por jovens na praça: muitos deles são fãs de grupos de pagode e frequentadores de igrejas evangélicas e, buscando conciliar esses elementos, dedicam-se a grupos de pagode gospel que vez, ou outra, se apresentam na praça. A falta de infraestrutura e recursos são motivos apontados por eles para a falta de regularidade nas apresentações, entretanto essas festas são bastante apreciadas pelos jovens.

<sup>58</sup> W., 15 anos, nos contando como é prazeroso esse tipo de música e festa para ele, nos disse que, em um show realizado num espaço de eventos chamado La Rocca, um cantor famoso do universo gospel, conhecido como Fernandinho, fez com que o chão balançasse, tamanha a animação dos participantes, grande parte deles jovens.

<sup>59</sup> Refrão de uma música de funk gospel: “Aonde Deus está/Há glória e poder/Ele derrama a paz/Transborda o poder”.



“Igreja” estar cada vez mais intimamente associada ao sistema capitalista “mundano”. (CARDOSO, 2013, p. 142)

Foi nesse caminho de investigação que a nossa atenção foi despertada para pensar o papel e as influências das religiões evangélicas no modo de vida dos jovens de bairros com baixo poder aquisitivo, fato que acreditamos repercutir também na vivência do espaço público, na praça do bairro Santo Antônio. Para nós, é muito significativa a importância que a instituição assume, seja no controle ou no suprimento de outros aspectos importantes da vida que lhes são negados<sup>60</sup>. Sobre essas e outras espacialidades do mundo evangélico cristão, Cardoso afirma:

A juventude religiosa busca amparo espiritual, místico e sobrenatural para transformar a sua existência social, criar outros vínculos afetivos e estabelecer um compromisso com uma missão. E essa busca precisa de marcadores e mediadores espaciais para tornar o sagrado mais acessível, inteligível para o jovem. Como elementos materiais de marcação e de mediação do sagrado, há santuários, templos, capelas e, mais recentemente, casas, garagens, galpões semiabandonados, sítios, festas rave e shows de metal. (CARDOSO, 2013, p. 149)

Nesse sentido, para melhor ilustrar o argumento, elaboramos um mapa com a distribuição geográfica das igrejas com placas de identificação no bairro Santo Antônio. Como já observado através dos mapas mentais, o Parque Serra Verde, mais conhecido como Arraial ou 438 (número da linha de ônibus), faz parte do território que os moradores consideram Santo Antônio, por isso foi incorporado nas representações.

---

<sup>60</sup> Em contextos sociais de instabilidade, insegurança, fragmentação e efemeridade, instituições fortes e tradicionais como a Igreja ganham espaço na satisfação das condições de existência dos jovens. Tais afirmações merecem, entretanto, ser melhor investigadas em outros trabalhos para buscar uma compreensão mais próxima acerca do papel das igrejas evangélicas no cotidiano da juventude de bairros periféricos. Deve-se lembrar que tal tema transborda e escapa aos objetivos deste trabalho e, por isso, as reflexões nos parecem ainda embrionárias.

## Igrejas e estabelecimentos relacionados com placa de identificação no bairro Santo Antônio

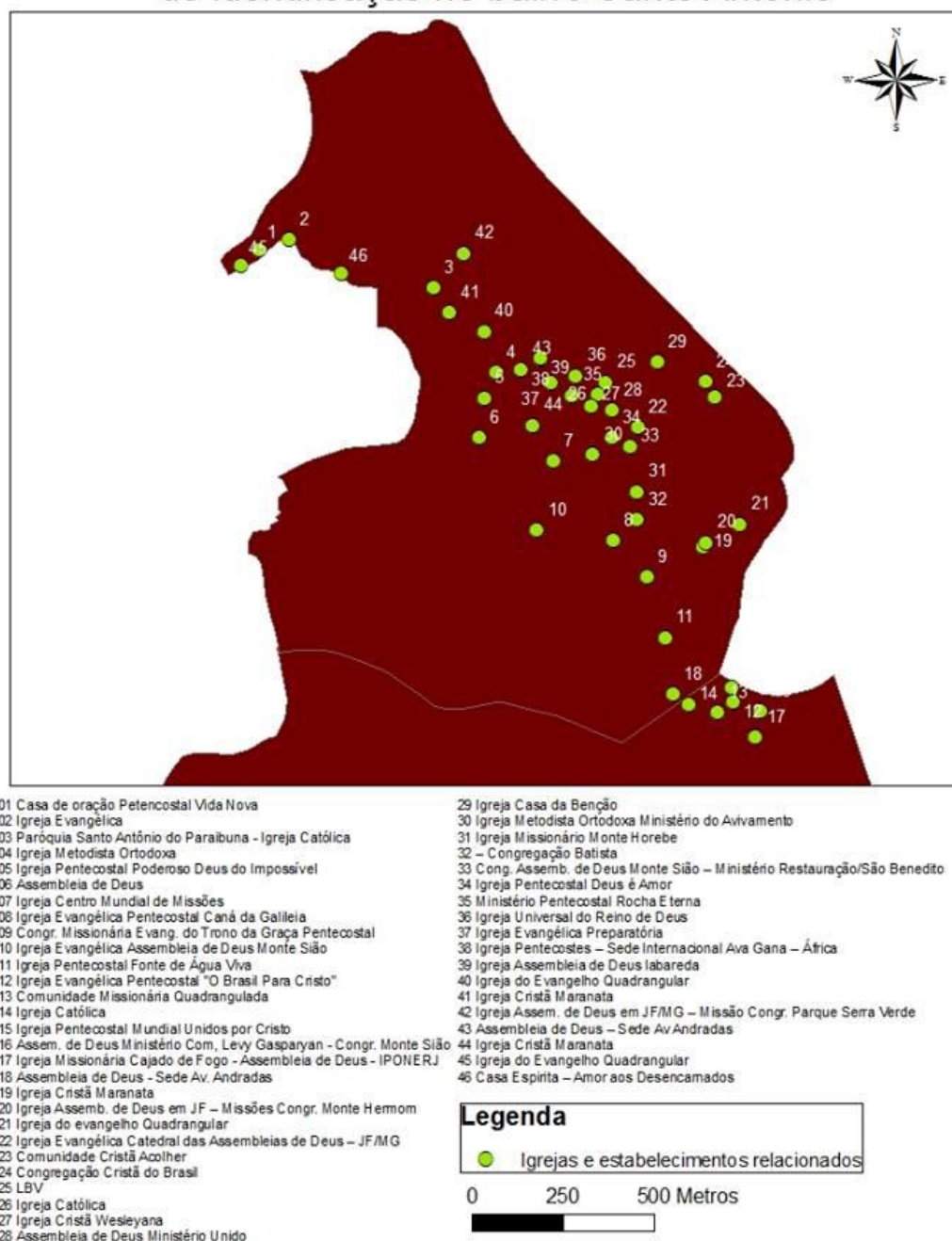


Figura 24: Mapa das igrejas do bairro Santo Antônio

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A quantidade de estabelecimentos religiosos, 46 no total, incluindo a Legião da Boa Vontade (LBV) e a Casa de Acolhida, é impressionante e um dos motivos pelos quais a festa unificada das Igrejas na praça dá tão certo e tem tanta força. A quantidade de pessoas no

espaço público para a realização da festa era realmente muito grande se comparada ao número de pessoas que diariamente se apropriam do local.

Contribuem, de maneira intensa para produzir e dar vida ao espaço, os jovens que ocupam a quadra para jogar futebol. O futebol é a atividade que acontece com mais frequência e constância e preenche os dias dos jovens e da praça. É possível participar da escolinha de futebol de Seu Sebastião (que acontece às terças e quintas-feiras no período noturno e, ainda, aos sábados pela manhã), usufruir dos campeonatos de futsal organizados por Mato Grosso (sempre pagos) ou, ainda, alugar um horário para a prática do esporte com os amigos. O perfil dos jovens envolvidos com o futebol é muito variado.

Outra forma de organização dos jovens na praça é o bonde: “bonde dos coroa” (bastante famoso no bairro com pichações por todo o território do Santo Antônio, inclusive nos equipamentos da praça como a mesa de jogos ou a central telefônica), bonde das esposas (como forma de complementar e se opor ao bonde “dos maridos”, do bairro Jóquei Clube II), bonde das toadd’y, bonde das envolventes, etc. São, geralmente, formados a partir de aspectos identitários e/ou comuns, ou seja, diferentemente do que afirma a grande mídia ou o senso comum, não têm relação direta com o mundo do crime.

Distintamente dos grupos culturais pelos quais se organizam os jovens na PSM, no bairro São Mateus, não é uma característica muito forte dos jovens que estão na praça do Santo Antônio a participação em grupos culturais ou esportivos<sup>61</sup> mais organizados. Não há relatos da existência de ONGs, grupos culturais ou ações do Estado nessa direção da cultura, a não ser por parte da Igreja.

Há ainda, na praça, os jovens que trabalham. Por conta da centralidade do trabalho em suas trajetórias, a faixa etária encontrada não ultrapassou os 24 anos. São sujeitos que, desde bem cedo, vão aprendendo pequenos serviços hidráulicos, elétricos ou, ainda, o ofício de pintor. Passam pela praça com frequência menor, à noite ou nos fins de semana, mas a grande maioria deles enxerga o local como uma oposição ao local de trabalho, para encontrar amigos

---

<sup>61</sup> Há um outro espaço público no bairro, a saber um campo de futebol de areia batida muito frequentado aos domingos por conta da realização dos jogos. Os jovens que utilizam esse campo estão, de maneira geral, dentro de uma faixa etária mais elevada, diríamos acima dos 20 anos, e se organizam em times de futebol pelos quais disputam vários campeonatos. Consideramos uma forma de organização mais próxima do que se observa no São Mateus, porém fora de nosso objeto de estudo. Ressalta-se apenas que as formas de uso e apropriação diferem da praça Nilo Sotó Maior e merecem outra investigação.

ou namorar. Às vezes, é o único espaço frequentado por eles além da própria casa ou da casa de parentes e do trabalho.

As habilidades encontradas e demonstradas pelos jovens do bairro são reveladoras e impressionam. Destaque para a capacidade de diálogo, abertura para aprender qualquer profissão (na verdade, uma exigência para a vida de trabalho que eles precisam levar), como a ocupação de gesso, que exige muita destreza para moldar e manusear o gesso na construção de tetos, paredes, entre outros, ou ainda os conhecimentos culinários utilizados e aperfeiçoados nos trabalhos em restaurantes frequentados pela elite socioeconômica da cidade. É assim que afirma H., 22 anos: *“Minha mãe saía para trabalhar e eu ficava sozinho, cuidando dos meus irmãos. Eu tinha que me virar! Aí fazendo minhas comidas, aprendi. Assim que eu comecei a trabalhar como cozinheiro”*<sup>62</sup>.

Em consonância com esses termos estão os dizeres de Cordeiro:

Nestes tempos de crise, pode-se dizer que prevalece a forma de precarização das condições de vida dos jovens, sem com isso querer esquecer que a vida vaza, e paradoxalmente os jovens pobres experimentam processos de singularização que podem levá-los à busca de horizontes possíveis no cerne dessas desigualdades. (CORDEIRO, 2009, p. 58)

Em certa oportunidade, citamos, em uma conversa com dois jovens, a palavra “potencial”, quando um deles, 20 anos, nos disse: *“Eu não gosto da palavra potencial, não. Parece que é uma coisa que a gente tem e não usa. E eu não acho que não uso o meu. Falta de oportunidade já é outra coisa...”*.

O trabalho de campo permitiu observar os jovens a partir de seus grupos, como aqui descrito: skate, tráfico, igreja, trabalho, entre outros. Esses grupos se relacionam e formam um grupo maior, como moradores do bairro Santo Antônio. Contribuem, assim, para produzir o espaço da Praça Nilo Sotó Maior, abrindo brechas para pensarmos politicamente tais contribuições, assunto da próxima seção.

---

<sup>62</sup> Este jovem quer fazer um curso superior de gastronomia, porém parou de estudar na 7ª série porque não se sentia contemplado na escola e também porque precisava trabalhar. Isso foi aos 17 anos. Hoje, ele trabalha em um restaurante do Bairro São Mateus, com renda mensal de R\$1.500, onde o quilograma de comida custa R\$70. Hoje, aos 22 anos, casou-se, tornou-se evangélico, cria uma enteada e tem um filho de cinco meses, batizado com nome bíblico.

### 3.4 Ser jovem: sobre os sentidos atribuídos à política pelos jovens no espaço público

Em primeiro lugar, sobre a definição acerca do significado de ser jovem – que os entrevistados relacionaram muito mais com uma abstração geral do que com suas próprias trajetórias<sup>63</sup> –, temos a juventude como o momento do aprendizado, do descobrir, da coleta de conhecimentos que serão necessários e usados para o futuro. Da busca por um sentido para a vida, de achar instrumentos para o preenchimento dos vazios, quer sejam existenciais ou as inúmeras ausências materiais. Mas não seriam essas características inerentes a toda a vida humana, partindo do pressuposto de que o ser humano é incompleto?

Por conta das instabilidades, das incertezas principalmente materiais, um jovem de 20 anos nos questiona: “*Você já teve dúvida se seria alguém na vida um dia?!?*”

Embora as trajetórias apresentem uma juventude que precisa estudar muito para ter um trabalho melhor e que, muitas vezes, está precocemente em busca desse trabalho ou de novas oportunidades, os jovens entrevistados associaram a juventude (contraditoriamente) ao último suspiro da liberdade, período em que é possível curtir a vida ao máximo em detrimento da vida adulta, segundo eles, fortemente marcada pelas responsabilidades com a família, com o trabalho, enfim, com a sobrevivência.

Nesse sentido, a política assume um papel burocrático e complicado, destinado a outras pessoas: os adultos e políticos institucionalizados. Quando perguntamos o que os jovens compreendiam como política, obtínhamos geralmente as seguintes respostas:

A., 15 anos: “*Eu não sei. A política não é nada*”.

T., 18 anos: “*Safadeza. A política são os políticos*”.

C., 15 anos: “*Pessoas influentes que exercem autoridade sobre a população*”.

H., 20 anos: “*Votar sem ter direitos*”.

O sentimento de subordinação e de incapacidade para a ação, que coloca a política em uma vitrine distante para ser obedecida ou no máximo contemplada, sem muitas ou quaisquer possibilidades de ação, é recorrente. Os jovens entrevistados associaram de maneira repetitiva a política à figura dos políticos, por isso dizem que a política é a eleição ou as leis.

---

<sup>63</sup> As trajetórias foram relatadas nos momentos mais informais, no âmbito da convivência estabelecida.

Relacionam, ainda, os espaços da política com locais onde acontecem comícios, distribuição de panfletos, entre outras ações, de preferência em época de eleição. É assim que G., 20 anos, afirma: “*Em época de eleição, vêm muitos políticos na escola fazer campanha*”, associando a escola como um local da política. A distância desses jovens para o que eles mesmos consideram como política aparece também sob a forma de desigualdade social, ou seja, uma maior dificuldade de se inserir na política por conta da origem social, como aponta L., 19 anos: “*A política acontece lá pro centro, lá pra área dos ricos*”.

Este último sentido da política tem a ver com o que diz C., 16 anos: “*A política se torna mais visível em lugares turísticos ou na época de eleição*”. A maioria dos jovens entrevistados, quando chegavam nessa parte do questionário, reclamavam dizendo se tratar de questões as quais eles não dominavam ou não sabiam falar. Com tal raciocínio, afina-se o discurso de Bourdieu (2011, p. 373):

De fato, pode-se supor que a competência no sentido de capacidade técnica – cultura política – varia com a competência no sentido de capacidade socialmente reconhecida, de atributo e de atribuição estatutários, cujo avesso é, ao mesmo tempo, incapacidade e exclusão objetiva (“isso não é comigo”) e subjetiva (“isso não me interessa”).

Todavia, somam-se a isso outros fatores que dificultam, a nosso ver, a realização da política no espaço em questão. É disso que trataremos nesta parte final do capítulo, concluindo sobre a função do espaço (dito) público do bairro Santo Antônio<sup>64</sup>.

Yi-Fu Tuan nos lembra, nesse sentido, que “[...] o lugar é segurança, e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou pátria” (TUAN, 2013). Diríamos que, para os moradores do Santo Antônio, esta balança – onde estão segurança e liberdade – está desequilibrada. São sujeitos – especialmente os jovens – bastante desprotegidos socialmente e que tentam buscar proteção nas relações que estabelecem em seu próprio bairro, no qual o espaço público não passa despercebido. A esse respeito, postula Bauman:

---

<sup>64</sup> Além disso, como pode ser observado, em nenhum momento os jovens associaram a praça que utilizam como um espaço onde se faz política.

Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. De qualquer modo, nenhuma receita foi inventada até hoje para esse ajuste. O problema é que a receita a partir da qual as “comunidades realmente existentes” foram feitas torna a contradição entre segurança e liberdade mais visível e mais difícil de consertar. (BAUMAN, 2003, p. 10)

A praça do bairro é vista como um lugar para se refugiar, para estabelecer e viver relações e laços afetivos construídos através de convivências diárias, incrementando o capital social, isto é, buscando meios de fortalecer os vínculos e as forças para conseguir sobreviver em realidades hostis e invisibilizadas socialmente. A segurança, aí, tende a pesar mais do que as possibilidades de ser livre.

Assim, a praça se torna um lugar importante e central no cotidiano dos jovens. Se, como diz Lefebvre (1999, p. 44), “[...] qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado”, então, podemos dizer que, naquela realidade, esse espaço entra em foco, ganha destaque e serve como referência espacial, como memória, seja das festas do passado, das brincadeiras de criança, dos tempos de escola, da convivência com amigos, do ponto de encontro ou, para muitos, se configura ainda como o único lugar em que se vai, além da casa e do trabalho.

Tais fatos têm, todavia, consequências para o desenvolvimento da política e ações implicadas, uma vez que ocorre a conformação de um único território baseado na origem socioespacial dos sujeitos que se apropriam da praça. A identidade formada a partir do bairro conforma um território mais homogêneo e único na praça<sup>65</sup>.

O tráfico de drogas, pelo preconceito que gera, pela luta armada entre grupos, pelo medo do envolvimento com as drogas por parte dos jovens em geral, de seus pais, de sua família e da sociedade em que estão inseridos, se constitui em um território mais segregado, do qual só participam os jovens “do movimento”, os tchum-tcha ou os usuários.

---

<sup>65</sup> Existem inúmeras diferenças entre os jovens que lá estão. Por lá, encontramos jovens que estudam desde pequenos no Colégio João XXIII, colégio de aplicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e que oferece educação de primeira qualidade. Tal fato é capaz de transformar tremendamente as redes em que esses jovens se inserem, sua condição socioeconômica (já que existem bolsas de estudo disponíveis), entre outras situações. Entretanto, essas e outras diferenças (a religião e o trabalho, por exemplo) nas trajetórias não são capazes de conformar grupos muito distintos na praça, prevalecendo fortemente uma identidade com a origem socioespacial.

Quando perguntados sobre que tipo de pessoas costumavam encontrar na praça, os jovens nos disseram que o mais comum eram os amigos e parentes que também costumam frequentar o local, isto é, a totalidade da amostra diz não ser frequente conhecer pessoas novas, o que vai em direção de nossa afirmação sobre certa homogeneidade do público jovem da Praça Nilo Sotó Maior.

Essa homogeneidade relativa se explica também através dos conflitos identitários e territoriais que se manifestam em diversas partes da cidade e que impõem barreiras à circulação desses sujeitos. Seus motivos são de apreensão complexa, mas se pode dizer que estão relacionados à necessidade de autoafirmação, de se mostrar superior, e o fato de ser de um bairro ou de outro é o critério de oposição e de unidade entre os grupos. Por isso, é muito raro encontrar jovens de outros bairros no Santo Antônio e vice-versa. Em certa ocasião, presenciamos um diálogo entre uma menina de 15 anos e um jovem de 18 durante a realização da festa das Igrejas Evangélicas na praça, mostrando como o tema é conflituoso:

F., 15 anos: *Tem menino de outro bairro ali (se referindo a um local dentro da praça) e ninguém faz nada.*

L., 18 anos: *É esse o futuro que você quer para o seu bairro?*

Tudo isso vai imprimindo ao espaço características mais próximas ao que chamamos de espaços de uso coletivo compartilhado<sup>66</sup>, ou seja, um espaço de lazer, com acesso físico permitido a todos, mas sem uma esfera pública verdadeiramente construída nos termos em que temos trabalhado nesta pesquisa, já que a prática política (especificamente falando de espaços públicos), nesses contextos, se torna mais difícil a partir do convívio entre pares<sup>67</sup> e das necessidades de sobrevivência.

Ademais, para acrescentar ao argumento, podemos pensar com Hannah Arendt. A autora afirma que, para fazer política, precisamos estar livres das obrigações de sobrevivência:

<sup>66</sup> Para essa discussão, ver Serpa (2013).

<sup>67</sup> S., 16 anos: “Somos uma família na praça”. Cabe lembrar que, para Arendt (2012, p. 22), “[...] sob o ponto de vista prático-político, a família ganha sua importância inquestionável porque o mundo assim está organizado, porque nele não há nenhum abrigo para o indivíduo – vale dizer, para os mais diferentes. As famílias são fundadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho, no qual se precisa ter parentesco. Esse desejo leva à perversão total da coisa política, porque anula a qualidade básica da pluralidade ou a perde através da introdução do conceito de parentesco”.



O traço distintivo da esfera do lar era o fato de que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências. A força compulsiva era a própria vida – os penates, os deuses do lar, eram, segundo Plutarco, “os deuses que nos fazem viver e alimentar o nosso corpo” –, que, para sua manutenção e sobrevivência individual, assim como a vida da espécie, requer a companhia dos outros. (ARENDDT, 2010a, p. 36)

Os jovens com os quais conversamos pensavam mais em como conseguir um trabalho que lhes possibilitasse desfrutar de uma vida mais cheia de atividades, com comida garantida, com menos instabilidades, com oportunidades de aprender, de adquirir conhecimento. A sobrevivência certamente está em primeiro plano, a necessidade de segurança da qual tratamos há pouco; e, por isso, as preocupações acabam sendo mais privadas ou baseadas em satisfações mais imediatas. A política – que, como expresso nas falas dos jovens, são os políticos – precisa, nesse caso, de mediação.

Nas palavras de Arendt (2010, p. 37):

O que todos os filósofos gregos tinham como certo, por mais que se opusessem à vida na polis, é que a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política; que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado [...].

A necessidade atinge a esfera pública e traz implicações para a praça, constituindo a esfera do social, ou seja, uma unificação de esfera pública e esfera privada (ARENDDT, 2010).

<sup>68</sup>

A política nos termos em que a estivemos tratando, se torna uma atividade que encontra muitos obstáculos e barreiras no espaço público do bairro, que aparece como um lugar de convívio cotidiano, da vida em comunidade. A vida em comunidade tem seus benefícios, principalmente o sentimento de proteção e segurança que é capaz de trazer. Porém, para a política, para a consolidação de uma esfera pública, essas características se revelam na direção contrária, e, portanto, pensar a ação política direta nessa realidade se torna algo extremamente difícil, sem muitas possibilidades. É também por isso que estamos

---

<sup>68</sup>A despeito disso, não se pode desprezar a centralidade do trabalho na vida desses jovens como um aspecto constituidor de identidades, uma forma de reconhecimento e inserção social ou o último recurso de segurança em suas trajetórias de vida marcadas por tantas instabilidades. O trabalho aparece como uma maneira de torná-los mais socialmente confiáveis ou não-perigosos, dada sua importância na sociedade capitalista que se estrutura e se organiza em torno dessa atividade laboral.

denominando tal espaço como espaço de uso coletivo compartilhado em detrimento de espaço público.

As ações políticas existentes estão bastante mediadas por outras instituições como a escola, a Igreja, pelos políticos (recorrentemente tidos como sinônimo de política), dentre outros.<sup>69</sup> Na fala de uma jovem: “*A gente tem poder de ação, mas tem coisa que não depende da gente*”. Não há como já dissemos condições para o desenvolvimento de relações sociais ligadas à política arendtiana e, por isso, pensar em ação política especificamente no espaço público é algo que não nos foi possível identificar.

É assim que finalizamos as apresentações das realidades estudadas e partimos para as considerações finais deste trabalho, pensando nas possibilidades de desenvolvimento da política e, conseqüentemente, da ação política por parte das juventudes nas duas praças pesquisadas.

---

<sup>69</sup> Neste trabalho, consideramos e estamos chamando de ações políticas, atos que partem dos próprios jovens que se apropriam da praça, ou seja, uma ação política que é mais direta, - também imprevisível e baseada na pluralidade humana.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: APROXIMAÇÕES E/OU DISTÂNCIAS: A PSM E A PRAÇA DO SANTO ANTÔNIO PRODUZIDAS PELOS JOVENS**

Estudar um fato, querer conhecê-lo, é – depois de o ter discernido, isto é, isolado pelo menos parcialmente – restituí-lo num conjunto de relações

Henri Lefebvre

No primeiro capítulo, apresentamos nosso tema, nossa realidade e nosso referencial teórico de maneira que voltássemos a eles, aprofundando-os ao longo de toda a dissertação. No capítulo 2, mostramos a realidade encontrada a partir dos jovens na Praça Jarbas de Lery Santos, culminando em uma reflexão acerca da relação entre política e cultura para pensar o agir político dos jovens. Já no último capítulo, buscamos explicar as relações entre os jovens, a política e o espaço público no bairro Santo Antônio evidenciando os aspectos que dificultam a ação política na Praça Nilo Sotó Maior.

E é dessa forma, feitas as devidas explorações das duas realidades, que chegamos ao momento de pensá-las em suas possíveis relações, fazendo a amarração e o fechamento de tudo o que vivemos, ouvimos e experienciamos.

Este trabalho nos permitiu estar de acordo com as teorias de Pierre Bourdieu na medida em que, em se tratando de um estudo comparativo entre bairros com características socioeconômicas distintas, não procuramos definir as classes sociais em si mesmas, mas sempre em suas relações. Para o teórico em questão, a diferenciação das classes se dá na relação que cada uma mantém com as outras partes da estrutura. Henri Lefebvre, outro teórico que fundamentou a confecção desta dissertação, também procura pensar a partir da relação entre as coisas, de maneira dinâmica, incorporando o movimento, distanciando-se de um pensamento estático. Assim sendo, segundo Bourdieu (2003, p. 4):

Daí Redfield sustentar que o camponês, enquanto tipo humano, só pode ser definido se referido a cidade, sendo a relação com o cidadão e com a vida urbana sob todos os aspectos uma das características constitutivas da existência camponesa [...]. Assim, na Argélia tradicional, a religião rural extrai inúmeras características do fato de julgar-se sempre em relação à religião urbana e de interpretar a forma e a significação de suas práticas segundo as normas da religião islâmica [...] segundo a distinção de Wertheimer, a classe social não é apenas um “elemento” que existiria em si

mesmo, sem ser em nada afetado ou qualificado pelos elementos com os quais coexiste, mas é também uma “parte”, ou seja, um elemento constituinte determinado por sua integração numa estrutura [...].

Essas proposições vão se relacionar na parte final deste texto com as discussões sobre identidade x universalidade nos espaços públicos estudados. Por hora, partamos para as relações – o que inclui semelhanças e diferenças – propriamente ditas entre juventudes e espaços públicos.

A primeira delas se refere à constituição dos sujeitos jovens dessa pesquisa. A maior parte deles (59%)<sup>70</sup> é proveniente de bairros considerados periféricos, com renda domiciliar mensal máxima de aproximadamente R\$1.500,00, cabendo variações e exceções. Esse número se refere ao total de jovens entrevistados tanto na PSM como na praça do Santo Antônio. Entretanto, a despeito de suas condições econômicas, se diferenciam enormemente quando se fala de capital cultural, de bens simbólicos, como analisa Bourdieu:

Tratar-se ia, portanto, de estabelecer de que maneira a estrutura das relações econômicas pode, ao determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações simbólicas que se organizam nos termos de uma lógica irredutível à lógica das relações econômicas. (BOURDIEU, 2003, p. 25)

Os jovens que se apropriam da praça do São Mateus circulam mais pela cidade, tanto é que conseguem acessar espaços como a PSM, alguns fazem parte de associações como a Associação Juizforana de Skate (AJS), de movimentos LGBT ou ainda movimentos de ocupação dos espaços públicos urbanos como o Encontro de MC's. Assim, se formam de diferentes formas para além da escola, nos movimentos urbanos e culturais, ainda que apresentem um índice de escolaridade também mais alto<sup>71</sup>. Para Cordeiro, algumas vezes os destinos prefixados podem ser subvertidos:

Os jovens pobres vivem a experiência do local por meio de ações que muitas vezes escapam às formas instituídas de funcionamento e de organização, inventando outros mecanismos de sobrevivência e luta, de modo a subverter destinos prefixados pela sociedade capitalista. (CORDEIRO, 2009, p. 59)

---

<sup>70</sup> Esta porcentagem não inclui os jovens que moram em bairros com alto poder aquisitivo, mas que, apesar disso, apresentam renda familiar mensal muito abaixo das rendas encontradas nesses bairros.

<sup>71</sup> Os jovens entrevistados, em sua maioria, ou já terminaram o 2º grau, ou estão cursando o ensino médio ou a Universidade no tempo esperado para as respectivas idades.

Na praça do Santo Antônio, os jovens encontrados têm dificuldade de circular para além das fronteiras de seu próprio bairro, tanto pela localização geográfica do bairro Santo Antônio como também pela escassez de recursos financeiros. Seus percursos pela cidade certamente são mais reduzidos, assim como as linhas de ônibus utilizadas. Para Lefebvre (1999, p. 129), circular pela cidade, apropriando-se dos tempos e espaços, tem um alto valor, constituindo-se, ainda, na “modalidade superior da liberdade”.

Somado a isso, se pensarmos em políticas urbanas macroestruturais, as praças localizadas em bairros periféricos como é o caso do Santo Antônio são criadas muitas vezes sob uma perspectiva de garantir a contenção e a permanência dos moradores no local – não constituindo-se em um elemento integrador na cidade -, o que inclui os jovens, aumentando a segregação sócio-espacial quando aliada a uma pouca capacidade de mobilidade urbana. Tal fato contribui para o isolamento do espaço, colaborando também para esvaziar seu sentido político.

Apesar, portanto, de apresentarem características econômicas semelhantes, bem como a origem de bairros periféricos, esses jovens se diferenciam por outras formas de existência e aspectos da vida.

Como demonstramos no capítulo 3, a religião é uma particularidade das trajetórias de vida dos jovens do bairro Santo Antônio, contribuindo imensamente para a produção do espaço da Praça Nilo Sotó Maior. Embora reconheçamos fortemente a importância da religião na vida e na organização do cotidiano desses jovens, para Hannah Arendt ela se constitui como um fenômeno pré-político, uma vez que o sentido dado pelas religiões cristãs à liberdade está muito distante da idéia de ser livre que estivemos discutindo neste trabalho. Para a autora:

A liberdade que o cristianismo trouxe ao mundo significava estar livre da política, uma liberdade de estar e permanecer fora do domínio da sociedade secular como um todo, algo de que jamais se ouvira no mundo antigo.[...] Nem a igualdade nem a liberdade cristãs poderiam, portanto, ter levado por si mesmas ao conceito de “governo do povo, pelo povo e para o povo”, ou a qualquer outra definição moderna de liberdade política. O único interesse que tem o cristianismo no governo secular é proteger sua própria liberdade, é garantir que os que estão no poder permitam, entre outras liberdades, que se esteja livre da política. (ARENDR, 1993, p. 59-60)

Interpretando o seu pensamento, diríamos que a religião afasta os sujeitos jovens (ou não), da política. Mas este tema é uma das possibilidades de futuros estudos, que esta pesquisa abriu para a pesquisadora e que precisam ser verdadeiramente aprofundados, assim como as questões de gênero no espaço público.

No São Mateus, essa realidade da religião, não aparece na praça nem de maneira relevante na trajetória dos jovens. Atividades como o pagode gospel ou o encontro unificado das Igrejas evangélicas não são comuns nas práticas dos jovens que estão na PSM, isto é, a religião não aparece de maneira forte em seus discursos. Há outras relações e formas de sociabilidade para se apegar além de Deus.

Indo adiante, o tráfico de drogas na PSM não impede que a juventude se aproprie do espaço, não há restrição de acessibilidade simbólica, a não ser para os adultos (o que inclui fortemente os que moram nos prédios ao redor do local), representantes de um grupo com médio/alto poder aquisitivo que dificilmente se apropria de praças da cidade, desconhecendo a realidade e criando cenários terroristas e de medo sobre a cidade em que vivem e seus espaços apenas concebidos, sem vivências mais profundas<sup>72</sup>. No Santo Antônio, como já dissemos, essa atividade afasta possíveis e antigos usuários e tem intensos reflexos no cotidiano da praça, uma vez que a acessibilidade fica comprometida não só nos horários noturnos, mas também afetando a vida pública como um todo.

O tráfico é, dentre tantas, uma realidade para as juventudes e contribui para a produção espacial das praças estudadas como atividade laboral, constituindo-se na PSM como uma atividade pequena, mais relacionada à venda varejista e ao consumo, e no bairro Santo Antônio com sua respectiva praça, como uma atividade que atinge a vida cotidiana do bairro como um todo, afetando mesmo que indiretamente a vida de todos os moradores, à medida que tem suas relações muito mais expandidas em relação a PSM (incluindo distribuição, mais pessoas diretamente envolvidas, dentre outros), fato que tem seus reflexos também na praça Nilo Sotó Maior como já tentamos demonstrar anteriormente.

Não se pode deixar de mencionar ainda os jovens usuários de drogas, principalmente maconha, o que nos leva a afirmar que o uso de drogas é uma prática da juventude nos espaços públicos. É a partir de tal constatação que precisamos pensar em como lidar com o

---

<sup>72</sup> Como mostram as reportagens variadas sobre as praças da cidade no jornal Tribuna de Minas. Destaque para a matéria do dia 20/10/2013, disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/cidade/abaixo-assinado-para-retirada-de-monumento-da-praca-de-s-o-mateus-1.1365272>.

assunto. A repressão tem se mostrado classista, violenta e agravadora dos problemas. Urge pensar em outra política de drogas no Brasil, fato que influenciará diretamente no cotidiano juvenil, principalmente nas periferias das cidades.

O skate aparece como outra atividade de apropriação em ambas as praças, e nas duas realidades há jovens que sofrem com a criminalização e a falta de espaços propícios para esta prática de socialização juvenil urbana, improvisando muitas vezes obstáculos e lugares onde seja possível andar e realizar manobras com o skate.

É importante notar que a PSM não é uma CAEM como a Praça do Santo Antônio, isto é, a prefeitura mantém a infraestrutura e funcionários para cuidar do espaço, o que diferencia enormemente as duas realidades<sup>73</sup>. As funções do poder público, em realidades de periferia, são transferidas para os próprios moradores, aumentando, no caso do bairro Santo Antônio, as formas de controle sobre o espaço público (em relação à PSM) e negando seu acesso aos jovens.

Algumas diferenças morfológicas também influenciam nos usos e apropriações. Por exemplo, a retirada das mesinhas de jogos da PSM, por conta de reclamações dos moradores do bairro, e a permanência das mesas de ping-pong na praça do Santo Antônio, porém sem conservação alguma (muitas vezes, os jovens não possuem recursos econômicos para comprar as raquetes, as bolinhas. Além disso, não há rede, nem boa pintura.), o que leva à restrição das atividades que possibilitam a permanência e o estar junto no espaço público.

Nesse mesmo caminho, está a falta de árvores no espaço do bairro Santo Antônio, o que inviabiliza qualquer desejo de permanência no local em dias muito ensolarados ou até mesmo dias de chuva. Presenciamos o corte das últimas três árvores do lugar sob a justificativa de que a vegetação escondia os jovens usuários de maconha, facilitando suas práticas ilegais. Houve também uma visita do prefeito Bruno Siqueira ao espaço e, por isso, a praça foi pintada, limpa e as árvores foram cortadas às pressas. Não há possibilidades de se estar no espaço público sem as árvores. Já na PSM, existem árvores grandes e antigas, que dão aos usuários condições de apropriação mesmo em dias muito quentes. O conforto ambiental certamente é um aspecto muito valorizado pelos sujeitos que estão nos espaços

---

<sup>73</sup> Tentamos buscar algumas vezes junto aos órgãos responsáveis da Prefeitura de Juiz de Fora, informações acerca dos critérios necessários para que os espaços públicos se tornem CAEM's, mas não obtivemos respostas. Porém, é possível conseguir algumas pistas no site da PJF. Esses dados mostram que todas as áreas transformadas em CAEM se localizam em bairros periféricos e de baixa renda na cidade, enquanto que, em locais valorizados, as CAEM's não existem.

públicos urbanos, e os próprios jovens do Santo Antônio, quando perguntados sobre as diferenças entre as praças que pesquisamos, respondem que a quantidade de verde é umas das principais distinções.

O tamanho das praças é algo extremamente discrepante. Podemos dizer que o tamanho físico da PSM equivale a aproximadamente três vezes o terreno ocupado pela Praça Nilo Sotó Maior.

Como discutimos anteriormente, é plausível dizer que não houve projeto arquitetônico para a Praça Nilo Sotó Maior, já que o documento existente foi confeccionado 11 anos antes da existência concreta do espaço, baseado apenas no tamanho de terreno (diga-se de passagem, bastante reduzido) existente. No São Mateus, o arquiteto passou uma manhã inteira contando-nos sobre suas ideias e concepções para construir o que hoje conhecemos como PSM, resultando em desenhos, equipamentos e formas bem mais elaboradas.

Seguindo esse raciocínio, dizer que não houve planejamento arquitetônico na Praça Nilo Sotó Maior significa por outro lado, afirmar a desigualdade do planejamento urbano brasileiro. Neste trabalho isso se torna mais nítido, a medida em que é possível notar as diferenças de tratamento na concepção dos dois espaços públicos estudados. No bairro São Mateus, a praça recebeu verba do BIRD e portanto está inserida em um projeto maior. No Santo Antônio, não há qualquer tipo de preocupação com o projeto e reconhece-se a padronização de sua produção, mostrando-nos ainda a seletividade espacial do planejamento urbano.<sup>74</sup> A própria existência da CAEM no bairro, revela-nos essas diferenças através das distinções na gestão das praças da cidade. Assim, o direito à cidade se mostra comprometido e extremamente segregador, priorizando áreas mais valorizadas em detrimento de áreas periféricas.

As pichações e grafites e as mensagens contidas nas paredes das praças também são capazes de demonstrar de que realidade social e de que juventudes estamos falando: na PSM, estão expressos desejos de ter direito à cidade, de ter direito a ser jovem, e as concepções estéticas do grafite mostram cores, desenhos, tempos, espaços e possibilidades artísticas. No

---

<sup>74</sup> Podemos pensar essas ações do poder público também como maneiras de agir politicamente, no sentido de tratá-las como políticas públicas. Muito embora, essa seja uma abordagem distinta da que trabalhamos nesta dissertação, já que nos ativemos em estudar as ações políticas que partem dos próprios usuários das praças, usando o pensamento arendtiano como embasamento para a discussão sobre ação política. Ainda assim não se pode negar o caráter político das ações de planejamento urbano ao tratar de maneira desigual os espaços da cidade.



Santo Antônio, apenas pichações que demonstram a intensidade da violência praticada contra os jovens das periferias juiz-foranas e a saudade que fica por parte dos amigos que continuam lutando, mesmo tendo suas mensagens rapidamente apagadas pelas tintas de Mato Grosso.

O que se percebe é que as diferenças entre as juventudes da PSM e da Praça Nilo Sotó Maior estão, também, visíveis nas trajetórias de vida, nas formas de se expressar, nos silêncios e lágrimas nos olhos, fatos recorrentes na Praça do Santo Antônio (tanto nos olhos dos jovens como nos da pesquisadora). Por lá, encontramos trajetórias muito marcadas pelas ausências materiais e existenciais, pela violência sob todas as suas formas, pela centralidade (e necessidade) do trabalho, pelo interesse e pela vontade de adquirir conhecimento, informação, cultura que, muitas vezes, lhes são negados. Na PSM, muitos jovens estudam em escolas particulares ou, quando são públicas, são escolas mais centrais, dando a eles mais disponibilidade para estar no espaço público (a maior idade encontrada na PSM foi 30 anos, enquanto na praça do bairro Santo Antônio, 24 anos), a vida extravasa um pouco as limitações socioeconômicas.

Em comum, entre as ações nos dois locais, está o uso do espaço público como espaço de convivência, ponto de encontro, lugar de lazer. Atividades que auxiliam imensamente na vitalidade e na produção desses lugares. Nas duas realidades, as praças aparecem, para alguns jovens, como os únicos espaços e momentos fora das atividades obrigatórias.

Apresentadas as comparações e/ou relações entre as formas de apropriação e atividades juvenis, um último e conclusivo aspecto dessa discussão tem a ver com o que exaustivamente vimos trabalhando nesta pesquisa, a questão da heterogeneidade humana.

Se pensarmos nos diversos grupos existentes no espaço, podemos pensar a partir das identidades. Discutimos a Gaymada e o encontro de MC's, por exemplo, a partir da afirmação de identidades no espaço público, o que é perfeitamente possível, compreensível e necessário – em última instância, todos temos uma ou várias identidades.

Entretanto, como afirma Safatle (2012, p. 31), “[...] o espaço do político não deve ser marcado pela afirmação da diferença, mas pela indiferença absoluta em relação a qualquer exigência identitária”. Isso significa que é preciso fazer um movimento para além da afirmação das identidades para que se possa falar em política no espaço público. Nesse caso específico, seria necessário pensar na abertura ou no fechamento desses grupos para a interação na PSM. Sobre essa discussão Safatle aponta:

Voltemos à estratégia de deslocar o eixo do político para uma dinâmica de afirmação das diferenças e das minorias. Esta era uma forma de universalizar direitos para grupos socialmente marginalizados (negros, homossexuais, imigrantes etc.). Mas note-se que a questão central aqui era a constituição de uma universalidade verdadeiramente existente na vida social, não o reconhecimento de que a sociedade é composta de grupos distintos muito organizados do ponto de vista identitário. A política descentra os sujeitos de suas identidades fixas, abrindo-os para um campo produtivo de indeterminação. (SAFATLE, 2012, p. 34)

Entendemos que existe essa abertura e que há uma forte interação entre esses grupos, comprovada pelos trabalhos de campo, quando foi possível observar jovens do hip-hop jogando Gaymada ou basquete, sujeitos da Gaymada também jogando basquete, skatistas fazendo rimas em tentativas intensas de se apropriarem e produzirem a PSM. Ao mesmo tempo em que há a afirmação das diferenças, há um movimento posterior em um sentido mais amplo que pretende dar conta da pluralidade humana, de compartilhar coletivamente para além dos limites grupais, o espaço público da PSM. Estabelece-se, assim, uma discussão sobre a dialética entre o par identidade e universalidade: quando essa relação não se concretiza, não se pode falar em política.

É preciso ainda colocar na balança o peso de sua localização geográfica na transformação das relações sociais. Obviamente um espaço mais central, que fornece maior visibilidade aos seus usuários, dando mais chances de encontrar pessoas diferentes, como é o caso da PSM, oferece também a esses jovens melhores possibilidades para a ação política. O fato de ter uma localização central, de ser dotado de mais e melhores equipamentos em relação a praça do Santo Antônio além de estar em um bairro material e simbolicamente mais valorizado na cidade favorecem bastante as ações política dos jovens nesse espaço público.

No Santo Antônio, essa situação se transforma e a perspectiva de análise é a segregação, isto é, não há uma heterogeneidade humana tão significativa para que haja um genuíno encontro das diferenças. A briga de gangues e/ou conflitos de bairro; a localização geográfica periférica; os simbolismos e estigmas negativos que carregam os espaços das periferias (comprometendo a acessibilidade que é também simbólica)<sup>75</sup>; a vida de bairro que a própria praça contém e na qual está contida faz com que os jovens conformem um único território, apesar das diferenças, marcado pela identidade de bairro.

A identidade fica favorecida, dada a necessidade de proteção, como tentamos explicitar em outros momentos. Não há possibilidades para se pensar em universalismos, em

---

<sup>75</sup> No sentido de que dificilmente outros jovens de outros bairros da cidade, sejam periféricos ou centrais nos aspectos socioeconômicos, cheguem e se apropriem da Praça Nilo Sotó Maior.

política. Realizar a ponte entre o que vivemos aqui e agora e o que vivem outros grupos, inclusive em outros espaços; completar o movimento universal-identidade-universal se torna algo mais difícil e a política fica relegada à mediação.

Dessa forma, concluímos dizendo que, a partir do referencial teórico adotado, a PSM está mais próxima do que chamamos de espaço público, sinônimo de espaço político a partir das diversas formas de apropriação da heterogeneidade humana, da completude do movimento identidade x universalidade. Para Hannah Arendt, esse debate avança e no cerne dessa universalidade deve estar uma preocupação com o mundo e, portanto, com a política como ela mesma diz (2012, p. 35): “[...] Pois, no ponto central da política está sempre a preocupação com o mundo e não com o homem – e, na verdade, a preocupação com um mundo arranjado de outra maneira, sem o qual aqueles que se preocupam e são políticos, julgam que a vida não vale a pena ser vivida”.

No Santo Antônio, as carências pessoais e a necessidade de lutar pela sobrevivência antes de tudo, a vida em comunidade herdada também do modo de vida rural (família), a convivência entre conhecidos no espaço público compartilhado, a segregação socioeconômica e espacial bem como as estratégias políticas no nível macroestrutural afastam esses sujeitos jovens da política. Assim, a praça perde essa função, operando apenas como um espaço de lazer; espaço de uso coletivo.

Os jovens, quando pensam em política se remetem aos políticos, à escola, à prefeitura, isto é, se referem a espaços e ações distantes de seu próprio alcance, o que nos faz pensar em ações políticas mediadas por outros agentes, em outras escalas que fogem do espaço público em questão. Há sempre um aspecto de tutela e controle por parte das instituições por trás dessas relações políticas. A falta de visibilidade social e representatividade da Praça Nilo Sotó Maior e dos jovens que dela se apropriam são também fatores que contribuem para o desfavorecimento de tais ações.

Na PSM, o espaço público funciona como propiciador dessa visibilidade social, os jovens se colocam como agentes políticos, seja na Gaymada, no hip-hop ou nas manifestações. Consideramos essas atividades como ações políticas juvenis ancoradas principalmente em aspectos culturais<sup>76</sup>. A cultura é um caminho encontrado por diversas

---

<sup>76</sup> Para Arendt, cultura e política são fenômenos da esfera pública, pois ambos baseiam-se na capacidade de julgamento e de decisão. Cultura indica que arte e política, não obstante seus conflitos e tensões, se inter-relacionam e até são dependentes (SERPA, 2007, p. 140).

juventudes para agir politicamente e, nesses termos, funciona como uma linguagem e um acesso à política mais próximo de suas realidades. É através do expressionismo da cultura a partir da música, da arte, da dança, do ativismo político, das estéticas grupais, entre outros, que a afirmação de si do jovem no agora pode encontrar meios de se realizar (CASTRO, 2012), resultando, muitas, vezes em ações políticas.

As funções desempenhadas por cada espaço público estudado são, portanto, extremamente diferenciadas, mas sua importância no cotidiano dos jovens pesquisados não pode ser subestimada enquanto um espaço de formação, de educar-se, de estar na rua aberto às possibilidades que a cidade deve oferecer, de encontrar os amigos, de conviver com o outro e com as diferenças.

## REFERÊNCIAS

ABRAÇO coletivo contra corte de praça no São Mateus. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 29 nov. 2012. Disponível em. <http://www.tribunademinas.com.br/cidade/abraco-coletivo-contra-corte-de-praca-no-s-o-mateus-1.1163091>. Acesso em 20 dez. 2012.

- AUGÉ, M. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus. 6. ed. 2007.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARENDT, H. *Crises da República*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010b.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- ARENDT, H. *O que é Política?* 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- ARENDT, H. *A dignidade da Política: ensaios e conferências*. RelumeDumará, 1993.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BARBOUR, R. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BICICLETADA JUIZ DE FORA. *Bicicletada manifesto 28/06*. Disponível em <https://www.facebook.com/BicicletadaJF/posts/393239380787123>. Acesso em 01 jul. 2013.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. 2ª ed. revisada. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011a.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BRANDAO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDAO, C. R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CAMARANO, A. A. et al. *Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros*. Brasília: IPEA, 2004.
- CARDOSO, D. S. Indignados com o mundo, transtornados com o institucionalismo: a geografia do underground cristão brasileiro na era pós-secular e pós-cristã. *RA' EGA*. Curitiba, n. 27, 2013, p. 140-175.
- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. *A produção do espaço urbano*. 1. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, A. F. A. *O lugar do/no mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARRANO, P.; DAYRELL, J.; BRENNER, A.K. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: BRANCO, P.P.M.; ABRAMO, H. W. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo.

CASSAB, C. *Em defesa dos jovens e das juventudes*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/2012/09/06/em-defesa-dos-jovens-e-das-juventudes/>. Acesso em 01 out. 2013.

CASSAB, C. *(Re)Construir utopias: jovem, cidade e política*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, I. E. de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, L. R. Entre a subordinação e a opressão: os jovens e as vicissitudes da resistência na escola. In: MAYORGA, C.; CASTRO, L.R.; PRADO, M. A. M. (Org.). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

CESAR, F. F. Cidade das “tetras fartas”, cidade das “vacas magras”: Encontros com adolescentes em São José dos Campos. In: CASTRO, L. R. (Org.). *Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

CHARLENE, C. Abaixo-assinado para retirada de monumento da praça de São Mateus. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 20 out. 2013. Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/cidade/abaixo-assinado-para-retirada-de-monumento-da-praca-de-s-o-mateus-1.1365272>. Acesso em 01 nov. 2013.

COMPANS, R. A estratégia de desenvolvimento local do banco mundial. CD-ROM. *Anais do VII Colóquio sobre poder local*. Salvador: NEPOL/CPD/UFBA, 2000.

COURTINE-DENAMY, S. *O cuidado com o mundo: Diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

DUARTE, A. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENTREVISTA concedida aos pesquisadores do NuGea, 2010. In: FARIA, M. V; ITABORAHY, N. Z; Uma análise do uso do tempo livre dos jovens do bairro Santo Antônio (Juiz de Fora - MG): da ameaça social à possibilidade do encontro das diferenças. I Seminário de Pesquisa Juventudes e Cidades. Juiz de Fora, 2011. *Anais...* Juiz de Fora, 2011.

FERREIRA, A. C. L. *A devoção a Santo Antônio em Juiz de Fora: o santo fujão*. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

FRANCH, M. Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, n. 2, v. 19, jul/dez 2002.

GOMES, P. C. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, P. C. C. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. *Cidades*, Presidente Prudente, n. 4, v. 2, 2005.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

INICIATIVAS comunitárias dão bons resultados. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, Cidade, 02 nov. 2008.

JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 2. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.

SOARES; L. E. *Depois de junho*. Disponível em [http://depoisdejunho.com/?page\\_id=10](http://depoisdejunho.com/?page_id=10)).

LATOURE, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J.A; ROQUE, R. (org.). *Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008

LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008

LEFEBVRE, H. *Lógica formal. Lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MACHADO, C. A. Animencontros: a relação da cultura pop nipônica na configuração de grupos juvenis. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Educação, 32, 2009, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2009.

MAGNANI, J.G.C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2003.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAYORGA, C.; CASTRO, L. R.; PRADO, M. A. M. Juventude e os paradoxos da política. In: MAYORGA, C.; CASTRO, L. R.; PRADO, M. A. M. (Org.). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

MENEZES, M. L. Juiz de Fora e a moradia popular: o Alto Santo Antônio. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, n. 146 (133), v. VII, ago. 2003

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. *Conversas – 1948*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MORAIS, MAURO. O rap é o dedo na ferida. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, Cultura, 29 jan. 2014. Disponível em <http://www.tribunademinas.com.br/cultura/o-rap-e-o-dedo-na-ferida-1.1418015>

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

OLIVEIRA, M. P. Para compreender o “leviatã urbano” – a cidadania como nexos político-territorial. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2012.

PLEYERS, G. Prefácio. In: MAYORGA, C.; CASTRO, L. R.; PRADO, M. A. M. (Org.). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RODRIGUES, A. M. A estratégia política de apropriação de espaços públicos. In: OLIVEIRA, M. P. de; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de M. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008, v. 2. p. 416-425.

RODRIGUES, G. B. Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip-hop. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 93-120, 2009.

RUIZ, C. B. O advento do social: leituras biopolíticas em Hannah Arendt. *Revista do Instituto Humanitas*, São Leopoldo, n. 392, ano XII, 14 mai. 2012.

SAFATLE, V. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SERPA, A. A falta que faz uma praça. *Jornal A Tarde*, Opinião, Salvador, 22 out. 2013.



SERPA, A. Apropriação social *versus* requalificação dos parques e praças na capital baiana. In: JUNIOR, M. E.; URIARTE, U.M.(org.) *Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade*. Salvador: Edufba, 2003.

SERPA, A. Ativismos socioculturais nos bairros populares de Salvador. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 155-192, 2009.

SERPA, A. Espaço Público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004.

SERPA, A. Espaço Público no Mundo Contemporâneo: Locus da Pluralidade Humana? In: OLIVEIRA, M. P. de; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de M. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008, v. 2. p. 405- 415..

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, A. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. VASCONCELOS, P, A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. São Paulo: Contexto, 2013, p. 169-188

STENGERS, Isabelle (1997a), *Cosmopolitiques- Tome 7: Pour en finir avec la tolerance*, Paris: La Decouverte& Les Empecheurs de Penser en Rond.

STENGERS, Isabelle (1998), La guerre des sciences: Et la paix?, In: B. Jurdant (org.), *Impostures scientifiques. Les malentens de l'affaire Sokal*, Paris: La Decouverte, 268-292.

STENGERS, Isabelle (1997b), *Power and Invention. With a Foreword by Bruno Latour* «Stengers' Shibboleth», Minneapolis: University of Minnesota Press.

TEJERINA, B. (2005). “Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: Los caminos de la utopia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, outubro de 2005: 67 – 97.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VAINER, C. Pátria, empresa, mercadoria. In: ARANTES, O. et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.